



Relatório *de* Gestão 2016



Conselho Federal de Administração



CFA - CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO





APRESENTAÇÃO

Encerramos mais um ano de intenso trabalho no CFA, mas o término de 2016 traz consigo algo a mais: o fim de um ciclo de gestão. Deixo o Sistema CFA/CRAs, entretanto preciso dizer algumas palavras para sintetizar estes seis anos de trabalho contínuo e diligente à frente da presidência do Conselho Federal de Administração.

Para fazer um balanço da minha jornada como presidente, é preciso voltar no tempo. Nasci em São Paulo, mas ainda pequeno mudei-me com minha família para a região da grande Dourados, em Mato Grosso do Sul. Foi neste estado de futuro promissor que eu trilhei meu caminho profissional.

Decidi não seguir a carreira médica, contrariando o desejo da minha família.

O meu perfil de liderança e de empreendedorismo me conduziu para outros rumos. Conheci, então, a Administração, Ciência apaixonante que mudaria, de vez, a minha vida. Fiz a minha graduação e, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), construí minha carreira. A experiência na vida acadêmica influenciou bastante a minha atuação no Sistema CFA/CRAs.

Por falar no Sistema, minha caminhada começou acanhada no recém criado Regional sul-mato-grossense. Isso, porém, não me intimidou. Pelo contrário: fui conselheiro regional, presidente do CRA-MS e cheguei ao CFA como conselheiro federal por meu estado já assumindo diretorias importantes como a de Desenvolvimento Institucional, que mudaria, significativamente, a comunicação do CFA.



Além de diretor, também fui vice-presidente da autarquia eleito por aclamação. Essa longa experiência no Sistema CFA/CRAs me credenciou para assumir, em 2011, o maior posto do CFA. Abracei o desafio de corpo e alma.

Os inúmeros projetos que foram desenvolvidos nesses seis anos deram uma nova cara ao CFA. Faltaria espaço caso fosse citá-los um a um, mas gostaria de destacar alguns como o Programa de Capacitação e de Formação de Multiplicadores de Conhecimento em Micro e Pequenas Empresas (MPes), o Sistema Integrado de Gestão e seus módulos, o Jubileu de Ouro da Administração que, certamente, fez história, entre outros. Mas vamos enfatizar o que aconteceu nestes últimos 12 meses de minha gestão. Realizamos, por exemplo, a V Convenção do Sistema CFA/CRAs, momento em que não poupamos esforços para oferecer aos colaboradores do CFA e dos CRAs momentos de aprendizado que, sem dúvida, vão ajudar o Sistema a ficar mais forte e consolidado.

Em 2016, o Programa de Certificação Profissional em Administração do Sistema CFA/CRAs ganhou novas regras e passou a credenciar profissionais de outras áreas da Administração, além da de Recursos Humanos. Tenho um apreço por este projeto, acalentado com muito carinho desde o início do meu período presidencial, e vê-lo crescendo e tornando-se referência no mercado é, para mim, motivo de muito orgulho.

Intensificamos, ainda, nossa atuação junto ao Legislativo. Por meio da Comissão Especial de Ação Parlamentar, passamos a acompanhar melhor nossos legisladores e, desse árduo trabalho, nasceu o Projeto de Lei do Senado nº 439 que veio para garantir que cargos e funções com atribuições voltadas para os campos da Administração

sejam ocupados por Administradores e Tecnólogos em Administração.

Outro passo importante que o CFA deu foi a adesão ao Processo Eletrônico Nacional (PEN) para utilizar o software Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Inserir uma gestão documental e eliminar papel na rotina administrativa do CFA foi uma mudança e, acima de tudo, representou uma quebra de paradigma que trouxe mais agilidade para o dia a dia da Autarquia.

Ainda neste ano, definimos novos catálogos a serem incluídos ao Código Brasileiro de Administração (CBA), projeto que já vem rendendo bons frutos desde a sua criação. Na área da gestão pública, em 2016 nos empenhamos na construção do Índice de Qualidade da Gestão Pública Municipal, indicador que permitirá ao Sistema CFA/CRAs atuar como um importante defensor da qualidade da gestão e da valorização dos profissionais de Administração em prol da sociedade.

Encerro minha missão à frente do CFA deixando, também, uma comunicação mais robusta e solidificada. Ainda na época em que era diretor de Desenvolvimento Institucional, repaguei a Revista Brasileira de Administração (RBA) porque sempre acreditei que, em uma organização, um dos braços mais importantes é a comunicação. Ciente disso, não poupei esforços na área: mudamos a cara da RBA, fizemos alterações no site, lançamos a Rádio ADM e o CFATV que, em 2016, cresceram e se consolidaram como importantes veículos de comunicação do Sistema CFA/CRAs que permitiram a cobertura dos mais conceituados eventos da área de Administração.

Esses são apenas alguns dos projetos criados e executados nesses seis anos em que fui presidente do CFA. Hoje, posso afirmar com orgulho que o CFA é um dos

conselhos profissionais mais atuantes do país e isso é fruto de um trabalho conjunto, do esforço e da dedicação do Plenário e dos colaboradores desta Autarquia. Evidente que esse avanço não teria sido possível sem o apoio dos Conselhos Regionais de Administração (CRAs) e, portanto, agradecemos o empenho dos presidentes, conselheiros federais e regionais, e demais colaboradores, pois nosso programa de gestão só se completou porque contamos com a construção conjunta.

Deixamos um legado próspero e auspicioso para a próxima gestão do CFA, além do clima de harmonia que, hoje, reina soberano no Sistema. O desejo é que o futuro da Autarquia seja de muito trabalho e união, fatores que até o momento convergiram para a grandeza desta instituição. Por meio do trabalho, como ensina o filósofo Hegel, é possível transformar o mundo, usando-o para atender às reivindicações e aos anseios da sociedade.

Terminamos este ciclo com a sensação de dever cumprido. O tom de despedida não pode, contudo, ser sinônimo de tristeza, mas de alegria pelas memórias positivas que construímos ao longo desses seis anos. Fica, evidentemente, a saudade da convivência com os meus pares, da troca permanente e enriquecedora de opinião, do compartilhamento de experiência, pois sabemos que o conhecimento não é construído sozinho, mas é fruto de saberes múltiplos indispensáveis para a consolidação do Sistema CFA/CRAs.

A todos, nosso muito obrigado!



Adm. Sebastião Luiz de Mello
Presidente do CFA

Conselheiros Federais Efetivos

AC - Adm. Marcos Clay Lucio da Silva	PB - Adm. Marcos Kalebbe Saraiva Maia Costa
AL - Adm. Armando Lôbo Pereira Gomes	PR - Adm. Sergio Pereira Lobo
AP - Adm. José Celeste Pinheiro	PE - Adm. Joel Cavalcanti Costa
AM - Adm. José Carlos de Sá Colares	PI - Adm. Carlos Henrique Mendes da Rocha
BA - Adm. Tânia Maria da Cunha Dias	RJ - Adm. Jorge Humberto M. Sampaio (até 31/05/2016)
CE - Adm. José Demontieux Cruz	RN - Adm. Ione Macêdo de Medeiros Salem
DF - Adm. Carlos Alberto Ferreira Junior	RS - Adm. Ruy Pedro Baratz Ribeiro
ES - Adm. Marly de Lurdes Uliana	RO - Adm. Simone Marçal Quintino
GO - Adm. Dionízio Rodrigues Neves	RO - Adm. Paulo César Durand (in memorian)
MA - Adm. José Samuel de Miranda Melo Júnior	RR - Adm. Antonio José Leite de Albuquerque
MT - Adm. Alaércio Soares Martins	SC - Adm. José Sebastião Nunes
MS - Adm. Sebastião Luiz de Mello	SP - Adm. Mauro Kreuz
MG - Adm. Sônia Ferreira Ferraz	SE - Adm. Diego Cabral Ferreira da Costa
PA - Adm. Aldemira Assis Drago	TO - Adm. Rogério Ramos de Souza

Composição

Adm. Sebastião Luiz de Mello – Presidente	Câmara de Relações Internacionais e Eventos – CRIE
Adm. Sergio Pereira Lobo – Vice-Presidente	Adm. Marcos Clay Lucio da Silva - AC (Diretor)
Câmara de Administração e Finanças – CAF	Adm. Ruy Pedro Baratz Ribeiro – RS (Vice-Diretor)
Adm. Armando Lôbo Pereira Gomes - AL (Diretor)	Adm. Aldemira Assis Drago - PA
Adm. Rogério Ramos de Souza - TO (Vice-Diretor)	Câmara de Estudos e Projetos Estratégicos – CEPE
Adm. Marcos Kalebbe Saraiva Maia Costa - PB	Adm. Alaércio Soares Martins - MT (Diretor)
Câmara de Fiscalização e Registro – CFR	Adm. José Sebastião Nunes - SC (Vice-Diretor)
Adm. José Samuel de Miranda Melo Júnior - MA (Diretor)	Adm. Antonio José Leite de Albuquerque – RR
Adm. José Demontieux Cruz - CE	Câmara de Gestão Pública – CGP
Câmara de Formação Profissional – CFP	Adm. Ione Macedo de Medeiros Salem – RN (Diretora)
Adm. Mauro Kreuz - SP (Diretor)	Adm. Marly de Lurdes Uliana - ES (Vice-Diretora)
Adm. Tânia Maria da Cunha Dias - BA (Vice-Diretora)	Adm. Carlos Henrique Mendes da Rocha – PI
Adm. Sônia Ferreira Ferraz – MG	Ouvidora: Adm. Simone Marçal Quintino - RO
Câmara de Desenvolvimento Institucional – CDI	Adm. Paulo César Durand (in memorian) - RO
Adm. Carlos Alberto Ferreira Junior - DF (Diretor)	
Adm. Diego Cabral Ferreira da Costa - SE (Vice-Diretor)	
Adm. Dionizio Rodrigues Neves – GO	

Estrutura Administrativa

Superintendente:	Coordenadoria de Gestão Pública:
Adm. Douglas Evangelista Neto	Adm. Rodrigo Neves Moura
Coordenadoria Administrativa e Financeira:	Coordenadoria de Estudos e Projetos Estratégicos:
Adm. Joaquim Luciano Gomes Faria - <i>Orçamento e Finanças</i>	Adm. Juliana dos Reis Cardoso
Adm. Isaías Alves Santos - <i>Recursos Humanos</i>	Assessoria Jurídica:
Prog. José Carlos de Araújo Ferreira - <i>Informática</i>	Adv. Marcelo Dionísio de Souza
Coordenadoria de Fiscalização e Registro:	Assessoria Especial de Auditoria:
Adm. Benedita Alves Pimentel	Cont. Marcello Augusto Batista Coutinho
Coordenadoria de Formação Profissional:	Assessoria da Presidência:
Adm. Solange Albuquerque Oliveira - <i>Formação Profissional</i>	Tecnol. Edylene Macedo Carrasquel
Adm. Sueli Cristina Alves - <i>Projetos Especiais</i>	Adm. Ana Maria de Araújo Ferreira
Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional:	Assessoria de Estudos e Projetos Especiais:
RP. Renata Costa Ferreira	Adm. João Humberto de Azevedo
Coordenadoria de Relações Internacionais e Eventos:	
Adm. Civaldo José Gabriel	

Produção

Coordenação Editorial: Adm. Carlos Alberto Ferreira Júnior	Fotos: Arquivo CFA e Shutterstock
Supervisão Geral: Adm. Douglas Evangelista Neto	Impressão: Gráfica Teixeira
Coordenação Técnica: Renata Costa Ferreira	Tiragem: 500 (quinhentas) unidades
Projeto Gráfico e diagramação: André Eduardo Ribeiro	Revisão: Sociedade Educacional de Santa Catarina
Tratamento de Imagens: André Eduardo Ribeiro	

Sumário

As Câmaras do CFA e suas ações

Câmara de Administração e Finanças.....	11
Câmara de Fiscalização e Registro.....	17
Câmara de Formação Profissional.....	25
Câmara de Desenvolvimento Institucional.....	31
Câmara de Relações Internacionais e Eventos.....	43
Câmara de Estudos e Projetos Estratégicos.....	51
Câmara de Gestão Pública.....	57

As Comissões do CFA e suas ações

Comissão Permanente de Planejamento Estratégico.....	72
Comissão Permanente do Programa de Desenvolvimento dos Conselhos Regionais de Administração.....	78
Comissão Permanente de Regimentos.....	81
Comissão Permanente Eleitoral.....	82
Comissão Permanente de Tomadas de Contas.....	84
Comissão Permanente de Licitação.....	85
Comissão Especial de Ação Parlamentar.....	87
Comissão Permanente de Mediação e Arbitragem.....	100
Ouvidoria.....	102

Estrutura Administrativa do Conselho Federal

Superintendência.....	106
Assessoria da Presidência.....	112
Assessoria de Estudos e Projetos Estratégicos.....	113
Assessoria Especial de Auditoria.....	115
Assessoria Jurídica.....	116
Coordenadoria de Informática.....	117
Coordenadoria de Recursos Humanos.....	119
ISO 9001.....	121
Conselheiros Federais Efetivos 2015 / 2016.....	122
Presidentes dos CRAs.....	124
Colaboradores do CFA.....	126

As Câmaras do CFA e suas ações

Câmara de Administração e Finanças

CAF

Adm. Armando Lôbo Pereira Gomes

Diretor

Adm. Rogério Ramos de Souza

Vice-diretor

Adm. Marcos Kalebbe Saraiva Maia Costa

Membro

Apresentação

A Câmara de Administração e Finanças tem dedicado seus esforços para a redução da inadimplência no Sistema CFA/CRAs e com trabalho e dedicação de todos atingimos um resultado satisfatório, o que evidencia

a boa Gestão Administrativa e Financeira dos Ordenadores de Despesa do CFA, respaldados no trabalho desenvolvido pela equipe da Câmara de Administração e Finanças.

Reuniões realizadas

Para atender a demanda dos trabalhos, a Câmara de Administração e Finanças realizou 9 (nove) reuniões no decorrer de 2016, nas datas a seguir:

Reunião	Data	Local
1ª	27/01/2016	Brasília/DF
2ª	31/03/2016	Brasília/DF
3ª	20/05/2016	Brasília/DF
4ª	15/06/2016	Brasília/DF
5ª	30/06/2016	Brasília/DF
6ª	27/07/2016	Brasília/DF
7ª	13/09/2016	Cuiabá/MT
8ª	27/10/2016	Brasília/DF
9ª	07/12/2016	Brasília/DF

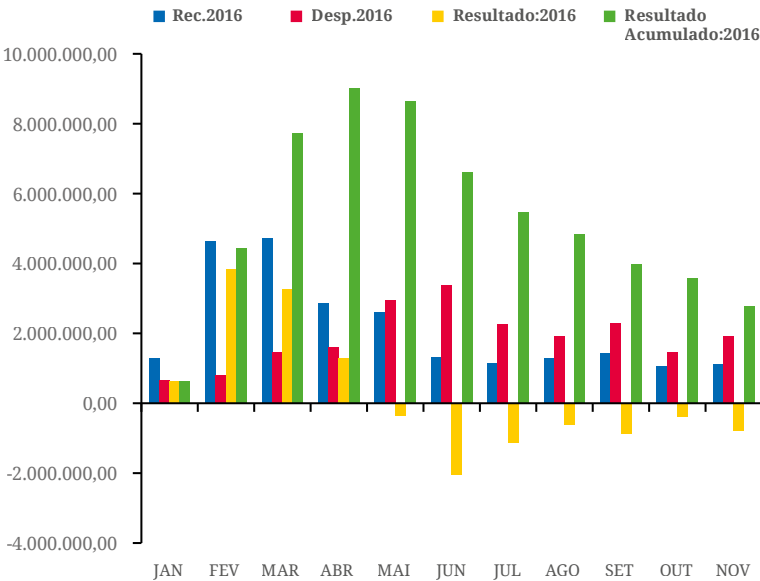
Patrimônio

O Ativo Não Circulante do Conselho Federal de Administração constituído de bens móveis, imóveis e intangíveis é de R\$ 3.694.724,59 (três milhões; seiscentos e noventa e quatro mil, setecentos e vinte e quatro reais e cinquenta e nove centavos), devidamente registrado na Contabilidade.

Financeiro

Comparativo de Receitas/Despesas - 2016

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS - EXERCÍCIO DE 2016				
RECEITAS E DESPESAS			RESULTADOS	
MÊS	Rec.2016	Desp.2016	Resultado:2016	Resultado Acumulado: 2016
JAN	1.284.117,60	655.283,80	628.833,80	628.833,80
FEV	4.626.331,90	804.550,72	3.821.781,18	4.450.614,98
MAR	4.718.030,32	1.445.525,35	3.272.504,97	7.723.119,95
ABR	2.866.135,88	1.588.265,64	1.277.870,24	9.000.990,19
MAI	2.595.795,31	2.958.064,77	-362.269,46	8.638.720,73
JUN	1.330.306,81	3.366.049,34	-2.035.742,53	6.602.978,20
JUL	1.129.833,97	2.266.139,56	-1.136.305,59	5.466.672,61
AGO	1.285.322,31	1.903.144,79	-617.822,48	4.848.850,13
SET	1.424.772,42	2.300.729,00	-875.956,58	3.972.893,55
OUT	1.043.534,92	1.444.047,20	-400.512,28	3.572.381,27
NOV	1.116.637,13	1.905.426,99	-788.789,86	2.783.591,41
TOTAL	23.420.818,57	20.637.227,16	2.783.591,41	



Demonstrativo do Balanço Patrimonial Comparado

Balanço Patrimonial Comparado: resultados: 31 de dezembro/2015 e 30 de novembro de 2016.									
ATIVO		PASSIVO							
Especificação	2015	2016	%(*)	Especificação	2015	2016	%(*)		
Ativo circulante	19.778.958,86	24.024.430,84	1.2146	Passivo circulante	1.446.115,96	2.597.897,25	1.7965		
Caixa e equiv. A caixa	18.988.000,09	23.224.700,77	1.2231	Obrig. Previdenciárias	510.340,42	918.045,78	1.7989		
Créditos a curto prazo	633.183,65	628.623,65	0.9928	Fornecedores		161,70	0.0000		
Créditos e valores	149.326,32	73.361,87	0.4913	Obrigações fiscais	5.804,10	48.586,81	8.3711		
Estoques	8.448,80	97.744,55	11.5690	Obrig.De repartição	511.793,36	511.793,36	1.0000		
Ativo não circulante	3.410.956,82	3.694.724,59	1.0832	Provisões	206.138,87	206.138,87	1.0000		
Ativo realizável				Demais obrigações	913.170,73	913.170,73	1.0000		
Partic. Permanentes	7.816,5	7.816,5	1.0000	Proder					
Imobilizado	3.074.111,88	3.351.309,65	1.0902	Certif. Profissional					
Bens móveis	2.266.236,21	2.572.744,26	1.1352	Capacit. Profissional					
Bens imóveis	3.154.801,13	3.154.801,13	1.0000	Jubileu de ouro					
(-) Depreciação	-2.346.926,46	-2.376.235,74	-1.0125	Passivo não circulante	170.000,00	170.000,00	1.0000		
Intangíveis	329.028,44	335.598,44	1.0200	Provisões trabalhistas	170.000,00	170.000,00	1.0000		
Softwares	329.028,44	335.598,44	1.0200	Resultados acumulados	21.573.799,72	24.951.258,18	1.1566		
Total	23.189.915,68	27.719.155,43	1.1953	Total	23.189.915,68	27.719.155,43	1.1953		

Demonstrativo do Ativo Patrimonial

Ativo			
Especificação	2015	2016	%(*)
Ativo circulante	19.778.958,86	24.052.174,56	1.2160
Caixa e equivalentes a de caixa	18.988.000,09	23.224.700,77	1.2231
Bancos conta movimento	75.447,94	12.764,17	0.1692
Aplicações financeiras de liquidez imediata	18.912.552,15	23.211.936,60	1.2273
Créditos a curto prazo	633.183,65	628.623,65	0.9928
Créditos proder 2013 – CRA-AP	194.133,99	194.133,99	1.0000
Créditos proder 2014 – CRA-CE	86.494,50	86.494,50	1.0000
Créditos proder 2014 – CRA-MA	143.435,16	143.435,16	1.0000
Créditos proder 2014 – CRA-TO	162.000,00	162.000,00	1.0000
Empréstimos concedidos – CRA-SE	47.120,00	42.560,00	0.9032
Créditos diversos a receber	149.326,32	73.361,87	0.4913
Parcelamento de férias – ACT	740,32	24.407,96	32.9695
Dep. Trabalhista proc. TRT 10ª Região	26.546,00	26.546,00	1.0000
Dep. Trabalhista proc. TRT 10ª Região		6.000,00	0.0000
Despesas a serem ressarcidas ao CFA		15.317,75	0.0000
Diversos devedores da entidade	122.040,00	1.090,16	0.0089
Almoxarifado - Material de consumo	8.448,80	977.44,55	11.5690
Ativo não circulante	3.410.956,82	3.694.724,59	1.0832
Ações – Direito uso linhas telefônicas telebras	7.816,50	7.816,50	1.0000
Imobilizado	3.074.111,88	3.351.309,65	1.0902
Bens móveis	2.266.236,21	2.501.156,26	1.1037
Bens imóveis	3.154.801,13	3.154.801,13	1.0000
Depreciação acumulada	-2.346.925,46	-2.376.235,74	-1.0125
Intangíveis	329.028,44	335.598,44	1.0200
Softwares	329.028,44	335.598,44	1.0200
Total	23.189.915,68	27.719.155,43	1.1953

Conclusão

No ano de 2016, a Câmara de Administração e Finanças com dinamismo e transparência na condução de suas responsabilidades institucionais, conseguiu alcançar os objetivos propostos, norteados pelo seu Plano de Trabalho.

Na realização dos seus trabalhos, de acordo com o estabelecido no Regimento Interno da Autarquia, a Câmara não poderia deixar de destacar, também, os trabalhos realizados pelas Comissões Permanentes de Licitação (CPL) e de Tomada de Contas (CPTC), que facilitaram sobremaneira o nosso trabalho, além dos membros da Diretoria Executiva, cuja afinidade e entrosamento tornaram possível honrar os compromissos assumidos.

Finalmente, o reconhecimento que tudo o que foi feito só pode acontecer por contarmos sempre com o apoio, a colaboração e a dedicação de todos que compõem o Sistema CFA/CRAs. A expectativa é que, no decorrer do próximo exercício, o mesmo espírito de equipe reine entre aqueles que farão do Sistema CFA/CRAs, modelo de gestão para outras organizações.



Adm. José Samuel de Miranda Melo Júnior

Conselheiro Vice-Diretor *no exercício da Diretoria, de 1º/06 a 31/12/2016*

Adm. Jorge Humberto Moreira Sampaio

Conselheiro Diretor *de 02/01/2015 a 31/05/2016*

Adm. José Demontieux Cruz

Conselheiro Suplente Convocado, *desde 28 de outubro de 2015*

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório retrata as ações desenvolvidas pela Câmara de Fiscalização e Registro (CFR) no ano de 2016, com o apoio da Coordenação de Fiscalização e Registro, no cumprimento da competência que lhe é conferida pelo artigo 47 do Regimento do CFA, aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 432, de 08/03/2013, em consonância com os projetos aprovados para execução no exercício.

1. PROGRAMA DE TRABALHO

O Programa de Trabalho da Câmara de Fiscalização e Registro, definido para 2016, intitulado **“Ressignificação da Fiscalização Profissional no Sistema CFA/CRAs”**, sinaliza para a sociedade a importância da administração profissional de forma a evidenciar a lógica da gestão a partir da obediência legal, amparado na legislação vigente, em processos inovadores e tecnológicos, com perspectiva proativa na construção de programas e projetos que traduzam a resignificação do seu processo de fiscalização profissional. O Programa **“Ressignificação da Fiscalização Profissional no Sistema CFA/CRAs”**, contempla os seguintes projetos:

1.1. Projeto CÓDIGO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO – CBA

Objetivando defender a exclusividade do exercício das atividades de Administração somente por Administradores e demais profissionais da área de Administração registrados em CRA, por meio da catalogação dos seus atos típicos em cada um dos campos de atuação privativos, previstos no art. 2º, alínea “b”, da Lei nº 4.769/65 e art. 3º, alínea “b”, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934/1967, a Câmara de Fiscalização e Registro deu continuidade ao desenvolvimento do Projeto **Código Brasileiro de Administração (CBA)**, o qual já vinha sendo trabalhado desde 2014. Para tanto, o CFA contratou a empresa Quântica Consultoria e Serviços Ltda., por meio de licitação, a qual elaborou o primeiro catálogo do CBA, intitulado **Catálogo de Atividades Típicas do Profissional de Administração**, referente ao campo de Administração de Material, com o título do campo

atualizado para: **Suprimento e Logística (SPL). O Catálogo de Atividades Típicas do Profissional de Administração para a área de Suprimento e Logística** foi aprovado pelo Plenário do CFA, conforme Resolução Normativa CFA nº 459, de 08/01/2015, divulgada no D.O.U. e no site do CFA.

Ainda em 2015, a empresa Eficaz Assessoria em Administração e Desenvolvimento de Pessoas Ltda. - EPP, vencedora de nova licitação, confeccionou e apresentou o segundo catálogo do CBA, relativo ao campo de Administração e Seleção de Pessoal, com o título do campo atualizado para: **Gestão de Pessoas (GPE)**, o qual foi homologado pela Administradora e Consultora Empresarial Renata Motta Vasconcellos. O **Catálogo de Atividades Típicas do Profissional de Administração para a área de Gestão de Pessoas** foi aprovado pelo Plenário do CFA, conforme Resolução Normativa CFA nº 475, de 23/12/2015, divulgada no D.O.U. e no site do CFA.

Finalmente, em 2016, novamente contratada pelo CFA, mediante processo de licitação, a empresa Eficaz Assessoria elaborou os quatro últimos **Catálogos de Atividades Típicas do Profissional de Administração**, referentes aos campos de atuação profissional de **Administração Mercadológica/Marketing (AMK); Administração Financeira e Orçamentária (AFO); Organização, Sistemas e Métodos (OSM); e, Administração de Produção (PRO)**. Os citados Catálogos foram homologados pelo especialista em Administração, Adm. Profº Edmilson de Jesus Costa Filho, Dr., ilustre Professor e Orientador de Mestrado em áreas da Administração da Universidade de Brasília (**UnB**), sediada no Distrito Federal e, em seguida, foram submetidos à aprovação do Plenário do CFA, que os aprovou, por unanimidade, conforme Resoluções Normativas CFA nºs 491, 492, 493 e 494/2016, divulgadas no D.O.U. e no site do CFA.

Desta forma, a Câmara de Fiscalização e Registro concluiu a primeira etapa do Projeto CBA, partindo, então, para a segunda e última etapa, agendada para 2017, que será a edição individual de todos os Catálogos, seguida da extração, montagem, editoração, divulgação e distribuição do **CÓDIGO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO**.

1.2. Projeto SEMEANDO CONHECIMENTO

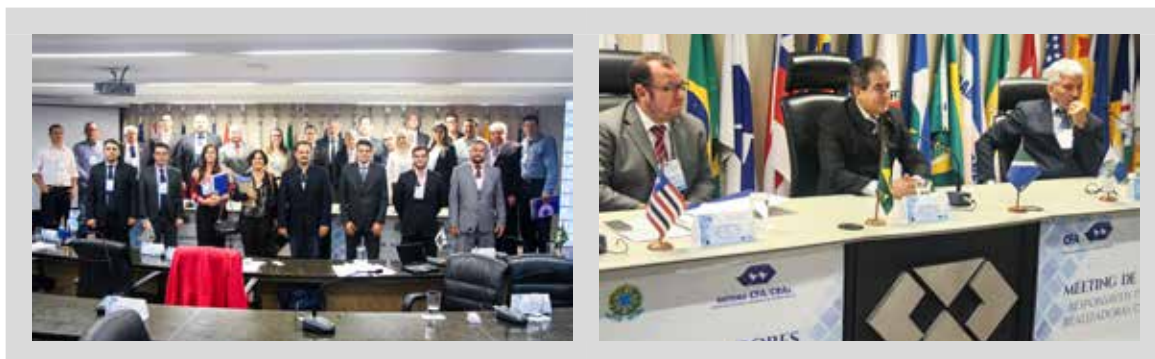
1.2.1. CURSO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA EM ADMINISTRAÇÃO – EaD (A Distância)

Este curso visa reciclar os Administradores que já atuam como Responsáveis Técnicos por empresas prestadoras de serviços de Administração e capacitar Administradores registrados, além de outros Bacharéis e Tecnólogos em determinada área da Administração para o exercício da atividade de Responsável Técnico. O Portal da Educação, especializado em transmissão de cursos EaD, já apresentou proposta de preço, com dispensa de licitação, para disponibilizar o curso, enquanto que o CFA, por meio da CFR, está providenciando a contratação de profissionais especializados no assunto, para atuarem como conteudistas do referido curso, para disponibilização em 2017.

1.2.2. CURSO DE FISCALIZAÇÃO DA PROFISSÃO DE ADMINISTRADOR – EaD (A Distância)

O curso de Fiscalização EaD, cujo conteúdo programático está sendo desenvolvido pela própria CFR, visa reciclar e capacitar os Fiscais e demais profissionais de fiscalização dos CRAs, tornando-os capazes de estabelecer inovações e melhoria dos resultados da atividade. O lançamento do curso foi adiado para o primeiro semestre de 2017.

1.2.3. MEETING DE RESPONSÁVEIS TÉCNICOS POR EMPRESAS REALIZADORAS DE CONCURSOS PÚBLICOS



O evento foi realizado pela CFR em 30/05/2016, na sede do CFA, em Brasília/DF e contou com 35 participantes, dos quais, 25 eram proprietários ou Responsáveis Técnicos por empresas prestadoras de serviços de organização e realização de Concursos Públicos. A pauta de discussões contemplou temas como: **Objetivos e Características Legais dos Concursos Públicos; Cargos Públicos e Profissões Regulamentadas; e Atribuições Legais do Administrador e Demais Profissionais da Área de Administração Registrados em CRA.** O objetivo do evento foi alcançado, pois proporcionou a aproximação do Sistema CFA/CRAs aos dirigentes e RT das empresas que exploram a atividade de Recrutamento e Seleção de Pessoal, no sentido de que os seus Administradores Responsáveis Técnicos atuem em parceria com os Sistema CFA/CRAs, em prol da valorização da profissão de Administrador, dialogando com os dirigentes de Órgãos Públicos – seus clientes – incentivando-os ao cumprimento da Lei nº 4.769/1965, de forma que, para o provimento dos cargos públicos que possuem atribuições típicas de Administrador seja exigida dos concorrentes como requisito, a formação em Curso Superior de Bacharelado em Administração e registro profissional em CRA. Ao final do Meeting, os participantes assinaram a **“Carta de Brasília”**, com o seguinte teor:

“CARTA DE BRASÍLIA

O Conselho Federal de Administração (CFA) e os Responsáveis Técnicos signatários da presente Carta, reunidos em Brasília/DF por ocasião do Meeting de Administradores Responsáveis Técnicos por Empresas Realizadoras de Concursos Públicos, resolvem acordar os seguintes pontos de atuação coletiva:

- » *Estabelecer orientações no sentido de que, as licitações que tenham por objeto a contratação de empresas realizadoras de concursos e processos seletivos públicos, sejam realizadas pelo tipo adequado (Técnica e Preço);*

- » *Estimular a aproximação dos Responsáveis Técnicos com os respectivos Conselhos Regionais de Administração de sua jurisdição;*
- » *Formalizar e implementar campanha orientadora acerca da adequada definição dos requisitos para provimento de cargos típicos de profissionais de Administração;*
- » *Fomentar a conscientização dos Responsáveis Técnicos acerca do seu papel junto às organizações, com vistas a evitar o aviltamento da atividade;*
- » *Intensificar a atuação junto ao Legislativo no sentido de aprovar projetos de lei que definam e resguardem prerrogativas dos profissionais de Administração;*
- » *Reforçar a necessidade dos Administradores Responsáveis Técnicos por Empresas Realizadoras de Concursos Públicos em conscientizar seus contratantes da inclusão de cargos de Administradores de cargos com escopo em gestão tecnológica em áreas específicas;*
- » *Propugnar pela adequação das normas que regem carreiras públicas cujos cargos sejam típicos de profissionais de Administração, que não estejam em conformidade com a Lei nº 4.769, de 1965.*

Os membros da Câmara de Fiscalização e Registro, juntamente com os participantes do meeting refletiram sobre o papel do Conselho Federal e reafirmam, finalmente, a permanente vontade de realização de esforços comuns para o aperfeiçoamento dos objetivos e das metas do Sistema CFA/CRA's, em benefício da sociedade.”

2. Projeto CORREÇÃO DE PROVIMENTO DO CARGO DE ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA NOS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO (LEI Nº 11.416, DE 15/12/2006).

Com este projeto, a CFR pretendeu atender o maior anseio dos Administradores de todo o Brasil, que é a obediência dos órgãos do Poder Judiciário à Lei nº 4.769/1965, corrigindo o provimento do cargo de **Analista Judiciário – Área Administrativa**, que hoje é aberto a profissionais diplomados em curso de nível superior em qualquer área do conhecimento, amparados pela Lei nº 11.416/2006. O projeto concebido pela CFR prevê o trabalho conjunto da Câmara com a Comissão de Ação Parlamentar do CFA, objetivando a adoção de várias ações com essa finalidade, inclusive, a apresentação ao Congresso Nacional, de projeto de lei visando alterar a Lei nº 11.416/2006. Tal alteração visa que somente Administradores com registro profissional em CRA possam assumir o cargo em questão, vez que a descrição detalhada das suas atribuições contempla atividades de nível superior em todos os campos de atuação profissional privativos do Administrador, previstas no art. 2º da Lei nº 4.769/1965. Em razão da priorização dada ao PL que pretende alterar a Lei nº 4.769/1965, para dispor sobre as atividades profissionais do Administrador, as demais ações decorrentes deste projeto serão implementadas em 2017.

3. Projeto APROXIMAÇÃO E PARCERIA COM AS JUNTAS COMERCIAIS

Com o objetivo de atribuir aos Administradores Vogais das Juntas Comerciais, indicados pelos CRAs, responsabilidades no sentido de contribuir com a valorização da profissão de Administrador, atuando como porta-voz dos CRAs nessas instituições, intermediando e facilitando a assinatura de convênios de cooperação entre as duas instituições, a CFR promoverá reuniões periódicas com os Administradores Vogais, visando que estes promovam a aproximação entre as duas entidades em cada Estado, e propiciem a liberação do cadastro de empresas, dados estatísticos e outras informações que auxiliem e facilitem a adoção de ações de fiscalização de pessoas jurídicas pelos CRAs. A primeira ação do projeto foi a realização pela CFR, de pesquisa junto aos CRAs, para obter informações sobre os Administradores indicados como Vogais, tais como, endereço, telefones, e-mails e tempo de mandato, com data de início e do fim, já que o objetivo é manter contato permanente com esses Vogais. Em 2017, novas ações serão adotadas.

4. OUTRAS REALIZAÇÕES

- » 4.1. Realizadas 4 (quatro) reuniões da Câmara de Fiscalização e Registro, nos dias 28/01; 1º/04; 15/06 e 26/10, além de Despachos Administrativos mensais do Diretor da Câmara, com a equipe da CFR.
- » 4.2. Elaboradas e expedidas 1.966 correspondências em resposta a consultas recebidas dos CRAs, Administradores, Tecnólogos, Estudantes de Administração, Empresas e outros interessados, sobre assuntos pertinentes à fiscalização e registro, sendo:

Tipos de Documentos	Quantidade
E-mails	1.055
Ofícios	257
Ofícios- circulares	13
Memorandos	34
Despachos	323
Deliberações	382
Solicitações de compras	2
Total	1.966

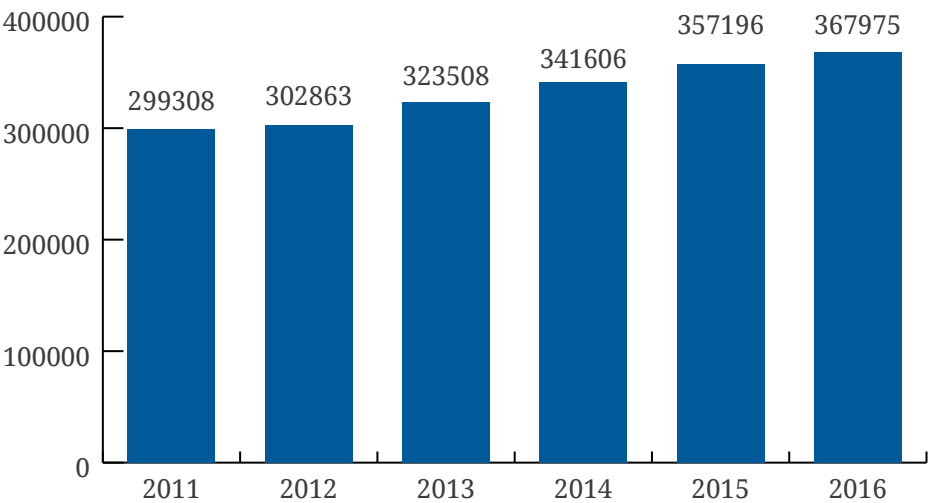
- » 4.3. Transferidos de 2015 para 2016, 120 processos em grau de recurso remanescentes, referentes à fiscalização e pedidos de cancelamento de registro de pessoas físicas e jurídicas. Até 30/11/2016, a CFR recebeu mais 382 novos processos, perfazendo um total de 502 processos em tramitação na CFR. A movimentação de processos em grau de recurso na CFR está demonstrada no quadro a seguir:

Processos remanescentes transferidos para 2016	120
Processos novos recebidos em 2016	382
TOTAL DE PROCESSOS NA CFR EM 2016	502
TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS EM 2016	376
Processos devolvidos a pedido dos CRAs	01
Processos a serem julgados em 2017	125

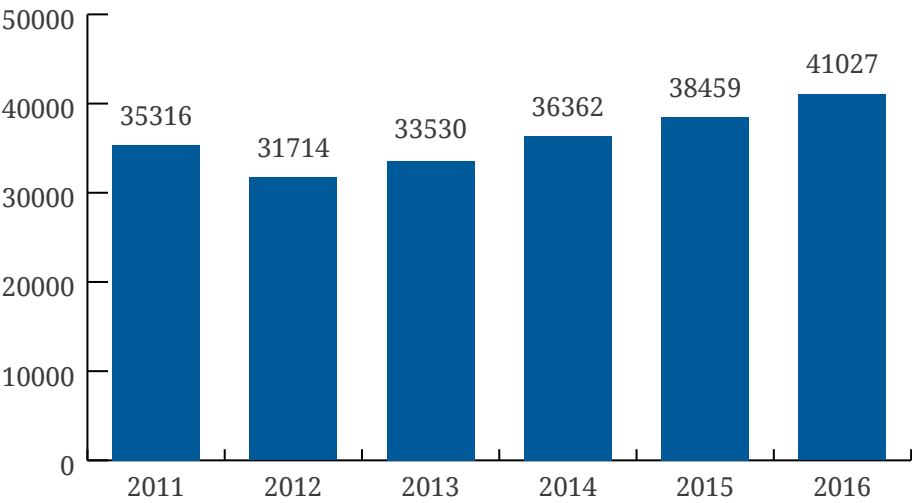
- » 4.4. Implantado o Sistema de Envio de Processos Digitalizados ao CFA (SEP), o qual foi distribuído com instruções da Coordenação de Informática a todos os CRAs, solicitando-lhes que utilizem o SEP, para a remessa de qualquer tipo de processo digitalizado ao CFA;
- » 4.5. Aprovadas pelo Plenário do CFA e encaminhadas aos CRAs, as Resoluções Normativas originadas da CFR, a seguir:
 - a) RN CFA nº 484, de 1º de julho de 2016, alterando a Resolução Normativa CFA nº 469, de 18/08/2015, para prorrogar o prazo de implantação da nova CIP pelos CRAs, para 15/08/2016;
 - b) RN CFA nº 489, de 03 de novembro de 2016, alterando a Resolução Normativa CFA nº 464, de 22 de abril de 2015, que dispõe sobre o Acervo Técnico de PF e PJ, para revogar o §3º do seu art. 2º;
 - c) RN CFA nº 491, de 11 de novembro de 2016, aprovando o Catálogo de Atividades Típicas do Profissional de Administração na área de Administração Mercadológica / Marketing (AMK), para compor o Código Brasileiro de Administração – CBA;
 - d) RN CFA nº 492, de 11 de novembro de 2016, aprovando o Catálogo de Atividades Típicas do Profissional de Administração na área de Administração Financeira e Orçamentária (AFO), para compor o Código Brasileiro de Administração – CBA;
 - e) RN CFA nº 493, de 11 de novembro de 2016, aprovando o Catálogo de Atividades Típicas do Profissional de Administração na área de Organização, Sistemas e Métodos (OSM), para compor o Código Brasileiro de Administração – CBA;
 - f) RN CFA nº 494, de 11 de novembro de 2016, aprovando Aprova o Catálogo de Atividades Típicas do Profissional de Administração na área de Administração Mercadológica / Marketing (AMK), para compor o Código Brasileiro de Administração – CBA;

- » 4.6. Adquiridas pelo CFA, por meio de ações da CFR, mediante processo licitatório, 152.000 cédulas do novo modelo da Carteira de Identidade Profissional - CIP, em Papel Moeda, as quais foram distribuídas aos CRAs, sem ônus, nas quantidades solicitadas, exceto, para os CRAs DF, PR, SP e ES, que decidiram adotar a nova CIP em Cartão de Policarbonato.
- » 4.7. Adquiridos pelo CFA, por meio de ações da CFR, mediante processo licitatório, 28 kits de equipamentos de informática para impressão do novo modelo da Carteira de Identidade Profissional em Papel Moeda, os quais foram distribuídos, sem ônus, aos CRAs que optaram pela utilização da nova CIP em Papel Moeda. Os kits foram compostos dos seguintes equipamentos: 1 (um) computador notebook; 1 (uma) impressora multifuncional, a *laiser*, colorida; 1 (uma) webcam; 1 (um) Coletor de assinatura digital; 1 (um) coletor de digitais; e 1 (um) transformador para impressora. Os CRAs, do DF, PR e SP não receberam o kit de impressão da CIP, por terem decidido adotar a nova CIP em Cartão de Policarbonato;
- » 4.8. Realizado nos dias 5 e 6 de Dezembro de 2016, o curso de Perícia Judicial para Administradores, com carga horária de 20 horas, na sede do CFA, cujo objetivo foi treinar os Conselheiros Federais e Administradores do quadro de funcionários do CFA, além dos estagiários de Administração, para o exercício da Perícia Judicial nas áreas de Administração;
- » 4.9. Realizada a Coleta Mensal de Dados dos CRAs sobre os Registrados – PF, PJ e Fiscalização, conforme planilhas demonstrativas do Crescimento, Inadimplência e das Ações de Fiscalização do Sistema CFA/CRAs, conforme Gráficos abaixo.

EVOLUÇÃO DO Nº DE PESSOAS FÍSICAS REGISTRADAS - SISTEMA CFA/CRAs



EVOLUÇÃO DO Nº DE PESSOAS JURÍDICAS REGISTRADAS - SISTEMA CFA/CRA's



Adm. Mauro Kreuz

Diretor

Adm. Tânia Maria da Cunha Dias

Vice-diretora

Adm. Sônia Ferreira Ferraz

Membro

Apresentação

Em 2016, a Câmara de Formação Profissional (CFP) do CFA focou esforços na execução de ações direcionadas à inserção do profissional no mercado de trabalho, bem como aos processos de melhoria da qualidade do ensino de Administração, diante da aproximação das entidades mantenedoras de Instituições de Educação Superior (IES). A seguir, destacamos os principais projetos e ações que tiveram como intuito alcançar a missão do Sistema CFA/CRAs de “valorizar as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do país”.

PROJETOS REALIZADOS E EM ANDAMENTO:

1. Avaliação de Cursos pelo Sistema CFA/CRAs

Em 2016, o MEC editou o Decreto 8.754/2016, que revogou o artigo 37 do Decreto 5.773/2006 e incluiu no artigo 29 o § 1º, o qual prevê a oferta de subsídios por parte dos Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional apenas nos processos de autorização de cursos. O artigo 37 abrangia a apresentação de posicionamentos a respeito dos processos de reconhecimento e de renovação de reconhecimento.

Por consequência, houve uma redução significativa no quantitativo de processos disponibilizados para análise do Sistema CFA/CRAs ao longo de 2016. Até o dia 08/09/2016, o sistema e-MEC havia disponibilizado 106 processos, sendo que 39 eram de autorização de curso, 17 de reconhecimento de curso, 33 de renovação de reconhecimento de curso, dez de autorização de curso EaD e sete de reconhecimento de curso EaD. De todos os processos analisados, apenas dois tiveram pareceres desfavoráveis à autorização de curso.

2. Programa de Capacitação e de Formação de Multiplicadores de conhecimento em Micro e Pequenas Empresas

O Conselho Federal de Administração (CFA) concluiu o projeto piloto do Programa de Capacitação e de Formação de Multiplicadores de Conhecimento em Micro e Pequenas Empresas (MPes) em julho de 2016. No total, 93 Administradores foram habilitados com metodologias que permitem realizar diagnósticos, identificar problemas e encaminhar soluções em MPes.

O projeto piloto certificou profissionais dos Conselhos Regionais de Administração de Alagoas, Maranhão, Pará, Piauí e Rio de Janeiro. O curso faz parte do Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República (SEMPE/PR) e o CFA.

Durante as reuniões plenárias, realizadas em maio de 2016, por ocasião do XXII CONAMERCO, os CRAs de Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Sergipe foram sorteados para participarem da segunda fase do projeto. O edital de seleção de Administradores, disponibilizado no Portal do CFA com os requisitos para participação no sorteio, contempla 55 vagas para cada um dos CRAs que participarão da segunda fase do projeto, cujas aulas têm início previsto para o primeiro trimestre de 2017.

3. Prêmio “Belmiro Siqueira” de Administração



Em 2016, o Prêmio Belmiro Siqueira de Administração completou a sua 25ª edição e estabeleceu como tema central a Gestão Ambiental, sugerindo dois títulos: “A Gestão Ambiental como área de atuação do Administrador” ou “As implicações éticas da Gestão Ambiental nas organizações” para a modalidade Artigo Acadêmico, da qual participaram estudantes de cursos de Bacharelado em Administração e para a modalidade Artigo Profissional, que contou com a participação de Administradores.

A modalidade Pós-Graduação Stricto Sensu, cujo tema é livre na área da Administração, também contou com a participação de Administradores.

Os trabalhos apresentados pelos CRAs foram analisados pelo Comitê de Julgamento do CFA, cujos vencedores receberam suas premiações na 4ª Assembleia de Presidentes, realizada no dia 24 de novembro em Curitiba/PR.

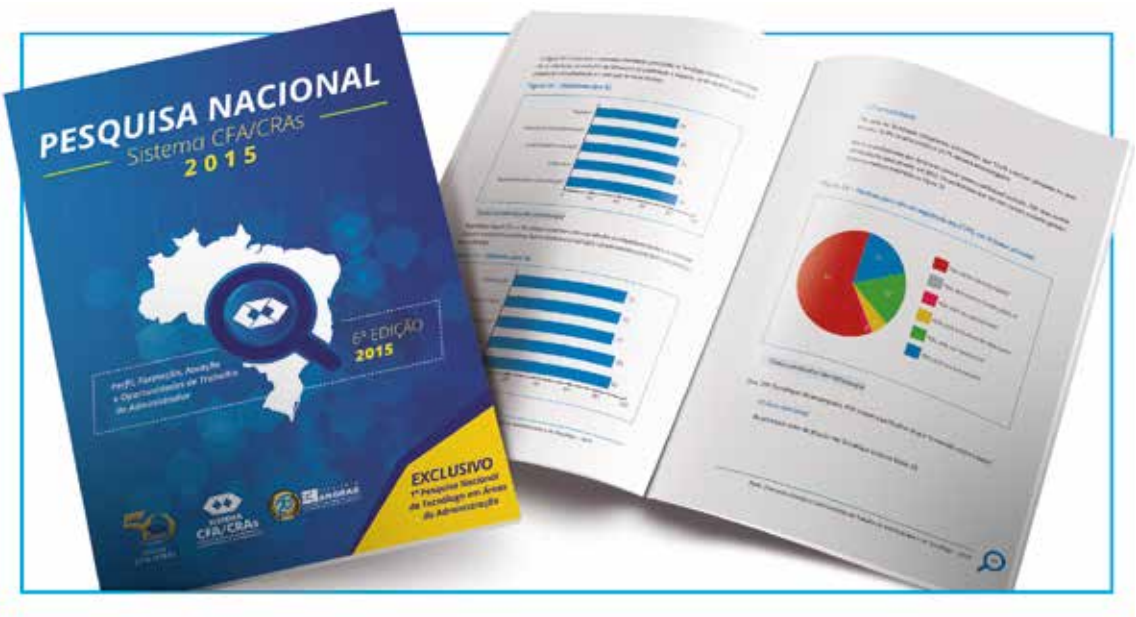


4. Pesquisa Nacional Perfil, Formação, Atuação e Oportunidades de Trabalho do Profissional de Administração

Em 2016, foi publicado o Sumário Executivo da Pesquisa Nacional Perfil, Formação, Atuação e Oportunidades de Trabalho do Administrador (6ª edição) e do Tecnólogo (1ª edição). Desenvolvida entre abril e novembro de 2015, além de atualizar dados de trabalhos anteriores, a pesquisa permitiu a obtenção de subsídios para que o Sistema CFA/CRAs execute ações estratégicas para a normatização, o aperfeiçoamento e a valorização da categoria profissional.

A pesquisa é uma importante referência para os profissionais de Administração e pesquisadores da ciência da Administração, e os resultados estão disponíveis on-line. Para conferir, acesse os dados da pesquisa em <http://pesquisa.cfa.org.br/grep/home/>

Por meio do link é possível criar gráficos e fazer cruzamentos entre as questões, considerando as opiniões dos Administradores, Tecnólogos, Coordenadores, Professores e Empresários/Empregadores.



Evolução das amostras de 1994 a 2015

Públicos	1994	1999	2003	2006	2011	2015
Administradores	747	783	7.215	9.178	17.982	17.124
Tecnólogos	-	-	-	-	-	1.270
Coordenadores/ Professores	-	246	1.156	927	1.602	1.259
Empresários/ Empregadores	-	300	1.315	447	1.533	923
Total	747	1.329	9.686	10.552	21.117	20.576

5. Programa de Certificação Profissional em Administração

CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

O Programa de Certificação Profissional em Administração passou por uma reformulação em 2016, tendo em vista a necessidade de implementar o software utilizado para o gerenciamento das inscrições dos candidatos, que será integralmente organizado pelo CFA, abrangendo as áreas de Administração e Seleção de Pessoal/Recursos Humanos; Administração de Materiais/

Logística; Administração Financeira; Administração Mercadológica (Marketing)/Administração de Vendas; Administração Financeira/Orçamento; Administração de Produção.

Os certificados expedidos na primeira fase do Programa, que será conduzido integralmente pelo CFA, terão seus prazos de validade prorrogados por mais 1 (um) ano. Os certificados terão validade de 4 (quatro) anos, a contar de 21/09/2016, data de publicação da Resolução Normativa CFA nº 485/2016, a qual aprovou o regulamento do Programa de Certificação Profissional em Administração do Sistema CFA/CRAs.

A extensão do prazo para a Certificação Profissional na Modalidade Experiência será de 3 (três) anos a contar da publicação da presente Resolução Normativa.

6. Qualidade do ensino de Administração

6.1. Agenda com associações de mantenedores



Em 2016, o CFA promoveu ampla aproximação junto a entidades de mantenedores, visitando algumas entidades, tais como Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc), Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades Isoladas (Abrafi) () e Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior

(ABMES) nas quais apresentou uma proposta de parceria, por meio da assinatura de um Acordo de Cooperação Institucional, com o intuito de fortalecer os cursos de Administração Bacharelado e os Cursos Superiores de Tecnologia em determinadas áreas da Administração, em benefício da sociedade.

Nessa perspectiva, o Sistema CFA/CRAs presta colaboração no sentido de aproximar a academia do profissional de Administração.

6.2. Censo da Educação Superior 2015

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) divulgou, em outubro de 2016, os dados do Censo da Educação Superior 2015.

A CFP compilou as informações disponibilizadas e tratou especialmente dos cursos oferecidos nos campos da Administração, bacharelado e superior de tecnologia em determinada área da Administração, os quais continuam a representar o maior contingente de alunos matriculados em Instituições de Educação Superior brasileiras, atingindo 1.305.571 alunos.

6.3. Encontro de Professores e Coordenadores de Cursos de Bacharelado em Administração

ENCONTRO DE
COORDENADORES
E PROFESSORES

DOS CURSOS
DE BACHARELADO
EM ADMINISTRAÇÃO

Em 2016, os Encontros de Professores e Coordenadores dos Cursos de Bacharelado em Administração (Eprocads) foram

realizados em alguns CRAs com a participação da Câmara de Formação Profissional.

O Diretor da CFP, Adm. Mauro Kreuz, esteve presente nos CRAs de AP, AM, BA, DF, MT, RN e SC apresentando uma análise da educação superior sob a ótica dos dados da Pesquisa Nacional, do Censo da Educação Superior 2014 e do Enade, e uma proposta de inovação pedagógica que venha dar um novo corpo aos cursos de Administração oferecidos no país, no intuito de atender à expectativa dos discentes e do mercado de trabalho, aproximando a teoria da realidade.

6.4. ENANGRAD



O Sistema CFA/CRAs tem como princípio tratar das questões que envolvem o processo de formação do Profissional de Administração. Nesse sentido, foi reafirmada a parceria entre o CFA e a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (Angrad), a qual prevê a concessão de apoio institucional e financeiro para a realização do XXVII Enangrad, ocorrido na cidade de Campinas/SP no período de 19 a 21/11/2016.

6.5. Comissão Especial das DCNs de Administração

O CFA designou portaria com representantes do CFA e da Angrad, para a Comissão Especial para Análise das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Bacharelado em Administração, com o intuito de discutir e analisar as Resoluções nº 4/2005 e nº 1/2014, editadas pelo Conselho Nacional de Educação/MEC. A comissão em questão considerou os impactos e consequências da edição da Resolução nº 1/2014 para o processo de formação do profissional, bem como analisou as questões relacionadas ao registro profissional dos egressos dos Cursos de Administração Pública formados à luz da nova DCN. Para a obtenção de registro profissional como Administrador, as instituições de ensino superior (IES) devem adequar a matriz curricular dos cursos à Resolução CNE/CES nº 4/2005, de acordo com a opinião da Comissão.

6.6. Intervenções junto ao Poder Público

Em 2016, o CFA participou de diversas audiências na Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres/MEC), na Secretaria de Educação Superior (Sesu/MEC), e também na Secretaria Executiva do Ministério da Educação com o objetivo de apresentar contribuições para a melhoria da apresentação de pareceres técnicos nos processos de autorização dos Cursos de Bacharelado em Administração, bem como para tratar de projetos de interesse da profissão, os quais permeiam a área educacional.

A parceria do CFA junto ao poder público tem como objetivo fortalecer a nossa categoria profissional, por meio de uma intervenção efetiva do poder público, e garantir a oferta de cursos superiores nos campos da Administração.

Atendimento às partes interessadas

A Câmara de Formação Profissional respondeu mais de 800 demandas do público interno e externo do Sistema CFA/CRAs, as quais tratam das questões relacionadas à oferta de cursos superiores, à legislação educacional, às situações que tratam da correlação dos cursos de Tecnologia e de Bacharelado às margens das DCNs de Administração à área da Administração, dentre outras matérias.

Conclusão

A revisão das sistemáticas que envolvem os projetos estruturantes do CFA tais como o Programa de Certificação Profissional em Administração do Sistema CFA/CRAs promoveu melhorias que resultaram na publicação de nova Resolução Normativa e respectivo Regulamento.

O aprendizado, obtido pela reestruturação dos projetos da CFP em 2016, impactará positivamente para o alcance das metas e objetivos estabelecidos nos projetos pela autarquia para o exercício de 2017.

Câmara de Desenvolvimento Institucional

CDI

Adm. Carlos Alberto Ferreira Júnior

Diretor

Adm. Diego Cabral Ferreira da Costa

Vice-diretor

Adm. Dionízio Rodrigues Neves

Membro

Apresentação

A Câmara de Desenvolvimento Institucional (CDI) exerceu sua função, em 2016, visando difundir as ações e projetos por meio de produtos de comunicação – alguns novos e inéditos – em prol da profissão.

Tudo foi elaborado e executado sob um planejamento minucioso e responsável. Com incontestável dedicação de toda a equipe, a CDI encerra o ano logrando êxito nas ações com a sensação de dever cumprido.

Projetos e ações desenvolvidos

No ano de 2016, a equipe de design da CDI produziu diversas peças para apoiar as ações de comunicação do CFA e dos CRAs. A inovação este ano foi o apoio aos CRAs na produção de peças de eventos locais, proporcionando uma padronização na identidade visual do Sistema além de uma economia financeira.

Redes Sociais



O CFA reformulou suas ações nas redes sociais para acompanhar as mudanças e atualizações destas mídias. Isto demandou da área gráfica do CFA mais de mil imagens para publicação no Facebook, entre atualizações de imagens antigas, criação de imagens novas, capas e avatares, inclusive para os Regionais. Mais de 100 fotos para o Instagram, compreendendo direção de arte e montagem. Todas as fotos produzidas são pensadas minuciosamente. Neste ano, a conta do Instagram teve um crescimento de **242,86%**

Design gráfico e Publicações



A CDI atua diretamente como uma agência de direção de arte, criação e publicidade para o Sistema CFA/CRAs e durante o ano de 2016 foi responsável pela autoria de 17 projetos de identidade visual e mais de 50 trabalhos de diagramação, design e arte final, entre eles peças publicitárias, material em vídeo, material para internet e para realização de eventos. Dentre estes projetos estão:

AdmEmpregos 2016	Campanha Corrupto Não	RBA quitou ganhou 2017
Boletim 2016	Trabalho Decente	Relatório Gestão 2016
Dia do Administrador	Cartilha dívida ativa	Anúncio para a Revista Consad
Campanha de Registro	Documentário CRA-AM	Campanha SEI
Cartilha de Finanças	Eleições 2016	Transparência Portal
Cartilha de Registro	CFA Sustentável	Vídeo Institucional CFA
Cartilha CBA	Portal Estudante	Datas comemorativas
Curso Boa Governança	Folder Governança Pública	Portal Educação
Conamerco	Guia Prático de Redação de Notícias	Folder MPEs
Congesp	Pesquisa perfil ADM	Certificação 2016
Prêmio Guerreiro Ramos	Campanha PLS439	Plataforma Conhecimento
Prêmio Belmiro Siqueira	Planejamento Estratégico	Convenção 2016

Trabalho conjunto com a Imprensa



A área de design da CDI auxilia a área de imprensa do CFA com peças gráficas e divulgação. São diversos modelos para serem utilizadas em cinco mídias diferentes: redes sociais; e-mail marketing; website; celular e jornal impresso. A assessoria de imprensa decide em qual mídia atuará para divulgar cada ação e a área de design cria de acordo com as especificações de cada veículo, do jornal impresso às redes sociais.

A Câmara ainda presta suporte na área fotográfica, disponibilizando seus profissionais para cobertura em eventos e reuniões.

A CDI promove reuniões de briefing com o cliente final (podendo ser veículos de divulgação até as próprias Câmaras do CFA) e, por ser gerenciadas por uma única área, traz unidade visual nas ações do Sistema, garantindo uma imagem sólida e consistente, pois também trabalha em conjunto com o que está definido na Política de Qualidade ISO do CFA. Seguem os números de divulgação midiática:

Palavra do Presidente	E-mail Marketing	8
Carta aos Administradores	E-mail Marketing	3
Café com Presidente	E-mail Marketing	3
Imagens Facebook	Rede Social	208
Imagens Instagram	Rede Social	173
Imagens Site	Site CFA e CRAs	48
Notícias Facebook	Rede Social	24
Clippings Semanais	E-mail Marketing	34
WhatsApp	Celular	19
Giro de Notícias e TV	E-mail Marketing	26
Anúncio e Informe	Jornal impresso	2

Ao longo dos últimos anos, a CDI só melhora esses números para, cada vez mais, otimizar custos e potencializar os esforços de todo o Conselho.

Prêmios Belmiro Siqueira e Guerreiro Ramos

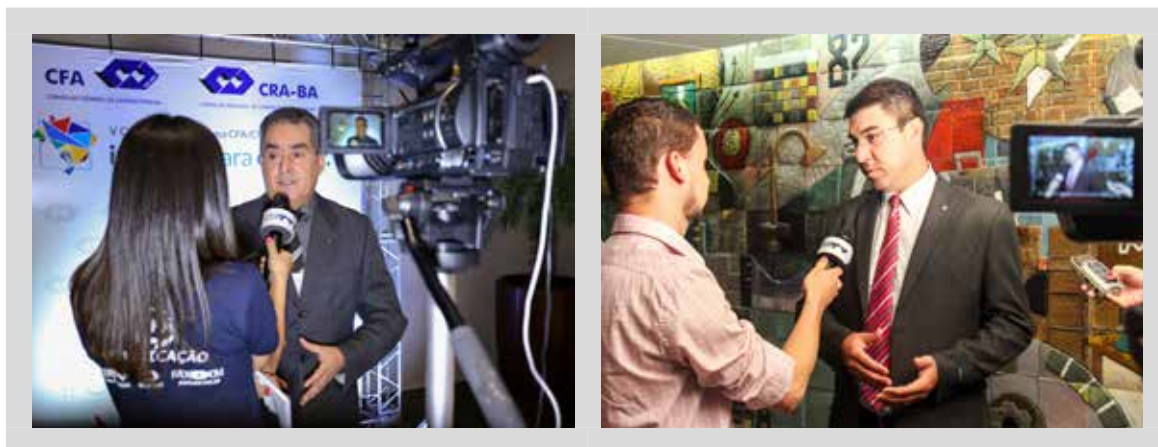
Anualmente a CDI é responsável pela criação visual e da campanha publicitária dos dois maiores prêmios do Sistema CFA/CRAs: Belmiro Siqueira e Guerreiro Ramos. Este ano, a CDI continuou com as novas linhas adotadas por ambas as campanhas de 2015: a premissa de que os prêmios são um dos maiores prêmios que promovem a ciência da Administração e participar deles é um marco na carreira do Administrador.

A identidade das campanhas continuou voltada para passar a impressão do alto

nível que os Prêmios possuem e o status que eles agregam. Com os temas Gestão Ambiental (Belmiro Siqueira) e Gestor Público/pesquisador (Guerreiro Ramos) toda a arte foi voltada para o direcionamento do tema para atrair ainda mais participantes.

O trabalho gráfico para assessoria também foi intenso com a produção de imagens para releases e atualizações diárias dos Prêmios no portal do CFA, Revista RBA, Boletim, Clipping semanal e redes sociais.

Cobertura de Eventos



A Câmara de Desenvolvimento Institucional também contribuiu, ao longo do ano, com a cobertura e divulgação de vários eventos do Sistema CFA/CRAs. Cada evento possuiu uma especificidade e necessidades que precisavam ser entendidas e comunicadas para o seu público particular, na maioria das vezes o público interno dos regionais e Administradores. Todos os eventos contavam com cobertura jornalística, gravação audiovisual e transmissão on-line, emissão de boletim digital diário, clipagem e vídeos constantes da cobertura e entrevistas para TV e Rádio.

Dentre os eventos que tiveram auxílio da CDI para criação de suas peças estão: 3º Semana Nacional de Educação Financeira; Convenção do Sistema CFA/CRAs e Congesp.

Identidade unificada e Design para os CRAs

Este ano, a Câmara de Desenvolvimento Institucional continuou com o projeto de identidade visual unificada do Sistema CFA/CRAs. Sempre reforçando em reuniões a importância dos Regionais aderirem ao projeto e a sua relevância para a imagem do Conselho, o CFA conseguiu atender mais de 1/3 do Sistema com demandas gráficas e completou a adesão de 16 CRAs ao site modelo. As demandas gráficas disponibilizadas para os CRAs este ano incluíram: modelo de clube de vantagens (convênios), modelos de folder institucional, ciclo de palestras, rodas de debate, workshops, café com palestras e encontros nas faculdades. Os serviços sempre acompanhados de todo material publicitário.

Outro trabalho significativo da parte de produção gráfica é o acompanhamento junto aos Regionais orientando quanto ao uso do Manual de Identidade Visual, promovendo o uso correto da marca do Sistema e do símbolo da Administração. A CDI também acompanha de perto todas as ações e decisões tomadas pela empresa de publicidade contratada para realizar seus serviços terceirizados.

Revista Brasileira de Administração (RBA)

O ano de 2016 consolidou, mais uma vez, a Revista RBA como o principal veículo de comunicação da categoria. Para manter seu público sempre informado dos acontecimentos do universo da Administração e dos principais fatos jornalísticos, a Revista inovou as editorias, mas a criação de um novo caderno foi o maior destaque deste ano. A editoria aborda diversas áreas da Administração e o tema estreante foi Finanças, exposto e explicado por um especialista da área, em um formato leve e de fácil compreensão, agradou a todos.

Além da repaginada nas editorias, foram feitas mudanças na forma de pagamento da assinatura. Para facilitar o acesso à revista, além de boletos, os leitores podem optar pelo pagamento utilizando o cartão de crédito.

A RBA é auditada pelo IVC e seus 120 mil exemplares são distribuídos nos quatro cantos do Brasil.

O destaque vai para a edição nº 111 da RBA, que trouxe o resultado da 6ª pesquisa “Perfil, formação, atuação e oportunidades de trabalho do Administrador”. Os estudos realizados incluíram o perfil do tecnólogo.

Confira as edições da RBA em: www.revistarba.com.br

Conselho Editorial:	Conselho de Publicações:
Prof. Carlos Osmar Bertero	Adm. Mauro Kreuz
Prof. Adm. Idalberto Chiavenato	Adm. Rogério Ramos de Souza
Prof. Milton Mira de Assumpção Filho	Adm. Sergio Pereira Lobo
	Adm. Tânia Maria da Cunha Dias

Coordenador dos Conselhos Editorial e de Publicações
Adm. Carlos Alberto Ferreira Júnior



Conselho Editorial da Revista RBA

Atendimento aos assinantes da RBA

Em janeiro de 2016, após a Câmara de Desenvolvimento Institucional voltar esforços para a pesquisa de mercado e a elaboração de termo de referência, o CFA adquiriu a licença de uso de uma nova ferramenta de gestão das assinaturas da Revista RBA. O novo sistema revolucionou o atendimento, possibilitando maior controle, agilidade, acesso e fidelidade no processo de administração das assinaturas, dos profissionais contemplados pelo Sistema CFA/CRAs, e demais pessoas físicas e jurídicas, que somam cerca de 114 mil leitores ativos. Com a higienização do banco de dados e a implantação da loja virtual da RBA, agora, os clientes podem adquirir assinaturas e edições avulsas da revista, bem como fazer a renovação da assinatura, utilizando a modalidade de compra via cartão de crédito.

Além disso, adotamos um novo procedimento no atendimento e na tratativa das reclamações de não recebimento da Revista, um de nossos maiores desafios. Alinhados com a empresa responsável pela distribuição nacional da Revista, que nos encaminha bimestralmente planilhas, por destinatário, por edição, e o novo sistema nos possibilitou uma maior interação e maior controle nos registros das reclamações e resolução das pendências, de modo que conseguimos reduzir em cerca de 95% dos casos de reclamações que chegaram ao nosso conhecimento.

Iniciamos um trabalho junto aos Conselhos Regionais de Administração, que consiste no envio de gráficos e planilhas demonstrativas das reclamações recebidas pelo Atendimento da RBA/CFA, classificadas por estado e edição, para que possam ter conhecimento da situação e da possibilidade de adotar medidas de melhoria, inclusive com a atualização cadastral dos profissionais registrados.

Com as novas ferramentas disponíveis e com a implantação de novos procedimentos, continuaremos trabalhando em busca das melhores soluções, para eliminar os gargalos relacionados ao atendimento da Revista RBA, para que possamos atender satisfatoriamente a todos os nossos leitores.

Boletim “Notícias CFA/CRAs”



Em 2016, a Câmara de Desenvolvimento Institucional produziu cinco edições do Boletim ADM que traz notícias do Sistema CFA/CRAs”: nº 76, 77, 78, 79 e 80. Neste ano, os boletins trouxeram diversas informações, e cada edição teve seu destaque.

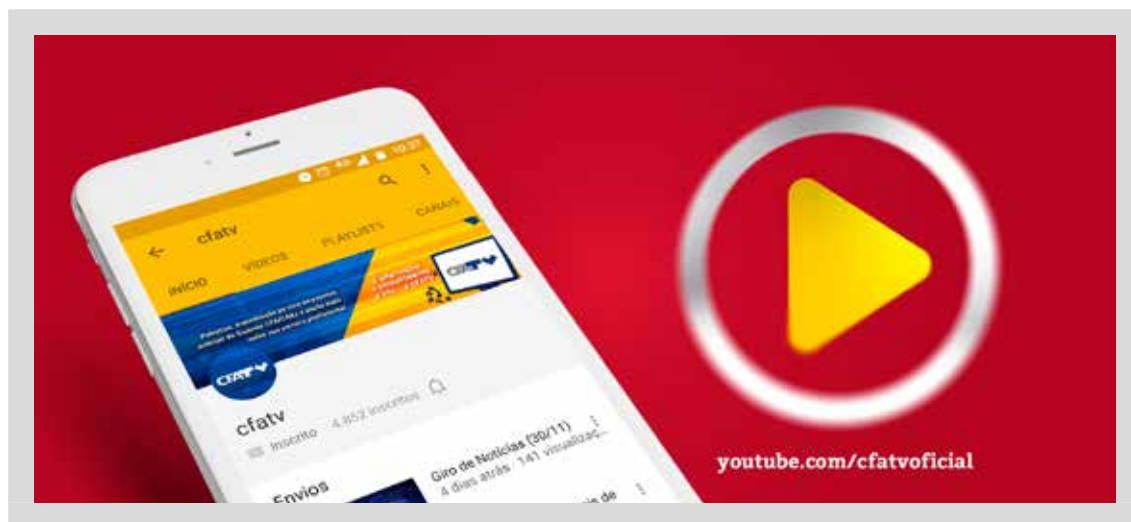
Dentro todas as edições, a pauta sobre a implantação do Sistema Eletrônico de Informação (SEI), publicada na edição de número 77, foi o assunto de maior destaque. A nova ferramenta usada no CFA proporcionou mais agilidade nas operações e economia de papel.

Disponível em: <http://www.cfa.org.br/servicos/publicacoes/boletim-do-cfa>

Clipping do CFA

O Clipping semanal teve continuação neste ano. O produto traz uma seleção de notícias divulgadas pelo Sistema CFA/CRA. Veiculado semanalmente, o produto tem como objetivo trazer as informações de todo o Sistema. No Clipping são divulgadas todas as matérias produzidas pela equipe de comunicação do CFA, entre áudios, vídeos e boletins especiais. Dessa forma, o público fica por dentro de tudo que está acontecendo no Sistema CFA/CRA.

CFATV



O CFATV completou um ano, em fevereiro de 2016, trouxe várias novidades e já conta com mais de 5 mil seguidores. O canal na web foi fundamental para o desenvolvimento da comunicação da autarquia, que, antes, já contava com outros veículos de comunicação como: revista, portal de notícias, web rádio, perfis nas redes sociais Facebook, Instagram e SoundCloud, além dos informativos internos.

O CFATV está sempre buscando informações inéditas para veicular em suas editorias. Toda semana há novidades. Os vídeos são curtos e objetivos, priorizando abordagens dinâmicas. A missão do canal é divulgar o Sistema CFA/CRA, suas ações, informações diversas sobre o universo da Administração e fatos jornalísticos atuais, além de vídeos motivacionais e comemorativos.

Até o fechamento do Relatório de Gestão, o canal já contava com mais de 120 mil visualizações nos conteúdos já publicados. Entre eles, o público encontrará material produzido na cobertura de eventos importantes como o XXII Congresso de Administração do Mercosul, V Convenção do Sistema CFA/CRA e o XXV Encontro Brasileiro de Administração.

Além disso, o CFATV foi de fundamental importância para a execução do projeto Plataforma do Conhecimento. Com um novo formato, o programa tem como objetivo interagir e difundir assuntos e conhecimentos ligados à Administração para a sociedade. Os debates são transmitidos ao vivo pelo CFATV e, a cada edição, especialistas nas mais diversas áreas se reúnem para compartilhar conhecimento na área de gestão.

Em 2016, o projeto teve três edições, sendo duas delas realizadas em parceria com o Conselho Regional de Administração da Bahia (CRA-BA) e uma realizada em parceria com o Conselho Regional de Administração de São Paulo (CRA-SP). As transmissões tiveram participação assídua dos internautas.

Depois da transmissão ao vivo, os vídeos são disponibilizados no canal do CFATV no YouTube. Os conteúdos da Plataforma do Conhecimento já alcançaram mais de nove mil visualizações e, diariamente, a iniciativa do CFA é elogiada em razão da qualidade da capacitação que é oferecida.

Assessoria de Imprensa



Entrevista Presidente Sebastião Mello ao Bom Dia RN

Dentro de qualquer organização, a comunicação tem função estratégica de resultados, sendo necessária para agregar valores e ajudar a organização a cumprir sua missão. No CFA, a Câmara de Desenvolvimento Institucional é responsável pela elaboração de projetos que englobam iniciativas nas áreas de Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda. Assim, a Assessoria de Imprensa presta serviço especializado, coordenando as atividades comunicacionais de todo o Sistema CFA/CRAs.

O CFA conta com um site, uma web TV e uma web rádio para levar ao público e à sociedade em geral o papel do Sistema. Os planos de comunicação são desenvolvidos para os públicos interno e externo, com elaboração de textos jornalísticos, peças publicitárias, press-releases, sugestões de pauta e press-kits, vídeos institucionais, email marketing, entre outros.

O relacionamento com os diferentes veículos de comunicação do país – jornais, revistas, sites, blogs, TVs e rádios – também faz parte das ações da Assessoria de Imprensa. Para aperfeiçoar a capacidade dos porta-vozes do CFA de se relacionar com os jornalistas em entrevistas, eventos ou em almoços de relacionamento, a equipe desenvolve um trabalho de *media training*. Além disso, auxilia o principal porta-voz da autarquia, apoiando-o na elaboração de discursos, prefácios e artigos e preparando-o para as entrevistas que foram agendadas ao longo do ano.

O uso de ferramentas midiáticas on-line é outra alternativa para divulgar as ações e eventos Sistema CFA/CRAs junto ao público (profissionais e estudantes de Administração).

Rádio ADM

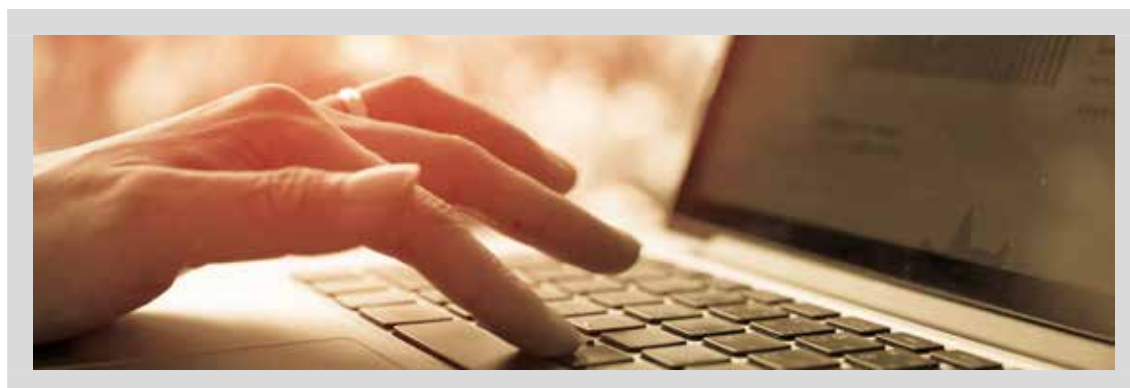


A Rádio ADM completou dois anos em 2016. O canal é de fundamental importância para a comunicação de todo Sistema CFA/CRAS e temas ligados à Administração. Além de dar espaço para todos os Conselheiros Federais e Presidentes de CRAs, o veículo é também o meio de disseminação de conhecimento por profissionais gabaritados na área.

A programação da web rádio é diversificada, alternando notícias, músicas e entretenimento. São cerca de 14 editorias. “Notícias do CFA”, “CRA em Pauta”, “Café com o presidente”, “ADM em foco”, “ADM Responde”, “ADM Indica” e “Cursos e concursos” são algumas delas. Pelo menos 70 áudios são divulgados mensalmente por meio do canal.

Neste ano, as principais ações de divulgação se concentraram nos grandes eventos promovidos pelo Sistema, como Conamerco, Convenção, Plataforma do Conhecimento, entre outros. Outro destaque da Rádio ADM, em 2016, foi a série especial sobre o Dia do Trabalhador. Com cinco reportagens, a série trouxe personagens e histórias emocionantes.

Portal CFA e RBA



O portal do Conselho Federal de Administração manteve os altos números de acessos diários do ano anterior, mensurando, a cada semestre, as principais áreas de interesse do público do Sistema CFA/CRAs. As áreas mais procuradas continuam sendo, com ampla margem à frente das outras: áreas de fiscalização, cadastro nacional, banco de currículos e piso salarial. Resultado do trabalho diário da Câmara de Desenvolvimento Institucional, o portal sempre preza pela facilidade e rapidez para que a informação chegue, de fato, ao Administrador.

Já o portal da RBA estendeu seu sistema para conversar com novo modelo de rede social do ISSU, o flipboard on-line que a revista usa para disponibilizar sua publicação em formato digital.

O portal do Conselho Federal de Administração manteve os altos números de acessos diários do ano anterior, mensurando, a cada semestre, as principais áreas de interesse do público do Sistema CFA/CRA. As áreas mais procuradas continuam sendo, com ampla margem à frente das outras: áreas de fiscalização, cadastro nacional, banco de currículos e piso salarial. Resultado do trabalho diário da Câmara de Desenvolvimento Institucional, o portal sempre preza pela facilidade e rapidez para que a informação chegue, de fato, ao Administrador. Já o portal da RBA estendeu seu sistema para conversar com novo modelo de rede social do ISSU, o flipboard on-line que a revista usa para disponibilizar sua publicação em formato digital.

As principais implementações em 2016 ficaram por conta da modelagem para Mobile (tanto CFA quanto RBA), da adaptação do sistema de licitações e do inovador gerenciamento de arquivos.

- » Os portais modelo, CFA e RBA estão 100% funcionais para dispositivos móveis como *tablets e smartphones* e 90% otimizados para uma experiência mais completa nestes casos. Principalmente toda a parte da home foi remodelada para adaptar-se aos novos sistemas.
- » A área de licitações passou a ser aberta para todos os usuários cadastrados que queiram ter acesso aos processos, porém comentários ainda são feitos apenas com CNPJ cadastrados.

Ser referência em conteúdo para Administradores, tecnólogos e estudantes é o principal objetivo do portal do Conselho Federal de Administração (CFA). O sucesso de público é fruto do intenso trabalho realizado pela Câmara de Desenvolvimento Institucional do CFA, setor responsável pela criação e gerenciamento dos portais CFA e RBA.

Portais modelo dos Regionais



Em 2016, contamos com uma surpreendente adesão de 16 dos regionais que seguiram a mesma tendência do nosso site piloto do Piauí CRA-PI, lançado em 2014. Cada novo site demanda uma série de etapas seguidas à risca igualmente por todos os CRAs para sua implementação. A colaboração do regional em parceria com o CFA é total. Tanto na parte

de estrutura, quanto de conteúdo, tudo é discutido abertamente entre ambas as partes. A fase de implementação sempre termina com um treinamento *in loco*, feito no regional por um colaborador especialista do CFA, para os demais colaboradores do regional, sem custo para este.

A grande novidade para ser finalizada em 2017 é a padronização das áreas de transparência dos sites modelo seguindo o padrão CFA (que atende aos requisitos do TCU). Toda a estrutura foi pensada para facilitar o trabalho de transparência de cada área responsável por seu conteúdo e até mesmo para os CRAs menores que possuem reduzido corpo de colaboradores. O CFA presta suporte total na implementação das áreas de transparência e acompanha, de perto, como cada regional trata e lida com a peculiaridade de cada um.

A unificação dos portais dos regionais não apenas alinha a identidade visual, mas também a identidade de discurso e efetividade. Parte do conteúdo é sempre atualizada pelo próprio CFA de maneira automática. Deste modo, a adesão ao modelo reduz em até 50% o tempo necessário para levar a informação até o Administrador e ainda diminui o trabalho que o regional terá de atualizar semanalmente o seu site.

Conclusão

O ano de 2016 da CDI foi pautado pelo sucesso de ações genuinamente elaboradas e executadas. Priorizando o público-alvo do Sistema CFA/CRAs, a Câmara conseguiu disseminar a mensagem do Conselho com eficiência, conforme atestado neste documento.

Pelo bom trabalho realizado e louvor em sua execução, agradecemos a todos que se envolveram e apoiaram tal feito. Assim, encerramos mais uma etapa com a certeza da excelência nas atividades e procedimentos efetivos.

Câmara de Relações Internacionais e Eventos

CRIE

Adm. Marcos Clay Lucio da Silva

Diretor

Adm. Rui Pedro Baratz Ribeiro

Vice-diretor

Adm. Aldemira Assis Drago

Membro

Apresentação

Este relatório tem como objetivo apresentar as principais ações desenvolvidas pela Câmara de Relações Internacionais e Eventos (CRIE), durante o exercício de 2016, em cumprimento à competência que lhe é conferida pelo art. 50 do Regimento do CFA, aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 432, de 8/3/2013, assim como ao estabelecido no seu Programa de Trabalho para o biênio 2015/2016.

Todos os esforços da CRIE se concentraram em dar maior visibilidade ao Sistema CFA/CRAs, em aprofundar as relações internacionais, e melhorar a qualidade dos eventos apoiados e/ou realizados pelo Sistema CFA/CRAs.

REUNIÕES REALIZADAS

A Câmara de Relações Internacionais e Eventos durante o ano de 2016, realizou as seguintes reuniões:

1ª Reunião	
Data	31/3/2016
Local	Sede do Conselho Federal de Administração - Brasília/DF
Participantes	Adm. Marcos Clay Lucio da Silva - Diretor Adm. Rui Pedro Baratz Ribeiro - Vice-Diretor Adm. Aldemira Assis Drago - Membro

2ª Reunião	
Data	07/12/2016
Local	Sede do Conselho Federal de Administração - Brasília/DF
Participantes	Adm. Marcos Clay Lucio da Silva - Diretor Adm. Rui Pedro Baratz Ribeiro - Vice-Diretor

A CRIE realizou as reuniões informadas anteriormente e atuou incessantemente nas reuniões da Diretoria, Plenária e Assembleia de Presidentes quanto à análise dos pedidos de apoio institucional e financeiro dos eventos de interesse dos profissionais de Administração ocorridos em todo o país.

A Câmara, também, atuou na coordenação geral da V Convenção do Sistema CFA/CRA em sua comissão especial de realização do evento e integrou o Comitê Nacional Gestor de realização do XXV Encontro Brasileiro de Administração (ENBRA). Os eventos ocorreram respectivamente, em Salvador e Cuiabá em agosto e setembro.

Com referência a criação da União Ibero-Americana de Administração – UNIDA, a CRIE liderou a comissão especial desse processo de instituição onde foi analisada proposta de estatuto sugerida pelo Consejo Profesional de Ciencias Económicas de la Ciudad de Buenos Aires (CPCECABA) e o próprio CFA. Haverá nova reunião com o CPCECABA em Brasília para finalizar o

texto do referido estatuto e criar a organização.

A CRIE, também, fez gestões com o Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Brasília se reunindo com o novo Diretor da OIT Dr. Peter Poschen que assegurou a renovação da parceria e inclusão do tema Sustentabilidade trabalhado pela OIT de Turim no material didático do curso de multiplicação do conhecimento a ser realizado pelos Administradores capacitados na 1ª etapa do referido curso.

Será incluso no material didático da etapa de multiplicação do conhecimento, os indicadores sobre a Promoção do Trabalho Decente e Responsabilidade Social. A apostila que foi elaborada a partir do curso está distribuída aos facilitadores do curso indicados pela OIT para revisão final e posterior encaminhamento aos capacitados na 1ª etapa do curso para vencer a 2ª etapa da multiplicação do conhecimento.

1. Qualidade e Divulgação dos Eventos do Sistema CFA/CRA

DIVULGAÇÃO DE EVENTOS

Em 2016, a CRIE continuou o roteiro de avaliação que fixa critérios para análise de projetos que dizem respeito à concessão de apoio institucional e financeiro para eventos de interesse dos profissionais de Administração, estabelecendo uma pontuação para os projetos, baseada nos itens abrangência e natureza; importância do tema para a sociedade (Administradores); categorias envolvidas; edições do evento realizado pela entidade; conjunto de palestrantes; quantitativo de participantes; e visibilidade ao Sistema CFA/CRA.

APOIO FINANCEIRO CONCEDIDO

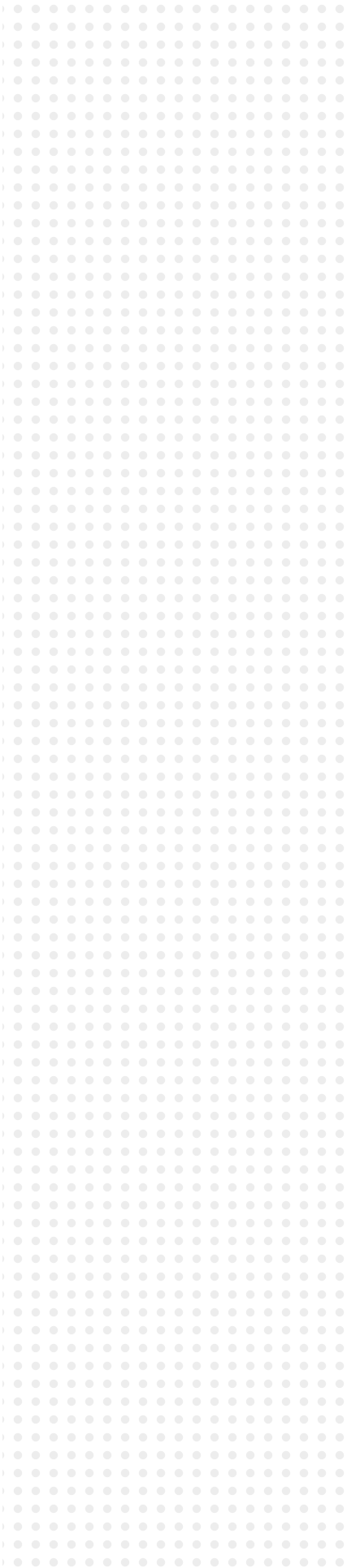
Qdt	Evento	Início	Término	Local	Promovente	Recurso
1	Fórum de Gestão Pública	14/04/16	14/04/16	Campo Grande / MS	CRA-MS	R\$ 10.000,00
2	Missão Acadêmico Empresarial para a Alemanha	21/04/16	01/05/16	Hannover / Alemanha	CRA-RS	R\$ 5.000,00
3	III Encontro Regional dos Cursos de Administração - Erecad	29/04/16	30/04/16	Garanhuns / PE	CRA-PE	R\$ 10.000,00
4	III Fórum de Gestão Pública do Piauí (Fogespi)	17/05/16	19/05/16	Teresina / PI	CRA-PI	R\$ 10.000,00
5	XXII Conamerco e VII Seamerco	18/05/16	21/05/16	Florianópolis / SC	CRA-SC	R\$ 50.000,00
6	IX Congresso Consad de Gestão Pública	08/06/16	10/06/16	Brasília / DF	CRA-DF	R\$ 15.000,00
7	Projeto CRA-AM na Estrada - Itacoatiara	28/06/16	28/06/16	Itacoatiara / AM	CRA-AM	R\$ 10.000,00
8	I Jornada de Integração Acadêmica em Administração do CRA-SC	30/06/16	29/09/16	Santa Catarina / SC	CRA-SC	R\$ 10.000,00
9	Fórum Paraibano da Gestão Pública	14/07/16	14/07/16	João Pessoa / PB	CRA-PB	R\$ 15.000,00
10	II Encontro dos Administradores da Mata Norte	01/09/16	02/09/16	Carpina / PE	CRA-PE	R\$ 10.000,00
11	I Encontro de Administração de Limoeiro - PE	08/09/16	08/09/16	Limoeiro / PE	CRA-PE	R\$ 10.000,00
12	XIX Encontro Maranhense de Administradores – EMAD	14/09/16	16/09/16	São Luís / MA	CRA-MA	R\$ 15.000,00
13	XX ENATO - Encontro Nacional de Administradores do Tocantins	20/10/16	21/10/16	Palmas / TO	CRA-TO	R\$ 15.000,00
14	XII Congresso Mundial de Administração	16/11/16	19/11/16	Cidade de Cartagena de Índias / Colômbia	CRA-RS	R\$ 45.000,00
15	22º Congresso Nacional de Jovens Empreendedores	17/11/16	18/11/16	Palmas/TO	CRA-TO	R\$ 15.000,00

A CRIE administrou o apoio institucional e financeiro aos eventos abaixo relacionados que possuem rubrica específica no orçamento do CFA:

Qtd	Evento	Início	Término	Local	Promovente	Recurso
1	XXII Congresso de Administração do Mercosul – Conamerco / IX Seminário de Arbitragem e Mediação do Mercosul – Seamerco	18/05/16	21/05/16	Florianópolis/SC	CRA-SC	R\$ 50.000,00
2	Prêmio CFA de Melhor Tese de Doutorado em Administração Rural – 2016	14/08/16	17/08/16	Maceio/AL	SOBER	R\$ 1.500,00
3	10º Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte – Congesp/RN	25/08/16	26/08/16	Natal/RN	CRA-RN	R\$ 50.000,00
4	XXV Encontro Brasileiro de Administração - Enbra	14/09/16	16/09/16	Cuiabá/MT	CRA-MT	R\$ 200.000,00
Valor Total						R\$ 301.500,00

Apoio institucional

Qdt	Evento	Início	Término	Local	Promovente
1	Torneio Gerencial 2016	04/04/16	18/07/16	Via Web	Bernard Simulação Gerencial
2	VIII Encontro Nacional de Arbitragem e Mediação – Conima	09/06/16	10/06/16	Belém/PA	CRA-PA
3	16º Congresso de Stress da Isma -BR	21/06/16	23/06/16	Porto Alegre/RS	CRA-RS
4	VI Secmasc – Seminário de Conciliação, Mediação e Arbitragem de SC	22/09/16	23/09/16	Blumenau/SC	CRA-SC
5	2ª Corrida de Rua do Administrador	25/09/16	25/09/16	Brasília/DF	CRA-DF
6	XII Compra – Excelência em Gestão e Liderança	26/09/16	27/09/16	Brasília/DF	CRA-DF



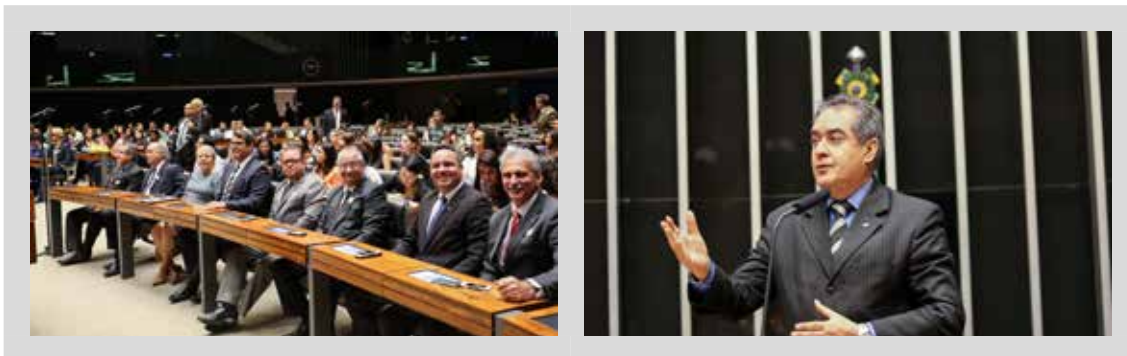
2. A Faculdade vai ao CFA

O projeto consiste na realização de visitas dos estudantes de Administração à sede do CFA. O roteiro da visita inclui palestras sobre a profissão que têm como contribuir para a conscientização dos estudantes, professores e coordenadores do curso de bacharelado em Administração sobre o exercício legal da profissão de Administrador no Brasil e suas respectivas prerrogativas legais. As turmas de graduação das instituições listadas a seguir participaram da visita:



Qtd	Instituição	UF	Professor	Data
1	Centro Universitário do Distrito Federal – UDF	DF	Prof. João Paulo Syllos	08/03/16
2	Faculdades Alves Faria	GO	Prof. Jussara	22/03/16
3	Faculdade Estácio de Sá	GO	Prof. Marcos Henrique	29/03/16
4	Faculdade Alfredo Nasser	GO	Prof. Aldair Vilela Machado	24/05/16
5	Faculdade do Norte Goiano (FNG)	GO	Prof. Cynthia Helber U. R. Campos	03/06/16
6	Faculdade Unicamps Goiânia - GO	GO	Prof. Andreia Miranda	22/09/16
7	Faculdades Alves Faria	GO	Prof. Jussara	20/10/16
8	Faculdade Unicamps - Goiânia – GO	GO	Prof. Andreia Miranda	24/10/16

3. Comemoração do Dia do Administrador



Em setembro, mês do Administrador, o CFA realiza Sessão Solene em comemoração ao Dia da Profissão de Administrador, na Câmara dos Deputados, que neste ano ocorreu no dia 12, no Plenário da Câmara Ulysses Guimarães com grande repercussão e manifestação de 6 (seis) parlamentares daquela Casa. A sessão foi proposta pelo Deputado Federal Izalci Lucas (PSDB-DF) e teve transmissão ao vivo pela TV Câmara.

4. Responsabilidade Social no Sistema CFA/CRAs

O projeto visa estimular a participação do CFA e CRAs, Administradores, IES e acadêmicos em Campanhas de Responsabilidade Social.

O CFA atua como signatário do Pacto Global, cujo objetivo é mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacio-

nalmente aceitos nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Contra a Corrupção.

Em junho, a CRIE, por meio de seu Coordenador, Adm. Civaldo José Gabriel, participou da reunião do Grupo de Trabalho de Direitos Humanos no Escritório do Pacto Global da ONU, de São Paulo, onde foram apresentados os seguintes temas:

- » Devolutiva Encontro Anual WEPs (UNGC/UN Women) e Prêmio WEPs Brasil.
- » Tabela de Temas GT Direitos Humanos: planejamento próximos webinars.
- » Prêmio Negócios Globais & Prêmios da Paz Inter-Religiosa / Plataforma *Business for Peace* – Jô Ribes, Associação de Liberdade Religiosa e Negócios.
- » Apresentação *Migraflit* e Depoimento Talal (refugiado sírio) - Sheilly Caleffi e Talal Al-Tinawi.
- » Motivações e Estratégias para implantar ações pelos direitos LGBT nas Empresas.
- » Direitos Humanos e Empresas: resultados Conferência Livre e Próximos passos / Treinamento Due Diligence.

Em agosto, o Coordenador da CRIE participou, em São Paulo, de nova reunião do Grupo de Trabalho onde abordou os seguintes temas:

- » Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos negócios – Rede Brasil do Pacto Global.
- » Conclusões e debate sobre visita do GT da ONU de Direitos Humanos e Empresas no Brasil – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH).
- » Resultados do piloto Empoderando Refugiadas e conclusões do Diálogo Setor Privado e Refugiados – parceiros do projeto Empoderando Refugiadas.
- » Reconhecimento de práticas corporativas na promoção de direitos da pessoa com deficiência – Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Gov. Estado São Paulo).
- » *Corporate Human Rights Benchmark – Business and Human Rights Resource Centre.*
- » Planejamento atividades do Grupo de Trabalho: webinars, treinamento due diligence e nova edição Empoderando Refugiadas.

Câmara de Estudos e Projetos Estratégicos

CEPE

Adm. Alaércio Soares Martins

Diretor

Adm. Jose Sebastião Nunes

Vice-diretor

Adm. Antonio José Leite de Albuquerque

Membro

Apresentação

A Câmara de Estudos e Projetos Estratégicos (CEPE) tem como finalidade promover a análise, discussão e prospecção de temas relacionados aos programas, planos e projetos estratégicos, numa atuação sistêmica, harmonizando com as demais Câmaras do CFA, preservando suas autonomias, com vistas ao planejamento e à implementação de ações que desenvolvam a Ciência da administração e o Sistema CFA/CRAs, em benefício da sociedade.

O objetivo da CEPE é embasar, propor e conduzir estudos com o fim de gerar novas realidades, fomentar o potencial latente nos ambientes, conceber projetos inovadores impactantes para o desenvolvimento, aperfeiçoamento e consolidação do profissional da área de Administração perante a sociedade. A Câmara se propõe a desenvolver estudos e pesquisas que colaborem na definição de estratégias que estabeleçam conexões entre o mercado de trabalho e os profissionais da área de administração e Tecnólogos, com foco na valorização profissional e na garantia de seus direitos.

Projetos e Ações Desenvolvidas



1 - Portal AdmEmpregos

Status: em stand by

Contexto: será imprescindível a revisão geral de layout, regras de negócios e customização do sistema de informação disponível, em página eletrônica, a partir da aplicação de Plano de Marketing.

Justificativa do Projeto:

Proporcionar aos profissionais da área de administração um canal de empregos, bem como permitir que as empresas ofereçam oportunidades de colocação ou recolocação para os candidatos no mercado de trabalho.

Objetivos do Projeto:

- » Possibilitar ao profissional da área de administração uma colocação/recolocação do mercado de trabalho; e
- » Suprir as necessidades das empresas com o fornecimento de um catálogo de profissionais.

2 - Debate qualificado com temas de vanguarda

Status: implantado

Contexto: projeto implantado em 2016, sendo aperfeiçoado em 2017.



Justificativa do Projeto:

As reuniões plenárias ocorridas, quase mensalmente, são compostas de pauta farta de assuntos dos mais diversos, o que exige um esforço hercúleo por parte dos Conselheiros para dirimir ou sanar as demandas da forma mais eficiente possível, com o maior espectro de justiça possível.

Nesse cenário, falta tempo para se prenderem a assuntos de imensurável relevância para a sociedade e, com efeito, para as microssociedades: as organizações. Por estar muito próximo, busca-se, neste contexto, suscitar temas expressivos que instiguem os Conselheiros a reconhecerem seu indelével papel na sociedade, como agentes transformadores de pensamentos, falas e ações.

Para tanto, o âmago da ciência e arte da Administração requer método de conceituação, para qual o uso inconstante e racional dos “porquês” deve ser a alavanca a sustentar as inquietações inteligentes dos profissionais da área de administração. Deste modo, os Conselheiros poderão estar desacorrentados por alguns minutos para apresentarem suas ideias e averiguações, em cada momento antecedente à reunião plenária, por meio de um debate qualificado.

Objetivos do Projeto:

- » Permitir que temas impactantes e de grande repercussão social futura possam ser discutidos e harmonizados entre os pares;
- » Proporcionar aos Conselheiros Federais a busca pelo conhecimento e o compartilhamento deste; e
- » Elevar o nível de discussão nas reuniões plenárias, através de inserções filosóficas-científicas, de forma que o instigado seja ferramenta de mudança social futura.

3 - Plenárias Itinerantes

Status: implantado

Contexto: projeto implantado em 2016, sendo aperfeiçoado em 2017.

Justificativa do Projeto:

Observa-se um distanciamento entre os profissionais da área de administração e o CFA, e seu respeitável corpo. Tal distanciamento explica porque inúmeros Administradores e Tecnólogos sequer sabem a função, importância, rito e a forma como ocorrem as reuniões plenárias.

A presença dos correspondentes Conselheiros Regionais de seus Estados em plenárias, em local não costumeiro, causará, sem réstia de dúvida, visceral impacto positivo para o corpo de profissionais, assim como demonstrará reverência dos Conselheiros ao se conectarem com os seus comparsas. Além disso, o empresariado, assim como os profissionais da seara pública, poderá sentir a força da profissão do Administrador e Tecnólogo, a partir desse encontro, grandioso e de extensa logística, no qual será pauta recheada para as mídias propagarem a marca Administração nos mais diversos meios de comunicação.

O objetivo é aproximar a categoria - Profissional da área de Administração - do Sistema CFA/CRAs e, em consequência, dar maior visibilidade ao CFA/CRAs diante da sociedade em geral, prioritariamente nos estados com menor número de profissionais registrados.

Objetivos do Projeto:

- » Conscientizar sobre a importância da profissão;
- » Dissipar conhecimento; e
- » Dar visibilidade ao Sistema CFA/CRAs.

4 - Sustentabilidade

Status: implantado

Contexto: em continuidade à fase I do projeto, este trata da elaboração de plano de sustentabilidade visando à implantação metódica de ações efetivas, primeiramente na estrutura e nas dependências do CFA, sendo extensivo aos CRAs.

Justificativa do Projeto:

O CFA, enquanto principal órgão orientador da atuação profissional do Administrador no Brasil, possui um papel estratégico e deve colaborar com a irradiação do tema da sustentabilidade junto ao Sistema CFA/CRAs, fazendo com que este chegue aos Administradores.

Nota-se que a irradiação do tema da sustentabilidade no Sistema CFA/CRAs possui o poder de multiplicação junto aos Administradores registrados, havendo assim uma melhoria conjuntural das organizações brasileiras proporcionando um benefício coletivo para o meio ambiente, sociedade e economia de um modo geral.

As dimensões da sustentabilidade a serem consideradas serão econômica, ambiental e social.

Objetivo do Projeto:

- » Conscientizar sobre a importância da proteção ambiental, do crescimento econômico, da sustentabilidade corporativa, da comunidade e da equidade.

5 - Tabela de Honorários dos Profissionais da área de Administração

Status: implantado

Contexto: desde a publicação da resolução normativa que trata desta, os parâmetros e condições mínimas para fins de remuneração dos profissionais da área da Administração estão vigentes.

Justificativa do Projeto:

Necessidade de sugerir critérios nacionais para a elaboração de uma sugestão de honorários dos profissionais da área de Administração visando preservar as características e as peculiaridades de cada trabalho a ser executado pelos registrados nos Conselhos Regionais de Administração.

Objetivos do Projeto:

- » O Sistema CFA/CRAs irá oferecer ao mercado mais um serviço da área de Administração: a sugestão dos valores de referência de honorários para a hora técnica aos profissionais da área de Administração; e
- » Serão sugeridos critérios para a fixação de honorários aos serviços prestados pelos Profissionais da área de Administração.

**Iniciado em 2016, o estudo dos projetos abaixo
terão a sua continuidade em 2017:**

CFA/CRA's em Excelência

Conselho Consultivo

CONCLUSÃO

O exercício de 2016 foi o ano que consolidou a Câmara de Estudos e Projetos Estratégicos (CEPE), em uma gestão com conhecimento institucional, experiente, alinhada com o Planejamento Estratégico, especialmente com a Missão e os Valores do CFA, com foco no compromisso da boa governança, pela contínua ascensão, valorização e reconhecimento da profissão.

A Câmara de Estudos e Projetos Estratégicos (CEPE), por meio da participação e da adesão do corpo funcional, desenvolveu eficientemente seu trabalho e avançará à cata de excelência nas suas ações, trabalhando em prol da profissão.

Adm. Ione Macedo de Medeiros Salem

Diretora

Adm. Marly de Lurdes Uliana

Vice-diretora

Adm. Carlos Henrique Mendes da Rocha

Membro

Apresentação

À Câmara de Gestão Pública (CGP), dentre suas atividades, compete-lhe: avaliar e propugnar pela implementação de políticas e projetos de modernização no âmbito da administração pública; desenvolver, propor e estimular projetos e iniciativas de modernização, desenvolvimento organizacional, reestruturação de processos e racionalização administrativa da gestão pública;

propor a reflexão e o debate de questões emblemáticas da gestão do Estado brasileiro, apresentando propostas, mediante estudos e projetos que visem melhorias dos serviços e das políticas públicas; promover articulação com instituições ou entidades reconhecidas, para acompanhar a execução de projetos desenvolvidos pelo CFA destinados à melhoria da gestão pública, e implementar as orientações oriundas da Diretoria Executiva e do Plenário do CFA.

Projetos e Ações Desenvolvidas

O presente relatório apresenta as principais ações desenvolvidas pela Câmara de Gestão Pública (CGP), de acordo com os seguintes projetos:

- » Projeto 1. Prêmio “Guerreiro Ramos” de Gestão Pública;
- » Projeto 2. Administrador na Gestão Municipal



Prêmio “Guerreiro Ramos” de Gestão Pública

— Prêmio —

♦ **Guerreiro Ramos** ♦

de Gestão Pública - 2016

O Prêmio Guerreiro Ramos de Gestão Pública conseguiu reunir, na edição de 2016, diversos trabalhos de conteúdo significativo sobre a obra de Alberto Guerreiro Ramos. Foram realizadas 9 (nove) inscrições, sendo 5 (cinco) na modalidade Gestor Público e 4 (quatro) na modalidade Pesquisador Guerreiro Ramos, conforme pode ser visto na tabela a seguir:

ANO	Gestor Público	Pesquisador
2011	5	3
2012	3	1
2013	3	2
2014	1	4
2015	9	4
2016	5	4

Fonte: Elaborado pela CGP/CFA

Apesar de ter sido registrada uma pequena queda no número de inscritos na modalidade Gestor Público, a qualidade do material apresentado foi superior à edição anterior. Em relação aos artigos da modalidade pesquisador, manteve-se o número de inscritos, destacando-se, também, a qualidade dos trabalhos.

Em 8 de agosto de 2016 foi realizada a reunião do Comitê de Julgamento do Prêmio Guerreiro Ramos de Gestão Pública, constituído por meio da Portaria CFA nº 25/2016, com os seguintes integrantes:



1. Adm. **Sergio Pereira Lobo**, Conselheiro Federal, Vice-Presidente do CFA;
2. Adm. **Ione Macedo de Medeiros Salém**, Conselheira Federal e Diretora da Câmara de Gestão Pública do CFA;
3. Adm. **Mauro Kreuz**, Conselheiro Federal e Diretor da Câmara de Formação Profissional do CFA;
4. Adm. **Rui Otavio Bernardes de Andrade**, Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);
5. Adm. **Elinaldo Leal Santos**, Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). A Câmara de Gestão Pública avaliou como positiva

Após análise da ficha de avaliação dos candidatos inscritos em cada uma das modalidades e mediante debate entre os membros do Comitê, seguindo os critérios contidos no regulamento e no edital do prêmio, foram classificados os vencedores.

Na modalidade Gestor Público, foram notadas excelentes iniciativas nos ramos de mobilidade, transparência, educação e meio ambiente que trazem vários exemplos de boas práticas. No memorial descritivo apresentado pelo CRA, o prefeito de Blumenau, Napoleão Bernardes Neto, foi classificado como vencedor, destacando-se o notório crescimento do número de Administradores em cargos estratégicos na prefeitura de Blumenau, o que denota

a preocupação do prefeito com a profissionalização da gestão pública municipal.

Na modalidade Pesquisador Guerreiro Ramos, a qualidade dos artigos apresentados foi elogiada pelos membros do Comitê, em especial, o artigo vencedor, de autoria de Josiel Lopes Valadares, que trabalhou o conceito de empreendedorismo na gestão pública, relacionada a duas grandes obras de Alberto Guerreiro Ramos. Outro artigo que mereceu destaque foi o resgate histórico de quatro teses de doutorado que tiveram como personagem principal o próprio Alberto Guerreiro Ramos, razão pela qual o comitê de julgamento concedeu Menção Honrosa aos autores Sérgio Luiz Boeira e André Luiz Kopelke.

Modalidade Gestor Público

Indicação	Nome/cargo
CRA-SC	<p>Vencedor</p> <p>Napoleão Bernardes Neto</p> <p>Prefeito de Blumenau</p>



Modalidade Pesquisador Guerreiro Ramos

Indicação	Nome/trabalho
CRA-MG	Vencedor Josiel Lopes Valadares Revisitando ‘A Redução Sociológica’ e ‘A Nova Ciência das Organizações’ para uma crítica do empreendedorismo na gestão pública
CRA-SC	Menção Honrosa Sérgio Luiz Boeira / André Luiz Kopelke Relatos e Teses de quatro interlocutores na UFSC e USC

A Câmara de Gestão Pública avaliou como positiva a edição de 2016 do Prêmio Guerreiro Ramos de Gestão Pública. Para edições futuras, recomenda-se um maior empenho do Sistema CFA/CRA's na divulgação do prêmio, em especial na indicação de candidatos para a modalidade Gestor Público.

Projeto “Administrador na Gestão Municipal”

O **Projeto Administrador na Gestão Municipal**, cada vez mais consolidado no Sistema CFA/CRA's, vem norteando as ações dos CRA's em prol da profissionalização da gestão pública.

O projeto vem norteando as ações dos CRA's e do CFA e é estruturado em 4 (quatro) eixos temáticos:

- » **Eixo 1.** Sensibilização, comunicação e articulação político-institucional;
- » **Eixo 2.** Pesquisa e disponibilização de informações;
- » **Eixo 3.** Capacitação
- » **Eixo 4.** Suporte Técnico e Avaliação dos Resultados.

Em relação ao **Eixo 1**, houve uma maior aproximação do CFA com o Congresso Nacional e com o Poder Executivo, a partir do trabalho desenvolvido pela Comissão de Ação Parlamentar e da própria atuação da presidência do CFA, que, por meio da realização de palestras Brasil afora e da participação em solenidades públicas, tem sido o porta voz da classe na defesa da profissionalização da gestão pública.

No que se refere ao **Eixo 2**, que trata da “**Pesquisa e Disponibilização de Informações**”, existe ainda a necessidade de organizar estudos e pesquisas acerca da atuação de profissionais de Administração e aplicação das técnicas e dos conceitos da ciência da Administração na gestão pública.

Dentre as competências da Câmara, destaca-se a tarefa de *propor a reflexão e o debate de questões emblemáticas da gestão do Estado brasileiro e apresentar propostas, mediante estudos e projetos que visem melhorias dos serviços e das políticas públicas*. Considerando o Conselho Federal de Administração como o órgão legítimo em defesa da boa gestão, foi idealizada a criação do Índice de Qualidade da Gestão Pública Municipal.

A construção do Índice permitirá ao Sistema CFA/CRA's gerar conhecimentos sobre a qualidade da gestão municipal, fazendo dos Conselhos importantes defensores da qualidade da gestão e da valorização dos profissionais de Administração, com o objetivo de contribuir com a melhoria na qualidade de vida dos cidadãos.

O Índice de Qualidade da Gestão Pública Municipal será um importante insumo para disseminação da relevância do papel do Administrador no setor público e per-

mitirá ao Sistema CFA/CRA's promover debates, seminários e publicações acerca do tema.

Os trabalhos já foram iniciados e espera-se que, ainda em 2016, os primeiros resultados sejam divulgados, ainda mais, considerando o momento oportuno das eleições municipais.

Outro tema bastante trabalhado foi o **Eixo 3 – Capacitação**. No primeiro semestre de 2016, a Câmara de Gestão Pública promoveu o Curso de Boa Governança Pública que teve o objetivo de capacitar mais de 60 profissionais da área de Administração entre conselheiros (federais e regionais), servidores e Administradores que exercem funções no setor público.

As aulas foram ministradas pelo professor Edison Franklin Almeida, servidor do Tribunal de Contas da União (TCU), que abordou desde conceitos fundamentais até as práticas de governo no setor público. Para a Coordenadora da Câmara de Gestão Pública do CFA Ione Salem, “esses profissionais capacitados servirão de multiplicadores em seus Regionais, pois o sistema abrange todos os estados da federação e o Distrito Federal. Sendo assim, nosso projeto é capacitar cada vez mais nossos trabalhadores para que eles ocupem espaço no setor público”, comenta.

Segundo o instrutor, “esperamos oferecer um desenvolvimento na capacidade do Administrador brasileiro em intervir no contexto da gestão pública do país, de modo a produzir transformações e aumentar as chances de êxito dos projetos públicos, em nome do benefício da sociedade brasileira”, diz o professor Edison Franklin.

O **Eixo 4 – Suporte Técnico e Avaliação dos Resultados** vem sendo monitorado pela Câmara. Por ocasião da realização da V Convenção do Sistema CFA/CRAs, realizada em agosto de 2016, em Salvador (BA), a Câmara organizou o Painel Gestão Pública, onde foi apresentado um panorama dos trabalhos desenvolvidos, cujo o destaque é o compartilhamento de informações e experiências exitosas dos projetos executados pelos CRAs, tendo como elemento norteador o projeto Administrador na Gestão Municipal.

Para isso, foram apresentados os casos de sucesso dos Conselhos Regionais de Administração do Espírito Santo, Paraná e Piauí. O Adm. Manoel Carlos Rocha Lima, Vice-Presidente do CRA-ES, e coordenador do Prêmio Inoves, falou sobre o programa do governo do estado do Espírito Santo que estimula o desenvolvimento de uma cultura de inovação e empreendedorismo no serviço público capixaba e que tem o apoio do CRA. Já a servidora da Prefeitura

Municipal de Londrina (PR) e Conselheira do CRA-PR, Adm. Liz Dayane Paludetto Rodrigues, apresentou os resultados do Projeto Administrador na Gestão Municipal, destacando as estratégias de atuação do Regional visando à transformação de vagas ociosas em vagas para Administradores na prefeitura. Na sequência, o Conselheiro Federal Adm. Carlos Henrique Mendes da Rocha, representado o CRA-PI, falou sobre o Fórum de Gestão Pública do Piauí (Fogespi). O evento, realizado pelo Conselho Regional de Administração (CRA-PI), promove espaço para exposição e discussão de temas relevantes para a Gestão Pública e a sociedade em geral e tem sido um modelo para outros CRAs.

Outro ponto que merece destaque em relação ao Eixo 4 é a atualização diária do *hotsite* da Câmara de Gestão Pública, que reúne informações sobre os projetos desenvolvidos, bem como ações realizadas pelos CRAs e outros assuntos voltados para a gestão pública.

Outras ações desenvolvidas:

- » 29 e 30 de março – Realização do curso de Boa Governança Pública – 1ª turma;
- » 26 e 27 de abril – Realização do curso de Boa Governança Pública – 2ª turma;
- » 8, 9 e 10 de junho - Participação da CGP no XI Consad de Gestão Pública, realizado em Brasília (DF). No evento foi montado um estande do CFA em parceria com o CRA-DF;
- » 14 e 15 de julho – Apresentação de palestra no I Fórum Paraibano de Administração Pública, realizado em Campina Grande (PB).
- » 25 e 26 de agosto – Participação da CGP no 10º Congesp – Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte, realizado em Natal (RN);
- » Setembro – 2016 - Publicação de anúncio da CGP na Revista Governança & Desenvolvimento– Edição Nº 25, editada pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração.
- » Apoio aos CRAs para realização de seus eventos voltados para gestão pública;
- » Atualização diária do Twitter da CGP (@cgpcfa); e
- » Divulgação de cursos de capacitação na área pública promovidos pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) com desconto para os profissionais registrados no Sistema CFA/CRAs.

Ações dos CRAs:

Em 2016, a mobilização dos CRAs em prol da profissionalização da gestão pública foi evidente. Percebe-se que o tema “gestão pública”, passou a figurar como elemento de destaque em vários eventos promovidos pelos CRAs.

A seguir, estão elencadas as principais ações realizadas pelos CRAs, voltadas para a gestão pública:

CRA-AC	<ul style="list-style-type: none">» Sancionado pelo Governador Tião Viana, o Decreto nº 4735/2016 regula a contratação de serviços terceirizados no Estado do Acre. As empresas precisarão apresentar as certidões e atestados de capacidade técnica, emitidos pelo CRA-AC.» Participação do CRA no III Encontro dos Vereadores do Estado do Acre.» Presidente da Associação dos Municípios do Acre (Amac) é homenageado pelo CRA-AC.» CRA parabenizou o Dia dos Prefeitos do Estado do Acre, reforçando o pedido que estructurem sua gestão por competências.» O governo do Acre, por meio da escola do serviço público FESPAC, fez parceria com o CRA-AC para oferecer vagas para o curso de pós-graduação e extensão do Programa online (EAD) de Governança Pública e Gestão Administrativa.
CRA-AL	<ul style="list-style-type: none">» Realização de reuniões com o intuito de pleitear parcerias em várias frentes de trabalho, com a participação dos seguintes secretários municipais de Alagoas:» Secretário Municipal de Administração, Recursos Humanos (Serh);» Secretário de Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag);» Secretario Municipal da Fazenda (Sefaz);» Participação na cerimônia de posse do novo secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sedetur) do estado de Alagoas.
CRA-AP	<ul style="list-style-type: none">» Apresentação do Projeto Administrador na Gestão Pública Municipal na Câmara Municipal de Macapá e na Assembleia Legislativa do Amapá;» Realização do I Fórum de Gestão Pública e Pacto da Boa Governança.



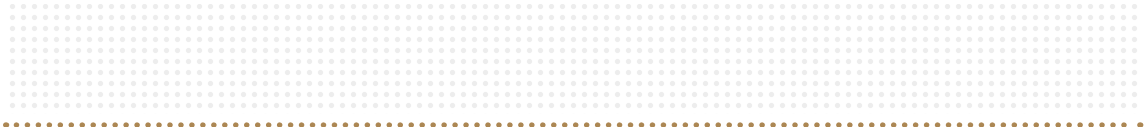
CRA-AM	<ul style="list-style-type: none"> » Participação na Jornada de Desenvolvimento para o Estado do Amazonas, organizada pela Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo do Estado do Amazonas. O evento teve como foco central o tema “Logística e Comunicação” e contou com a participação de especialistas dos mais diversos seguimentos, tais como: universidades, instituições financeiras, institutos de pesquisas, empresários e outros.
CRA-BA	<ul style="list-style-type: none"> » Homenageou o Tribunal de Contas do Estado da Bahia com o Jubileu de Ouro da Profissão. » Realizou o Café com Palestra sobre o tema “A Valorização do Trabalhador na Administração Pública”
CRA-CE	<ul style="list-style-type: none"> » Participou do Projeto Capacidades promovido pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará (TCM), realizado em diversos municípios cearenses. No projeto, o CRA defende a importância do Administrador nos processos de gestão pública. Já atendidas as seguintes cidades: Crato; Tianguá ;Beberibe; Itapipoca e Acaraú. » Fiscalização preventiva nas 184 prefeituras, bem como todas as Câmaras Municipais, a fim de explicar todas as nuances relativas à contratação de Administrador ou serviços conexos à Administração, a exemplo de locação de mão de obra, locação de veículos, dentre outros. » Congratulou posse de Conselheiro Edilberto Pontes como novo presidente do TCE-CE.
CRA-DF	<ul style="list-style-type: none"> » Participou da Frente Parlamentar em Defesa dos Interesses dos Administradores de Empresas e Fortalecimento da Gestão Pública no Distrito Federal. » Apoiou o deputado distrital para a construção de um projeto de planejamento estratégico para os municípios do Distrito Federal. » Assinou juntamente com a Câmara Legislativa, ambos, do Distrito Federal (CLDF) um Acordo de Cooperação Técnica para fazer valer o cumprimento da Lei 5.552 junto ao governo do Estado. » A Lei 5.552 determina que o preenchimento de vagas dos campos de atuação do Administrador e tecnólogo de Administração, os órgãos públicos devem contratar profissionais com a devida formação e com registro no Conselho. » Patrocinou, juntamente com o CFA, o 9º Congresso Consad de Gestão Pública.



CRA-ES	<ul style="list-style-type: none"> » Concretizou parceria com a Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas (Setop-ES) onde foi apresentada a palestra “Panorama e Planejamento das Obras do Governo do ES até 2018: o Papel do Administrador no Planejamento das Obras”. » Participou do PRÊMIO INOVES que há 11 anos que estimula e reconhece o trabalho de equipes de profissionais inovadores que fazem a diferença no serviço público e melhoram a vida da sociedade. » Sediou evento com palestras do TCU visando orientar os Conselhos de Fiscalização das Atividades Profissionais.
CRA-GO	<ul style="list-style-type: none"> » Presidente da Câmara de Vereadores de Goiânia esteve presente na 4ª reunião plenária do CRA-GO, para anunciar que derrubou o veto do prefeito e promulgou a Lei nº 9.748 que inclui o CRA-GO no Conselho Tributário Fiscal do Município de Goiânia. » Aprovados em concurso público foram convocados após manifesto do CRA-GO. A prefeitura de Goiânia finalmente publicou Decreto chamando os profissionais que conseguiram aprovação para o cargo de Analista em Organização e Finanças, com graduação em Administração. No total, foram convocados 60 profissionais. » Criou o Comitê de Gestão Pública, do Conselho Regional de Administração de Goiás, o qual tem entre suas atribuições estimular a produção acadêmico-científica no segmento.
CRA-MA	<ul style="list-style-type: none"> » Formou parceria com a OAB a fim de celebrar um convênio para a realização de ações conjuntas. » Realizou o I Fórum de Gestão Pública da Região Tocantina, em Imperatriz, ocasião em que foram anunciadas: a criação de delegacias do CRA em outros municípios do estado; eventos como o EMAD; cursos de formação; fiscalização em empresas e a formação de uma frente que congregará Administradores para cobrar o cargo de Administrador Público.
CRA-MG	<ul style="list-style-type: none"> » Participou de reuniões com o presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Sete Lagoas e Uberaba; » Realizou o projeto “Circuito Mineiro de Administração” e “Prazer em conhecer”, em vários municípios do estado: Jequitinhonha, Caratinga, Manhuaçu, Florestal por meio dos projetos. » O CRA-MG esteve presente no 33º Congresso Mineiro de Municípios, que tem, dentre outros, o objetivo de trazer para o debate os desafios da gestão municipal. » O CRA-MG realizou evento em parceria com o CRA-RJ e CREA-MG e contou com a palestra “Os desafios para a Gestão Pública no século XXI”, proferida pelo presidente do CRA-RJ.

CRA-MS	<ul style="list-style-type: none"> » Divulgou a 6ª Conferência da Cidade de Campo Grande–MS. » Realizou o I Fórum de Gestão Pública em parceria com o TCE-MS, Controladoria Geral da União (CGU), Associação dos Municípios de MS (Assomasul) e Governo do Estado. O evento reuniu lideranças dos 79 municípios de Mato Grosso do Sul, entre prefeitos, secretários municipais, vereadores, servidores que atuam na área da gestão e profissionais de Administração. » Realizou, em sua sede, o curso de Compras Públicas. » Mobilizou os profissionais para a campanha “Menos Impos- tos, Mais Gestão” com o objetivo de despertar a atenção da população para a falta de planejamento e pro- fissionais de Administração na gestão pública. » Organizou uma força-tarefa com o intuito de inserir Administra- dores no desenvolvimento do Estado. Foram realizadas reuniões com parceiros estratégicos, tais como: a Secretaria de Adminis- tração e Desburocratização do Governo do Estado, Tribunal de Contas do Estado e a Associação dos Municípios, visando uma maior aproximação das instituições como forma de garantir mais desenvolvimento e aperfeiçoamento da gestão pública.
CRA-MT	<ul style="list-style-type: none"> » Presidente do TCE-MT, conselheiro Antonio Joaquim, recebeu membros do Conselho Regional e Federal de Administra- ção (CRA-MT). Na ocasião, eles conheceram o Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado (PDI/TCE-MT). » Participou de reunião com o governador em exercício, Guilherme Maluf. Representantes do CRA-MT e do CFA se reuniram com o governador em exercício, Guilherme Maluf, para convidá-lo para solenidade de abertura do XXV Encontro Brasileiro de Administração (Enbra). » Realização do XXV Enbra com diversos cases de sucesso em Gestão Pública: » Palestrante: Bruno Quick Lourenço de Lima » Case: Prefeito Vinicius Medeiros Farah (Três Rios/RJ) » Case: Prefeito Nestor Tissot (Gramado/RS) » Case: Anne Nobrega (Prefeitura de Londrina/PR)
CRA-PA	<ul style="list-style-type: none"> » Realizou diligências através de sua equipe de fiscalização, fazendo gestão junto aos contratantes, que resultou na nomeação dos candidatos classificados para o cargo de Administrador, junto a Prefeitura Municipal de Itaituba, fazendo valer os direitos destes profissionais adquiridos através do Concurso Público Nº 001/2013. A ação imediata do Conselho resultou na celeridade da convo- cação dos aprovados que já tomaram posse no referido cargo.

CRA-PB	<ul style="list-style-type: none"> » Participou na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) da roda de conversa sobre a Carreira do Gestor Público, promovida pela Associação dos Gestores Públicos da Paraíba. » Realizou, em Campina Grande, o I Fórum Paraibano da Gestão Pública. » Participou do lançamento do curso Tecnologia de Gestão Pública, em EaD, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).
CRA-PE	<ul style="list-style-type: none"> » Promoveu a entrega do Registro Profissional ao Deputado Federal Adm. José Mendonça Bezerra Filho, inscrito no Conselho sob o nº 12493. » Conselheiros do CFA-PE se reuniram com o prefeito do Recife, Geraldo Júlio, na posse da nova Diretoria do CRC.
CRA-PI	<ul style="list-style-type: none"> » Realizou o 3º Fórum de Gestão Pública do Piauí – Fogespi, que teve o tema “Orientação para Resultados e Mensuração de Desempenho na Gestão Pública: O comprometimento do Estado com o cidadão.” » Após ações do CRA-PI, a Prefeitura Municipal de Teresina criou 2 (duas) vagas reservadas para Administradores na Procuradoria Geral do Município e 1 (uma) vaga para Administrador da ASETTE Agência Municipal que regulamenta os serviços públicos do município). » Lançou o projeto “Administrador Capacitado” e tem como perspectiva promover a melhoria da qualidade e a profissionalização da gestão pública municipal, por meio da inserção do Administrador e do Tecnólogo em Gestão Pública nos quadros de pessoal das prefeituras. O projeto tem como meta capacitar 100 profissionais da Administração registrados e que trabalham especialmente na gestão pública municipal. A participação é restrita e será feita por meio da entrega de convites para os órgãos públicos.
CRA-PR	<ul style="list-style-type: none"> » Apoiou o IV Prêmio Gestor Público, que tem como foco o reconhecimento de projetos desenvolvidos pelos gestores públicos municipais. » Firmou parceria com o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná (Sindafesp) para promover o Prêmio de Gestor Público do Paraná. » Apresentou o Plano de Ação 2016 no qual está prevista uma série de atividades visando valorizar e promover ainda mais a profissão. O plano tem como objetivo o desenvolvimento de projetos que envolvam o administrador na gestão pública, por isso será feita uma agenda intensa de visitas a prefeitos e gestores públicos.



CRA-RJ	<ul style="list-style-type: none"> » Realizou 1º Seminário de Gestão Pública em sua sede; » Entrevistou o Administrador equatoriano sobre gestão pública nas Olimpíadas 2016.
CRA-RN	<ul style="list-style-type: none"> » Intensificou a fiscalização em diversas prefeituras e órgãos públicos do Estado. » Conselheiro do CRA-RN escreve artigo sobre “A Profissionalização da Gestão Municipal – Uma saída para a crise dos municípios”. » Realizou a 10ª edição do Congresso de Gestão Pública do Rio Grande do Norte (Congesp) e terá como tema Central “Inovação na Governança Pública”. O Congesp é promovido pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos e da Escola de Governo Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales, em parceria com o Conselho Regional de Administração do RN.
CRA-RO	<ul style="list-style-type: none"> » Administrador destaca as ações do CRA-RO por espaço profissional no Serviço Público: “Quero agradecer ao CRA-RO por ter sensibilizado o Prefeito Mauro Nazif quanto à importância da contratação pelo município de profissionais Administradores. Isso representa um grande avanço na Administração Pública e muito se deve ao trabalho realizado pelo Conselho”.
CRA-RR	<ul style="list-style-type: none"> » O presidente do CRA-RR reuniu-se, em audiência, com o presidente do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, Conselheiro Henrique Machado. Na pauta do encontro, o pedido de apoio do TCE para as licitações que ocorrerão no CRA-RR, com vistas aos eventos do segundo semestre do ano.
CRA-RS	<ul style="list-style-type: none"> » CRA-RS realiza evento sobre “Franquia Social para a melhoria da Gestão Pública”, que falou sobre o trabalho desenvolvido pelo Observatório Social de Porto Alegre, uma ONG apartidária que tem como objetivo reunir o maior número possível de entidades representativas da sociedade civil para contribuir para a melhoria da gestão pública. » CRA-RS convidou o Governador do Estado para solenidade do Prêmio Mérito em Administração; » Realização de vários eventos voltados para a Gestão Pública. » Divulgação de concursos públicos com cargos para Administradores.

CRA-SC	<ul style="list-style-type: none">» Administrador assume diretoria da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig). Em sua posse, o Administrador frisou a importância da entidade na busca pela legitimidade da atuação do profissional de relações governamentais e na capacitação desses profissionais.» Realizou o I Gestão Pública em Foco, que teve duas temáticas principais: inovação e empreendedorismo.» O Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Florianópolis (Comdes), presidido por um Administrador, e a principal meta neste ano será a elaboração de um Plano Estratégico envolvendo temas de interesse de toda região como: Turismo Sustentável, Melhor Mobilidade, Sustentabilidade Econômica, Governança Metropolitana, além de Saneamento e Resíduos.» Promoveu através da Câmara de Gestão Pública, o evento “Gestão Pública em Foco”, com o objetivo de difundir conhecimentos da área pública e aprimorar o potencial dos Administradores participantes.
CRA-SE	<ul style="list-style-type: none">» Realizou apresentação sobre o papel do Conselho Regional de Administração, ao atual presidente do Tribunal de Contas do Estado, Clóvis Barbosa, e sobre o projeto “Administrador na Gestão Municipal”. Na oportunidade, os Administradores solicitaram o apoio do TCE com a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre ambas as entidades.
CRA-SP	<ul style="list-style-type: none">» Debateu a Gestão Pública, na Câmara Municipal de Campinas, o tema “Novos Caminhos para a Gestão Municipal: Inovação na Gestão Pública”.» Debateu a Gestão Pública, na Câmara Municipal de São José dos Campos, o tema “Novos Caminhos para a Gestão Municipal: Inovação e Profissionalismo”.
CRA-TO	<ul style="list-style-type: none">» Apoiou a Campanha “10 medidas contra a corrupção”, do Ministério Público Federal (MPF). O Conselho Regional de Administração do Tocantins (CRA-TO) manifestou apoio à iniciativa de combate à corrupção empreendida pelo MPF.



CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O tema gestão pública constou na pauta do CFA e dos CRAs ao longo do ano, principalmente, no contexto vivido pelo país. Devido à crise e aos casos de corrupção que corroem os investimentos destinados à saúde, educação e segurança, o combate a essas mazelas só será possível com a melhoria da gestão pública.

É nesse cenário que o Sistema CFA/CRAs está buscando ampliar o seu papel, mostrando à sociedade que a profissionalização da gestão pública é o único caminho para combater a corrupção e proporcionar o crescimento sustentável do país e o aumento da qualidade de vida dos cidadãos brasileiros.

Curso de Boa Governança Pública



As Comissões do CFA e suas ações

Comissão Permanente de Planejamento Estratégico

CPPE

Integrantes

Adm. Ilailson Silveira de Araújo

Coordenador e membro da
Comissão até 17/08/2016

Adm. Mauro Kreuz

Vice-Coordenador, nomeado Coordenador
da Comissão em 18/08/2016, por
meio da Portaria CFA nº 45/2016,

Adm. Diego Cabral Ferreira da Costa

Membro

Adm. José Demontieux Cruz

nomeado membro da Comissão
em 18/08/2016, por meio da
Portaria CFA nº 45/2016

Colaboradora

Adm. Ana Maria de Araújo Ferreira

Ações desenvolvidas

O perfil estratégico do Sistema CFA/CRA's sob a missão, visão e valores atuais foi estabelecido em 2011, na elaboração do Planejamento Estratégico para o quadriênio 2011/2014. Para solidificar e promover melhor a divulgação de sua missão, visão e valores, o Sistema desenvolveu o Planejamento Estratégico para os exercícios de 2015/2018, redesenhando o mapa estratégico do CFA, a seguir representado.



Adm. Ilailson de Araújo iniciou em 2015 os trabalhos do Planejamento Estratégico do CFA que teve sua conclusão em 2016 pelo Adm. Mauro Kreuz

Missão:

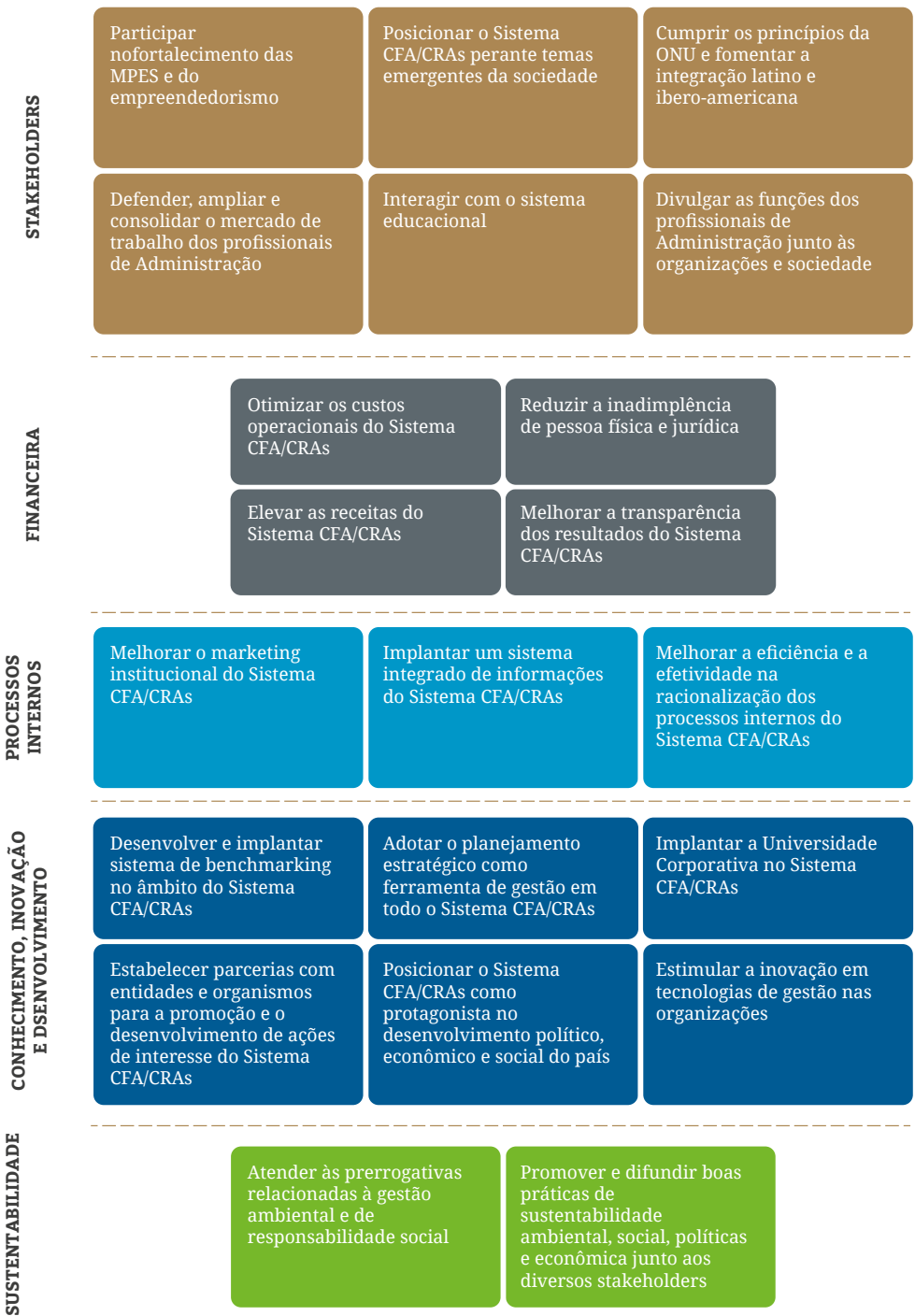
- » Promover a ciência da Administração, valorizando as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do país.

Visão:

- » Ser uma entidade reconhecida pela sociedade, capaz de assegurar a atuação plena dos profissionais de Administração.

Valores:

- » Ética, competência, inovação, valorização da profissão e participação.



Este relatório tem como objetivo divulgar as diversas ações implementadas pelo Conselho Federal de Administração no exercício de 2016, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Planejamento Estratégico, visando atingir os objetivos estratégicos delineados pela entidade.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Projetos	Descrição/Objetivos	Áreas responsáveis
Treinamento de Capacitação Profissional para o quadro de pessoal.	Capacitar os empregados do quadro de pessoal do CFA.	CAF
Código Brasileiro de Administração - CBA	Defesa da exclusividade do exercício de determinadas atividades de Administração por Administradores e demais profissionais da área de Administração, por meio do detalhamento e codificação dessas atividades, visando à produção de catálogos específicos referentes a cada um dos campos de atuação do Administrador, definidos pelo art. 2º, alínea “b”, da Lei nº 4.769/1965;	CFR
Semeando o conhecimento pela capacitação dos Responsáveis Técnicos do Sistema CFA/CRAs	Capacitar os Responsáveis Técnicos diante de sua atuação à frente das empresas que prestam serviços nas diversas áreas da Administração, conforme a Lei nº 4.769/65 - Curso EaD.	CFR
Meeting de Responsáveis Técnicos de Empresas Realizadoras de Concursos Públicos.	Garantir como requisitos aos cargos típicos de Administrador, em concursos públicos, a formação em Administração e Registro em CRA.	CFR
Curso de Perícia Judicial	Capacitar os conselheiros federais e colaboradores do CFA (Administradores) para o exercício da atividade de perícia.	CFR
Programa de Certificação Profissional em Administração do Sistema CFA/CRAs	Manter o Programa de Certificação Profissional do Sistema CFA/CRAs	CFP
Prêmio “Belmiro Siqueira” de Administração	Estimular a produção e divulgação científica de estudos realizados por Administradores e estudantes nos campos da Administração, que contribuam para o desenvolvimento da profissão e da ciência da Administração.	CFP
Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração	Prestar apoio à realização do Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração, promovido pela Angrad.	CFP

Projetos	Descrição/Objetivos	Áreas responsáveis
Capacitação e Formação de Multiplicadores de Conhecimento em Micro e Pequenas Empresas	Capacitar 605 Administradores em 11 CRAs para prestação de serviços de consultoria capaz de delinear um sistema de gestão consistente com estratégias de acesso e respostas ao mercado.	CFP
Avaliação Seres/ MEC dos Cursos de Bacharelado em Administração	Apresentar Parecer Técnico a respeito de processo de autorização, de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de cursos de bacharelado em Administração oferecidos no Brasil, atendendo a possibilidade criada pelo art. 37 do Decreto 5.773, de 9/5/2006, publicado no D.O.U. de 10/5/2006.	CFP
Atualização das DCNs dos cursos de Bacharelado em Administração	Apresentar proposta de alteração das DCNs para os Cursos de Bacharelado em Administração.	CFP
Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia	Consolidar as informações a respeito dos cursos que formam os Tecnólogos.	CFP
Agenda Nacional com as Entidades Mantenedoras de IES que ofertam cursos de Administração	Promover aproximação com as entidades mantenedoras para solicitar o fortalecimento dos cursos de Administração nas IES, favorecendo o incentivo à inovação pedagógica para elevação do padrão de qualidade dos cursos de Administração.	CFP
Sites modelos para os CRAs	Construir uma identidade visual para todas as ferramentas de comunicação digital do Sistema CFA/CRAs e, deste modo, conseguir um maior reconhecimento e maior unidade das ações e atividades desenvolvidas em cada Regional.	CDI
Plataforma do Conhecimento - eventos ao vivo	Levar conhecimento e difundir entre os profissionais, estudantes e a sociedade é mais uma missão do Conselho Federal de Administração (CFA) que, em 2015, intensificou os seus veículos de comunicação e retornou o projeto Plataforma do Conhecimento com transmissões, ao vivo, de debates relacionados à Administração.	CDI
CFATV	Montar o estúdio para o CFATV	CDI
Marketing Digital	Investir no aperfeiçoamento das mídias sociais do CFA.	CDI
Encontro Brasileiro de Administração – Enbra	Discutir temas de interesse dos profissionais de Administração.	CRIE

Projetos	Descrição/Objetivos	Áreas responsáveis
Relações Internacionais OIT: Capacitação e Formação de Multiplicadores – Etapa 2 (Multiplicação do conhecimento)	Formar multiplicadores para promoção do trabalho decente e responsabilidade social no Brasil.	CRIE
Eventos de Mediação e Arbitragem	Discutir temas de interesse dos profissionais de Administração quanto ao desenvolvimento dos Métodos Extrajudiciais de Solução de Conflitos - MESCs.	CRIE
Apoio aos Eventos de interesse do Sistema CFA/CRA	Orientar e apoiar os Conselhos Regionais de Administração em seus projetos e eventos com o intuito de elevar o nível da qualidade, atendendo aos padrões mínimos no âmbito do Sistema CFA/CRA.	CRIE
Ações Internacionais a) Relações com Entidades Profissionais da América do Sul; b) Relações com Entidades Ibero-Americanas; c) Relações com Entidades Internacionais (OIT – ONU – OMC); d) Cadastro Internacional de Entidades Congêneres; e e) Constituição de Entidade Internacional na Ibero-América.	1. Garantir a inserção dos Administradores no mercado de trabalho do Mercosul e de outros blocos econômicos. 2. Divulgar os principais acontecimentos da área de comércio exterior aos Administradores e ao público em geral.	CRIE
A Faculdade Vai ao CFA (mais kite)	Contribuir para a conscientização dos estudantes, professores e coordenadores de curso Bacharelado em Administração sobre o exercício legal da profissão de Administrador no Brasil e suas prerrogativas legais, por meio da realização de palestras no CFA, dando maior visibilidade ao trabalho do CFA e ao tema.	CRIE
Comemoração do Dia do Administrador	Comemorar, no Congresso Nacional, condignamente o Dia dos profissionais de Administração.	CRIE
Premio Guerreiro Ramos de Gestão Pública	Estimular pesquisas e boas práticas na gestão pública.	CGP
Administrador na Gestão Municipal	Promover a inserção do profissional de Administração nas prefeituras e entidades públicas dos municípios visando à profissionalização da gestão pública municipal.	CGP

Projetos	Descrição/Objetivos	Áreas responsáveis
Projeto Boa Governança Pública	Formar multiplicadores de boas práticas na gestão pública por meio de um curso de capacitação com base no Referencial Básico da Boa Governança do TCU.	CGP
Índice de Qualidade da Gestão Pública Municipal	Criar um índice para mensurar a qualidade da gestão pública municipal.	CGP
AdmEmpregos	Manutenção do Portal AdmEmpregos.	CEPE
Conselho Consultivo	Dispor de conhecimento e assessoramento em prol da profissão de Administração.	CEPE
Debate qualificado em temas de vanguarda	Provocar a discussão mediada sobre temas de extrema relevância, a serem suscitados em reunião plenária pelos conselheiros federais, com fito em ascender o conhecimento dos pares.	CEPE
Plenárias Itinerantes	Aproximar a categoria ao sistema CFA/CRAs.	CEPE
Tabela de Honorários dos Profissionais de Administração	Definir critérios para a fixação da Hora Técnica dos Profissionais de Administração.	CEPE
Sustentabilidade	Redução de recursos gastos desnecessariamente, além de reduzir o impacto com a utilização desnecessária de matéria-prima.	CEPE
Plano de Sustentabilidade	Estabelecer um planejamento para a melhoria dos indicadores de sustentabilidade social, ambiental e econômica.	CEPE
CFA/CRAs em Excelência	Implantar a metodologia do Modelo de Excelência em Gestão (MEG) no CFA e nos CRAs a partir do diagnóstico e adequação das Oportunidades de Melhoria (Oms).	CEPE

A construção dos indicadores resulta da necessidade de planejar e controlar ações e resultados ensejados, por isto, no dia 03/11/2016 a Comissão Permanente de Planejamento Estratégico reunir-se-á na sede do Conselho Federal de Administração com o intuito de iniciar a formulação dos indicadores que nos permitirão avaliar os esforços e a evolução do desempenho da organização.

Comissão Permanente do Programa de Desenvolvimento dos Conselhos Regionais de Administração

CPPRODER

Integrantes

Adm. Sergio Pereira Lobo

Coordenador da Comissão e
Vice-Presidente do CFA

Adm. Afonso Victor Vianna de Andrade

Membro, Presidente do CRA-MG

Adm. Gracita Hortência dos Santos Barbosa

Membro, Presidente do CRA-MS

Adm. Ione Macêdo de Medeiros Salem

Membro, Conselheira
Federal/CRA-RN

Adm. Jorge Humberto Moreira Sampaio

Conselheiro Federal/CRA-RJ, que
renunciou ao mandato em 31/05/2016

Colaboradora

Adm. Ana Maria de Araújo Ferreira

Apresentação

O Programa de Desenvolvimento dos Conselhos Regionais de Administração (Proder) tem como objetivo apoiar financeira e tecnicamente o Sistema CFA/CRA's na execução de projetos nas áreas de fiscalização do exercício da profissão de administrador, desenvolvimento integrado, infraestrutura física e inovação, visando o fortalecimento do Sistema no interesse da sociedade brasileira.



Ações desenvolvidas

A Comissão Permanente do Programa de Desenvolvimento dos Conselhos Regionais de Administração (CPPRODER, com base no Regulamento aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 473, de 18/12/2015, recepcionou 110 projetos. Os projetos apresentados abrangeram as áreas de Fiscalização do Exercício Profissional, Desenvolvimento Integrado, Infraestrutura Física e Coletivo do CFA. O Fundo de Recursos Financeiros do PRODER subvenzionou a execução de 79 projetos de 24 Conselhos Regionais de Administração

com o repasse de R\$ 5.337.949,75 e cada Regional aplicou 10% de contrapartida. Nos projetos aqui citados, inclui-se o projeto Coletivo do Conselho Federal de Administração que teve como objeto a aquisição de equipamentos (impressoras, coletoras de impressão de digital e câmera fotográfica) e impressão de papel moeda para confecção de Carteiras de Identidade Profissional, distribuídos aos 27 CRAs no segundo semestre deste exercício. Os recursos financeiros foram assim distribuídos:

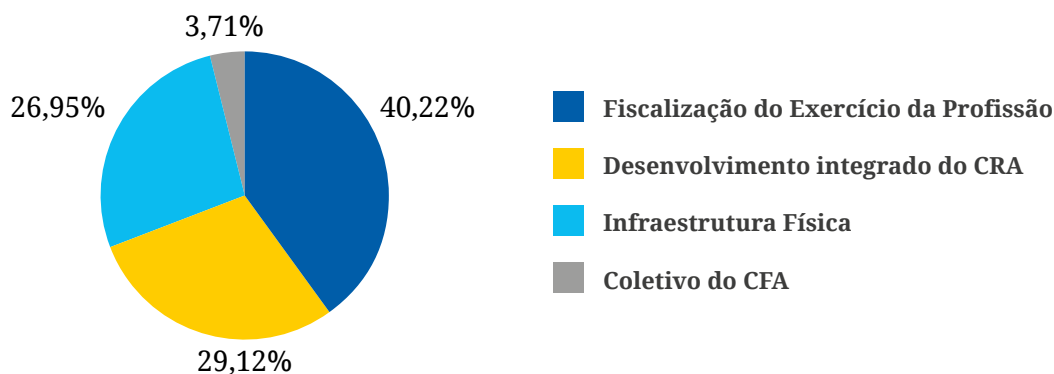
CRA	VALOR R\$	CRA	VALOR R\$	CRA	VALOR R\$
AC	84.600,00	MA	163.800,00	RJ	198.000,00
AM	179.228,70	MT	375.102,00	RN	412.650,00
AP	132.826,50	MS	253.170,90	RS	292.500,00
BA	198.000,00	MG	360.243,00	RR	214.417,80
CE	123.895,15	PB	162.000,00	SC	279.864,00
DF	156.600,00	PR	198.000,00	SP	261.900,00
ES	45.101,70	PE	213.589,80	SE	267.750,00
GO	164.322,00	PI	223.200,00	TO	179.188,20
				CFA	198.000,00

As áreas de Fiscalização do Exercício da Profissão e de Desenvolvimento Integrado foram as que mais obtiveram financiamento, sendo objeto de repasse de aproximadamente 70% (setenta) por cento dos recursos para execução de projetos voltados à:

- » Capacitação de Agentes de Fiscalização e outros;
- » Fiscalização *in loco*, possibilitando maior número de visitas realizadas pelos Agentes de Fiscalização;
- » Realização de cursos de responsabilidade técnica;
- » Fiscalização itinerante, por meio da aquisição e estruturação de veículos automotores;

- » Eventos voltados para a fiscalização preventiva, tais como orientação aos acadêmicos de Administração, responsabilidade técnica, elaboração de editais, programa de orientação do profissional de Administração, programa de orientação empresarial;
- » Relacionamento com o Profissional de Administração;
- » Adequação da estrutura de Tecnologia da Informação;
- » Desenvolvimento dos recursos humanos;
- » Modernização administrativa de processos internos, com critérios de qualidade da gestão;
- » Realização de eventos institucionais; e
- » Campanhas de publicidade e comunicação.

**Percentual de repasse financeiro
por área • PRODER 2016**



Conclusão

O Programa de Desenvolvimento dos Conselhos Regionais de Administração (CPPRODER) investiu, diretamente, 40% (quarenta) por cento do recurso financeiro que compôs o Fundo, ou seja, R\$ 2.146.805,10, na atividade fim da Entidade, Fiscalização do Exercício da Profissão, e cerca de 30% (trinta) por cento, R\$ 1.554.530,65, na atividade de Desenvolvimento dos CRAs, distribuindo, proporcionalmente às prioridades estabelecidas pelo Sistema, o Fundo de Recursos Financeiros do Programa.

Comissão Permanente de Regimentos

CPR

Integrantes

Conselheiros Federais

Adm. Armando Lôbo Pereira Gomes

Coordenador

Adm. Carlos Alberto Ferreira Junior

Vice-Coordenador

Adm. Aldemira Assis Drago

Colaboradores

Adm. Ailema da Silva Pucú

Estagiária Kálitta Nayad Silva Rodrigues

a partir de 17/11/2015

Adv. Marcelo Dionísio de Souza

Apresentação

Constituída pela Portaria CFA nº 08, de 12/01/2015, conforme o disposto no Regimento do CFA, compete à CPR a análise e o parecer sobre os anteprojetos de Regimentos do CFA e dos CRAs, bem como sobre os demais assuntos a eles relacionados, para decisão do Plenário.

Ações desenvolvidas:

REGIMENTOS APROVADOS

A CPR analisou as propostas recebidas, em alguns casos diligenciou, para, ao final, manifestar-se favoravelmente e apresentar ao Plenário os seguintes Regimentos:

- » CRA-CE
- » Regulamento da Ouvidoria

REUNIÕES REALIZADAS

- » 1ª, em 27/01/2016
- » 2ª, em 15/06/2016



Comissão Permanente Eleitoral

CPE

Conselheiros Federais

Adm. Rogério Ramos de Souza	Coordenador
Adm. Jorge Humberto Moreira Sampaio	Vice-Coordenador - até 09/05/2016
Adm. Marly de Lurdes Uliana	Vice-Coordenadora - a partir de 11/05/2016
Adm. Diego Cabral Ferreira da Costa	Membro - a partir de 11/05/2016

Colaboradores

Adm. Juliana dos Reis Cardoso
Téc. em Prog. José Carlos de Araújo Ferreira
Adv. Marcelo Dionisio de Souza

Apresentação

Constituída pela Portaria CFA nº 4, de 12 de janeiro de 2015. A competência da CPE está expressa nos arts. 3º, §§ 1º, 4º, 5º, 6º e 7º do Regulamento das Eleições do Sistema CFA/CRAs, aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 471, de 16/10/2015, para operacionalizar e conduzir o processo eleitoral.

Ações Desenvolvidas

Realização de licitações para a aplicação do Regulamento das Eleições viabilizando processo eleitoral no exercício de 2016, com a contratação de empresa para o fornecimento de serviço de sistema eletrônico via internet e empresa especializada na prestação de serviços de auditoria em códigos de aplicação.

- » Contratação de empresa para o envio das senhas por e-mail e da ECT para a impressão e postagem das senhas impressas.
- » Operacionalização dos processos eleitorais de 2016 nos sites www.votaadministrador.org.br e www.votacra.org.br.
- » Análise de requerimentos e documentações apresentadas pelos candidatos com os registros, impugnações ou desqualificações de candidatos e de chapas.
- » Deliberações dos pedidos de impugnação apresentados à CPE/CFA.

- » Organização das Eleições do Sistema CFA/CRA's nos dias 18 de outubro e 22 de novembro de 2016, com:
- » A divulgação dos resultados das eleições;
- » O acolhimento das justificativas dos não votantes; e
- » A divulgação dos Profissionais que votaram ou justificaram a ausência do voto.

Conclusão

A Comissão Permanente Eleitoral (CPE) desenvolveu as ações de forma árdua, transparente e segura, com a total lisura que o processo eleitoral requer, reduzindo custos para o Sistema CFA/CRA's e contribuindo com a preservação do meio ambiente, já que 95% (noventa e cinco por cento) das senhas foram enviadas eletronicamente e não mais impressas e postadas.



Comissão Permanente de Tomadas de Contas

CPTC

Integrantes

Adm. José Carlos de Sá Colares

Coordenador

Adm. José Celeste Pinheiro

Vice-Coordenador

Adm. Joel Cavalcanti Costa

Membro

Apresentação

A Comissão Permanente de Tomada de Contas (CPTC), nos termos do art. 12 do Regimento do Conselho Federal de Administração, tem como objetivo principal a apreciação dos balancetes mensais do CFA e a emissão dos respectivos balancetes. A análise consiste na verificação dos documentos quanto aos aspectos formais e a correta apropriação nas respectivas contas, conferência de registros mencionados nos documentos relativos aos lançamentos contábeis, as peças exigidas pela legislação e a correta aplicação dos recursos, de acordo com as decisões por esfera de competência, em conformidade com a legislação vigente.

No apoio ao controle dos gestores do CFA, a Comissão Permanente de Tomada de Contas, com suporte da Coordenação de Orçamento e Finanças, tem demonstrado a boa e regular aplicação dos recursos utilizados e os resultados obtidos em conformidade com as leis, regulamentos e normas emanadas das autoridades administrativas competentes, emitindo pareceres pertinentes aos atos de gestão administrativa, financeira, contábil e patrimonial, encaminhando-os à Diretoria Executiva e, a seguir, ao Plenário.



Comissão Permanente de Licitação

CPL

Conselheiros Federais

Adm. Diego Cabral Ferreira da Costa	Coordenador
Adm. Joaquim Luciano Gomes Faria	
Téc. Contab. Alberto Lopes de Barros	Membro
Assist. Adm. Tatiana de Almeida Galdeano	Membro
Adm. Kátia Luciane Granjeiro	Membro

Apresentação

A Comissão Permanente de Licitação (CPL), criada pelo art. 12 do Regimento do Conselho Federal de Administração de Administração, tem como objetivo principal a aquisição e contratação de bens e serviços mais vantajosos para o CFA. Foram realizados, no decorrer de 2016, os procedimentos licitatórios elencados a seguir, em cumprimento ao estabelecido nas leis nº8.666, de 21 de junho de 1993, e nº19.529, de 17 de julho de 2002.



Coordenador da CPL, Adm. Diego Cabral

Modalidade	Objeto	Valor (R\$)
	Aquisição de material de higiene e limpeza.	18.836,40
Pregão Eletrônico	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de auditoria. Tais serviços deverão incluir análises em códigos de aplicação; validação e teste do algoritmo criptográfico e função de hash (sequência única de identificação de informação) utilizada na alteração da senha pelos usuários finais; emissão de parecer garantindo que o voto do eleitor é secreto e que seu voto realmente foi computado para o candidato escolhido; realização de testes de performance e de stress de sistema; validação e testes do ambiente de produção do ponto de vista da segurança e confiabilidade; análise de conformidade de prova de conceito de soluções propostas de licitantes do sistema eleitoral eletrônico.	14.900,00
	Aquisição de 152.000 (cento e cinquenta e duas mil) cédulas de papel moeda para a confecção das Carteiras de Identidades Profissionais dos profissionais de Administração.	60.800,00
	Contratação de serviços especializados para categorizar as atividades de administração nos campos previstos na alínea “b”, do art. 2º, da lei nº 4.769/65 e alínea “b”, do art. 3º, do regulamento aprovado pelo decreto nº 61934/67, com a elaboração dos catálogos de atividades consideradas atos típicos do profissional de administração.	138.700,00
	Fornecimento de lanche <i>in natura</i> .	16.339,49
	Equipamentos de microinformática.	21.836,98
	Aquisição de câmera fotográfica, cartão de memória, bolsa para a câmera, lentes fotográficas e HD externo.	23.400,00
	Contratação de empresa especializada no setor de Tecnologia da Informação que forneça licenciamento de software (programas de computador) de forma definitiva do tipo servidor (server) que proporcione funcionalidades de correio eletrônico (e-mail) e permita de forma efetiva que os usuários possam compartilhar itens que componham um ambiente colaborativo, como: calendário, contatos, tarefas e notas, permitindo o acesso a esses dados através das várias interfaces.	10.895,00
	Fornecimento de serviço de sistema eletrônico eleitoral via internet, alocação de infraestrutura para sua execução, carga de dados, monitoramento das eleições eletrônicas para o pleito de 2016 do Sistema CFA/CRA.	274.500,00
	Aquisição de mobiliário.	10.890,00
	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, manutenção corretiva e assistência técnica em aparelhos de ar condicionado de diversas marcas, modelos, tipos e capacidades, do CFA.	16.788,00
	Aquisição de equipamentos de microinformática.	174.269,43
	Equipamentos de microinformática.	19.499,90
	Aquisição de equipamentos para instalação da webtv - CFATV	39.531,20
	Registro de preços para fornecimento de licenças de uso de software de gestão, em ambiente web, para o Conselho Federal de Administração e seus regionais, contínua por 12 (doze) meses.	16.788,00
	Equipamentos de microinformática.	19.786,98

Comissão Especial de Ação Parlamentar

CEAP

Conselheiros Federais

Adm. Rogério Ramos de Souza

Coordenador

Adm. Jorge Humberto M. Sampaio

Vice-Coordenador integrante até 24/06/2016

Adm. Marly de Lurdes Uliana

Vice-Coordenadora a partir de 27/06/2016

Adm. José Carlos de Sá Colares

Presidente do CRA-DF

Adm. Mônica Cova Gama

Colaboradores

Adv. Maíra Fernandes Costa

Tecnol. Edylene Macedo Carrasquel

Apresentação

Constituída pela Portaria CFA nº 5, de 15/01/2016 e alterada pela Portaria nº 28 de 27/06/2016, tem como prioridades:

- » Interceder a favor dos profissionais de Administração junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
- » Divulgar as ações realizadas; e
- » Conclamar apoio aos Conselhos Regionais de Administração, aos Conselheiros Federais e Regionais, aos profissionais de Administração e a todos aqueles que possam ajudar na valorização e defesa da categoria.

Ações desenvolvidas

Prestar informações acerca dos projetos de lei de interesse do Sistema CFA/CRA e dos profissionais de Administração, tais como:

- » Parecer favorável do relator no Projeto de Lei nº 2664/2011, para a inclusão do art. 2º, §3º, que prevê o registro no Sistema CFA/CRA como requisito para o exercício da profissão de gestor ambiental.
- » PEC 317/2004 que institui a carreira de Administrador Municipal.
- » Regulamentação da Profissão de Tecnólogo, objeto do Projeto de Lei nº 2245/2007.
- » Reuniões com deputados federais, senadores da república e autoridades do poder executivo, no Fórum dos Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional, solicitando apoio e manifestando pontos de vista do Sistema CFA/ CRA.
- » Audiências públicas, etc.
- » Monitoramento de 63 (sessenta e três) Projetos de Lei na Câmara dos Deputados e 18 (dezoito) no Senado. Alguns deles têm anexos diversos outros PLs.



MONITORAMENTO DOS PROJETOS DE LEI DE INTERESSE DO SISTEMA CFA/CRAS E DO PROFISSIONAL DE ADMINISTRAÇÃO

Item	PL nº	Autor	Ementa	Tramitação
01	PL 252/2003	Senador Jorge Bornhausen (DEM/SC)	Dispõe sobre as normas gerais sobre a realização de concursos públicos no âmbito da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Aguardando parecer do Dep. Paes Landim - PTB/PI, na CCJC
02	PEC 317/2004	Deputado Sandro Mabel (PMDB /GO)	Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir a Carreira de Administrador Municipal	Aguardando parecer do Dep. Veneziano Vital do Rêgo - PMDB/PB na CCJC
03	PL 513/2015	Dep. Fauto Pinato - PRB/SP	Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de exame de proficiência para todas as profissões regulamentadas	Aguardando Parecer do Dep. Geovania de Sá CTASP
04	PL 600/2011	Dep. Augusto Coutinho DEM/PE	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que “dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências”, para isentar os idosos de contribuição aos Conselhos e demais entidades de fiscalização profissional.	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
05	PL 791/2011	Dep. Jovair Arantes	Altera o inciso III do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para definir validade legal de diploma de pós-graduação para o exercício profissional.	Pronta para Pauta na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)
06	PL 816/2011	Dep. Rubens Bueno PPS/PR	Dispõe sobre a regulamentação de novas profissões	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)
07	PL 985/2007	Dep. Augusto Carvalho - PPS/DF	Dispõe sobre o Estatuto dos Concursandos e dá outras providências.	Aguardando parecer do Dep. Paes Landim - PTB/PI, na CCJC
08	PL 1004/2011	Dep. Efraim Filho - DEM/PB	Dispõe sobre as contribuições dos Conselhos Profissionais	CTASP - Aguardando Relatório do Dep. Beбето - PSB/BA
09	PL 1009/2007	Dep. Leonardo Quintão - PMDB/GO	Estabelece normas para a realização de concursos públicos destinados ao provimento de cargos ou empregos públicos.	Aguardando parecer do Dep. Paes Landim - PTB/PI, na CCJC

Item	PL n°	Autor	Ementa	Tramitação
10	PL 1226 /2007	Deputado Eduardo Gomes (PSDB/TO)	Regulamento o exercício do Profissional de Marketing, e dá outras providências	Pronto para pauta na CCJC, com Parecer do Dep. Esperidião Amin pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL 1.226 de 2007, principal; do PL 1.944 de 2007, apenso; e do Substitutivo a ele apresentado na CTASP, na forma dos respectivos Substitutivos e da Submenda Substitutiva
11	PL 1418/2011	Dep. Walney Rocha - PTB/RJ	Dispõe sobre o acesso do candidato aos motivos de sua reprovação em exame psicológico para cargo ou emprego na administração pública federal e dá outras providências.	Aguardando parecer do Dep. Paes Landim - PTB/PI, na CCJC
12	PL 1716/1999	Dep. Mirian Reid - PDT/RJ	Regulamenta o art. 37, da Constituição Federal, no âmbito da administração pública federal direta, nas autarquias e fundações públicas federais, nas empresas públicas e sociedades de economia mista pertencentes à União e nas demais entidades ou empresas direta ou indiretamente controladas pelo Poder Público Federal, ou mantidas por auxílios ou subvenções da União, ou de entidades a ela Explicação: Regulamenta dispositivos da Constituição Federal de 1988 no tocante a realização de concurso público.	Aguardando parecer do Dep. Paes Landim - PTB/PI, na CCJC
13	PL 1798/2011	Dep. Newton Lima PT/SP	Determina a instalação de relógios nas salas de avaliação de concursos públicos, vestibulares e exames de ordem.	Aguardando parecer do Dep. Paes Landim - PTB/PI, na CCJC
14	PL 1944/2007	Dep. Felipe Bornier	Regulamenta o exercício do Profissional de Marketing, e dá outras providências.	Apensado ao PL 1226/2007
15	PL 2150/2011	Dep. Nelson Bornier PMDB/RJ	Torna obrigatória a disponibilização dos motivos da reprovação dos candidatos em exame psicológico para cargo ou emprego na administração pública e dá outras providências.	Aguardando parecer do Dep. Paes Landim - PTB/PI, na CCJC
16	PL 2219/2011 (PLS 171/2010)	Senador Sérgio Zambiasi(PTB/RS)	Altera a Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, para dispor sobre o registro do Tecnólogo em Administração nos Conselhos Regionais de Técnicos de Administração (CRTA) 07/04/2015 - Parecer da Relatora, Dep. Erika Kokay (PT/DF) pela aprovação deste e do PL 7493, apensado, com substitutivo 15/05/2015 - Devolvido à Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF), apra rever o parecer	Aguardando parecer da Dep. Erika Kokay na CTASP.
17	PL 2245/2007	Dep. Reginaldo Lopes	Regulamenta a profissão de Tecnólogo e dá outras providências	Aguardando a apreciação de recursos contra a tramitação conclusiva, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Item	PL n°	Autor	Ementa	Tramitação
18	PL 2257/2015	Dep. Carlos Bezerra - PMDB/MT	Altera o parágrafo único do art. 4.º da Lei n.º 9.289, de 4 de julho de 1996 - que “dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dá outras providências”. Explicação: Isenta as entidades fiscalizadoras de profissão do pagamento de custas processuais.	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)
19	PL 2313/2015	Dep. Carlos Manato SD/ES	Disciplina o regime de transparência da gestão financeira dos conselhos profissionais e dá outras providências.	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)
20	PL 2664/2011	Dep. Arnaldo Jardim PPS/SP	Regulamenta o exercício da profissão de Gestor Ambiental.	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)
21	PL 2945/2004	Dep. Elimar Damasceno PRONA/SP	Estabelece normas acerca de concursos públicos, e dá outras providências.	Tramitando em Conjunto
22	PL 3028/2011	Dep. Aguinaldo Ribeiro PP/PB	Altera o inciso III do art. 44 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para definir validade legal de diploma de pós-graduação para o exercício profissional.	Aguardando pauta na Comissão CTASP. Parecer da Relatora Dep. Jozi Rocha, pela aprovação
23	PL 3052/2011	Dep. Aguinaldo Ribeiro PP/PB	Altera o § 2º do art. 48 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Explicação: Estende a todas as universidades brasileiras, públicas ou privadas, a condição de revalidar diplomas estrangeiros.	Propondo para pauta na CSSF, com Parecer do Deputado Zeca Direu pela aprovação do PL 7841/2014 e pela rejeição dos apensados.
24	PL 3609/2012	Dep. Romero Rodrigues PSDB/PB	Determina a nulidade automática de questão inserida em concurso público promovido por órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta cujo enunciado seja idêntico ou significativamente assemelhado a outra questão incluída em concurso público precedente.	Aguardando parecer do Dep. Paes Landim - PTB/PI, na CCJC
25	PL 3615/2000	Dep. João Hermann	Dispõe sobre o fomento mercantil especial de exportações ou “factoring” de exportação e dá outras providências.	Matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados. Foi alterada no Senado Federal. Retornou para Câmara analisar as alterações introduzidas pelo Senado. Aprovado na CCJC parecer contrário das alterações do Senado. Aprovado na forma do texto da Câmara dos Deputados.
26	PL 3912/2012	Dep. Gerônimo Goergen PP/RS	Dispõe sobre o ressarcimento de despesas realizadas por concursandos relativas à anulação ou cancelamento de provas por motivo de fraude ou falhas na organização de certame promovido no âmbito da Administração Pública direta e indireta.	Aguardando parecer do Dep. Paes Landim PTB/PI, na CCJC

Item	PL nº	Autor	Ementa	Tramitação
27	PL 3962/2012	Dep. Ronaldo Benedet PMDB/SC	Altera e inclui dispositivos na Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, e dá outras providências.	Pronta para pauta no Plenário
28	PL 4029/2008	Dep. Bezerra PMDB/MT	Proíbe impedimentos e restrições a profissionais liberais estrangeiros, atuando legalmente no País.	CCJC - Pronta para pauta na CCJC, com Parecer do Dep. Alceu Moreira PMDB/RS, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela com Substitutivo; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito pela rejeição do Substitutivo da CREDIN
29	PL 4212/2004	Dep. Átila Lira	Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências. Explicação: Fixa normas para a educação superior das instituições públicas e privadas de ensino. Projeto chamado de "Reforma Universitária".	Aguardando a Instituição de Comissão Especial - Comissão Temporária
30	PL 4253/2015	Poder Executivo	Cria, transforma e extingue cargos e funções, reestrutura cargos e carreiras, altera a remuneração de servidores, altera a remuneração de militares de ex-Territórios Federais, altera disposições sobre gratificações de desempenho, dispõe sobre a incidência de contribuição previdenciária facultativa sobre parcelas remuneratórias, modifica regras sobre requisição e cessão de servidores, e dá outras ... Explicação: Altera as Leis nº 11.356, de 2006; 12.702, de 2012; 9.625, de 1998; 10.180, de 2001; 11.095, de 2005; 11.355, de 2006; 5.809, de 1972; 8.691, de 1993; 11.784, de 2008; 9.657, de 1998; 10.355, de 2001; 10.404, de 2002; 10.480, de 2002; 10.483, de 2002; 10.484, de 2002; 10.550, de 2002; 10.551, de 2002; 10.768, de 2003; 10.855, de 2004; 10.871, de 2004; 10.876, de 2004; 11.046, de 2004; 11.090, de 2005; 11.156, de 2005; 11.171, de 2005; 11.344, de 2006; 11.357, de 2006; 11.539, de 2007; 11.776, de 2008; 11.890, de 2008; 11.907, de 2009; 12.094, de 2009; 12.154, de 2009; 12.277, de 2010; 11.890, de 2008; 12.775, de 2012; 10.887, de 2004; 10.486, de 2002; 12.800, de 2013; 11.526, de 2007; 11.319, de 2006; 12.856, de ...	Aguardando a designação de relator na CSSF

Item	PL n°	Autor	Ementa	Tramitação
31	PL 4254/2015	Poder Executivo	Altera a remuneração de servidores públicos, estabelece opção por novas regras de incorporação de gratificação de desempenho às aposentadorias e pensões, altera os requisitos de acesso a cargos públicos, reestrutura cargos e carreiras, dispõe sobre honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, suas autarquias e fundações, e dá outras ... Explicação: Altera as Leis nº 11.890, de 2008; 11.907, de 2009; 12.702, de 2012; 9.625, de 1998; 11.355, de 2006; 10.693, de 2003; 10.682, de 2003; 9.650, de 1998; 13.140, de 2015. Altera o Decreto-lei nº 2.346, de 1987.	Aprovado na Câmara sem emendas ou alterações
32	PL 4379/2012	Dep. Paulo Tadeu PT/DF	Estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional da União.	Aguardando parecer do Dep. Paes Landim PTB/PI, na CCJC
33	PL 4403/2016	Dep. Carlos Henrique Gaguim PMB/TO	Altera a Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, que dispõe sobre a profissão de administrador, para estabelecer que as atividades próprias da profissão de administrador são, nas circunstâncias que menciona, considerada típicas de Estado.	CTASP - Aguardando designação de Relator
34	PL 4481/2012	Senador Cícero Lucena	Dispõe sobre o exercício domiciliar de profissão liberal (home office).	CCJC - Aguardando pauta na Comissão, apresentado Parecer pelo Dep. Hildo Rocha pela Inconstitucionalidade da matéria
35	PL 4533/2012	Senado Federal Arthur Virgílio	Altera o art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para exigir, nas Universidades, percentagens específicas mínimas para doutores, mestres e docentes com regime de trabalho em tempo integral.	Aguardando reconstituição da Comissão especial
36	PL 4616/2012	Dep. Walter Feldman PSDB/SP	“ Estabelece a prestação obrigatória de serviços à sociedade, por doze meses, pelos profissionais formados em instituições públicas de ensino superior ou cuja formação superior foi custeada, no todo ou em parte, por bolsa de estudo paga pelo Poder Público..”	Aguardando designação de Relator na CFT

Item	PL nº	Autor	Ementa	Tramitação
37	PL 4625/2016	Poder Executivo	Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, o Decreto-Lei nº 341, de 17 de março de 1938, o Decreto-Lei nº 486, de 3 de março de 1969, o Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1903, o Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, e o Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943, e dá outras ... Explicação: Simplifica as atividades dos auxiliares do comércio e o registro empresarial.	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados . Em razão da apresentação da MSC nº 286/2016, que solicitou o cancelamento do pedido de urgência para a preciação do projeto de Lei nº 4.625 de 2016, a matéria passar a tramitar em regime de prioridade, na forma do art. 151, II, 'a', do RICD. Às Comissões de desenvolvimento Econômico, Industrial, Comercial e Serviços e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) e Proposição Sujeita à apreciação do Plenário . Regime de Tramitação; Prioridade 25/05/2016 em razão da apresentação da MSC nº 286/2016, que solicitou o cancelamento do pedido de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 4.625 de 2016, a matéria passa a tramitar em regime de Prioridade, na forma do art. 151, II 'a', do RICD. Às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Industrial, Comercial e Serviços e de Constituição e Justiça de Cidadania (Art. 54 RICD) e proposição Sujeita à apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Prioridade
38	PL 4746/1998	Dep. Arnaldo Faria de Sá	Dispõe sobre o exercício da profissão de Pedagogo e dá outras providências.	Aprovado na Câmara dos Deputados. Remetido ao Senado Federal foi distribuído à CAS. Antes da votação do parecer do Relator Senador Crsitovam Buarque, foi aprovado requerimento incluindo a Comissão de Educação para analisar a matéria. Matéria aguarda parecer na CE.
39	PL 4827/1998	Dep. Zulaê Cobra	Institucionaliza e disciplina a mediação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos.	Pronta para pauta na CCJC com parecer ao Substituto do Senado, de Dep. Arthur Oliveira Maia PMDB/BA, pela constitucionalidade juridicidade, técnica legislativa e, no mérito pela aprovação do Substituto do Senado, exceto quanto aos seguintes dispositivos, considerados inconstitucionais e injurídicos: arts. 15, 17, 18, 19, 20, inciso V do art. 25, 27, parágrafo único do art. 41 e 45.
40	PL 5086/2013	Dep. Jorginho Melo	Altera as alíneas “a” do art. 10 e “a” do art. 12 da Lei nº 4.769 de 1965. Explicação: Altera o percentual de constituição das rendas do Conselho Federal de Administração e dos Conselhos Regionais de Administração.	CFT - Aguardando Parecer do Relator, Dep. Carlos Henrique Gaguim.

Item	PL nº	Autor	Ementa	Tramitação
41	PL 5354/2016	Dep. Daniel Vilela PMDB/GO	Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de demonstrações contábeis dos conselhos de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas.	Aguardando designação de relator na CCJC
42	PL 5680/2013	Dep. Glauber Braga PSB/RJ	Dispõe sobre a escolha dos membros dos Conselhos Federais e Regionais incumbidos da fiscalização do exercício profissional	Aguardando parecer do Dep. Efraim Filho DEM/PB na CTASP
43	PL 6244/2013	Poder Executivo	Cria cargos de provimento efetivo no âmbito da administração pública federal e dá outras providências	Aprovada a Redação final, encaminhado ao Senado
44	PL 6253/2013	Deputado Wilson Filho	Dispõe sobre a habilitação para os exames e provas de suficiência exigidos como requisito para a obtenção do registro profissional	Aguardando parecer da Dep. Geovania de Sá PSDB/SC - CTASP
45	PL 6837/2010	Dep. José Fernando Aparecido PV/MG	Estabelece regras para a realização de concursos públicos no âmbito da administração pública federal direta e indireta.	Aguardando parecer do Dep. Paes Landim PTB/PI, na CCJC
46	PL 6954/2010	Deputado Sandro Mabel (PMDB/GO)	Estabelece o Piso Salarial do Administrador	Pronto para pauta na CTASP, com parecer da Dep. Bebeto PSB/BA pela aprovação deste, e do PL 8.247/14, apensado, com substitutivo
47	PL 791/2011	Deputado Jovair Arantes (PTB/GO)	Altera o inciso III do art.44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para definir validade legal de diploma de pós-graduação para o exercício profissional	Pronto para pauta na CTASP, com parecer da Dep. Jozi Rocha pela aprovação deste, com substitutivo
48	PL 7054/2010	Dep. Felipe Mata DEM/RN	Determina que os editais de concursos públicos realizados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta elaborem cronograma das etapas e resultados.	Aguardando parecer do Dep. Paes Landim PTB/PI, na CCJC
49	PL 7493/2014	Deputado Simão Sessim (PP/RJ)	Altera a Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, para promover a atualização do texto legal, bem como para dispor sobre o registro do Técnico de Nível Médio em Administração, entre outras providências Altera a Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2016, para >>> e >>> a metodologia de apuração do imposto devido por >>>	Aguardando parecer da Dep. Erika Kokay na CTASP.

Item	PL nº	Autor	Ementa	Tramitação
50	PL 7723/2010	Dep. José Airton Círio PT/CE	Altera a redação do art. 48 da Lei nº 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Explicação: Estabelece critérios para o reconhecimento automático de diploma de graduação, mestrado e doutorado de universidade estrangeira, em universidades públicas e de países signatários da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.	Aguardando pauta na CSSF - apresentado parecer pelo Dep. Zeca Dirceu PT/PR
51	PL 7841/2014	Senador Roberto Requião PMDB/PR	Altera o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento de diplomas de graduação, mestrado e doutorado expedidos por instituições de ensino superior estrangeiras.	Aguardando pauta na Comissão CCJC. Parecer do Dep. Zeca Dirceu
52	PL 7900/2014	Dep. Ricardo Izar PSD/SP	Autoriza o Poder Executivo a criar o Conselho Federal de Pedagogia e os Conselhos Regionais de Pedagogia,	CCJC - Aguardando a designação de Relator.
53	PL 8247/2014	Dep. José Chaves	Estabelece o Piso Salarial do Administrador e dá outras providências.	Apensado ao PL nº 6954/2010
54	PLC 13/2013	Dep. José Chaves	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros-Agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal.	Aprovado na Câmara dos Deputados. Aprovado na CAS do Senado. Aprovado na CCJS. Interposição de Recurso contra o Poder Conclusivo na CAS. Aguardando inclusão na pauta do Plenário do Senado.
55	PLC 36/2016	Poder Executivo	Altera a remuneração de servidores públicos; estabelece opção por novas regras de incorporação de gratificação de desempenho às aposentadorias e pensões; altera os requisitos de acesso a cargos públicos; reestrutura cargos e carreiras; dispõe sobre honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, suas autarquias e fundações; e dá outras providências.	Transformada em Norma Jurídica - Lei 013.327, de 2016
56	PLC 38/2016	Poder Executivo	Cria, transforma e extingue cargos e funções; reestrutura cargos e carreiras; altera a remuneração de servidores; altera a remuneração de militares de ex-Territórios Federais; altera disposições sobre gratificações de desempenho; dispõe sobre a incidência de contribuição previdenciária facultativa sobre parcelas remuneratórias; modifica regras sobre requisição e cessão de servidores; e dá outras providências.	Transformada em Norma Jurídica - Lei 013.328, de 2016
57	PLC 70/2013	Dep. Pedro Uczai	Dispõe sobre a expedição de carteiras de registro profissional.	Aguardando designação de relator na CCJC
58	PLC 99/2015	Executivo	Cria cargos de provimento efetivo no âmbito da administração pública federal; altera as Leis nºs 10.871, de 20 de maio de 2004, 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; e dá outras providências.	Aguardando pauta em Plenário

Item	PL nº	Autor	Ementa	Tramitação
59	PLC 108/2012	Poder Executivo	Cria a Carreira de Analista Executivo no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências.	Aguardando designação de relator na CCJC
60	PLC 196/2009	Dep. Arnaldo Faria de Sá	Dispõe sobre o exercício da profissão de Pedagogo e dá outras providências.	Aprovado na Câmara dos Deputados, tramita no Senado Federal. Aguarda realização de Audiência Pública na Comissão de Educação.
61	PLP 260/2007	Dep. Sandro Mabel PR/GO	Estende aos serviços de que trata o item 17.12 da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, o mecanismo de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza de que trata o § 3º do art. 9º do Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968.	Pedido de inclusão na ordem do dia do Deputado Newton Cardoso Jr.
62	PLP 285/2002	Dep. Luiz Carlos Haully	Dá nova redação ao § 3º do art. 9º do Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, que “estabelece normas gerais de direito financeiro, aplicáveis aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza”. Explicação: Dispondo que a base de cálculo do ISS a que estão sujeitas as sociedades corretoras de imóveis deve ser aplicada em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviços em nome da sociedade.	Pronto para pauta no plenário da Câmara dos Deputados. Matéria pronta para inclusão na Ordem do Dia do Plenário
63	PLP 448/2014	Dep. Guilherme Campos e outros	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes do Simples Nacional, e dá outras providências.	Arquivado

MONITORAMENTO DOS PROJETOS DE LEI DE INTERESSE DO SISTEMA CFA/CRAS E DO PROFISSIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, EM TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL - 2016

Item	Nº	Autor	Ementa	Tramitação
1	PLS 74/2010	Senador Marconi Perillo	Cria regras para a aplicação de concursos para a investidura em cargos e empregos públicos no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal	Apensado ao PL 252/2003
2	PLS 90/2010	Senador Fernando Collor	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para incluir os escritórios de engenharia e arquitetura entr os beneficiários do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pela Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.	Arquivado (SIMPLES)
3	PLS 105/2011	Senador Ciro Nogueira - Foi remetido para a Câmara dos Deputados . Deputado Ciro Nogueira	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.	Aguardando Parecer do Relator Dep. Izalci na CFT
4	PLS 130/2007 Complementar	Senador Pedro Simon (PMDB/RS)	Acrescenta o § 13 ao art. 3º da Lei Complementar nº 123 - Estatuto Nacional da Micro-Empresa e da Empresa de Pequeno Porte - Simples Nacional	Arquivado
5	PLS 136/2012	Senador Cacildo Maldaner (PTB/AL)	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a inclusão de microempresas e empresas de pequeno porte produtoras de cerveja e de vinho no Simples Nacional.	Arquivado 30/03/2015
6	PLS 193/2013	Senador Pedro Taques	Altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para determinar a extensão das disposições da Lei às entidades de fiscalização profissional.	Aguardando designação de Relator na CCJ
7	PLS 212/2015	Senador Acir Gurgacz	Disciplina a profissão de Cientista.	Aguardando Parecer da Senadora Ana Amélia
8	PLS 242/2007	Senador Osmar Dias	Modifica a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir a adesão de escolas de nível médio, pessoas jurídicas prestadoras de serviços de corretagem de seguros e representação comercial ao Regime Especial Unificado de Arrecadações de Tributos e Contribuição devidas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional	Arquivado

Item	Nº	Autor	Ementa	Tramitação
9	PLS 344/2011	Senador Paulo Bauer	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para possibilitar a opção pelo Simples Nacional das microempresas e empresas de pequeno porte que se dediquem ao agenciamento de notícias e assessoria de comunicação e para definir os serviços de comunicação passíveis de opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.	Aguardando leitura de requerimento, do Senador José Pimentel, solicitando a tramitação em conjunto dos PLS nº 195, de 2010 - Complementar; com os PLS nº 63, de 2011 - Complementar; 125, 354 e 476, de 2013 - Complementares; 16 de 2014 - Complementar; 5, 253,295,296 e 542, de 2015, complementares; e com o PLC nº 113 e 125, de 2015 - Complementares.
10	PLS 357/2012	Senador Waldemir Moka (PMDB / MS)	Altera a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, para incluir o cargo de Auditor entre os cargos técnico administrativos em Educação, referidos no seu Anexo II (na verdade, Administrador na carreira de Auditor)	Parecer favorável do Relator Romero Jucá na CCJ
11	PLS 439/2015	Senador Donizete PT/TO	Dispõe sobre o exercício de atividades nos campos da Administração.	Aguardando Relatório do Senador Romero Jucá.
12	PLS 467/2008	Senador Idelli Salvatti	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional	Arquivada
13	PLS 481/2007	Senadora Patricia Saboia	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar o regime de tributação incidente sobre as creches e pré-escolas no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.	Aguardando designação de relator na CAS.
14	PLS 517/2011	Senador Ricardo Ferraz	Institui e disciplina o uso da mediação como instrumento para prevenção e solução consensual de conflitos.	Transformada na Lei Ordinária 13140/2015. DOU 29/06/2015
15	PLS 556/2011	Senador Cícero Lucena	Dispõe sobre o exercício domiciliar de profissão liberal (home office).	CCJC Apresentado Parecer pelo Deputado Hildo Rocha, pela inconstitucionalidade da matéria. Pronta para Pauta.
16	PLS 607/2007	Senador Expedito Júnior	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática e dá outras providências.	Arquivado
17	PLS 658/2007 - Complementar	Senador Inácio Arruda (PC do B/CE)	Altera a Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, para atualizar a regulamentação do exercício da profissão de Economista e dá outras providências.	Aguardando parecer do Senador Romero Jucá (PMDB/RR), na CAS.
18	PLS 701/2007	Senador Artur Virgílio	Altera o § 1º do art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para incluir a atividade de corretagem de seguros no Simples Nacional.	Arquivado

Comissão Permanente de Mediação e Arbitragem

CPMA

Conselheiros Federais

Adm. Ruy Pedro Baratz Ribeiro	Coordenador
Adm. Marcos Clay Lucio da Silva	Vice-Coordenador
Adm. Tânia Maria da Cunha Dias	Membro

Colaborador

Adm. Civaldo José Gabriel

Apresentação

A Comissão Permanente de Mediação e Arbitragem (CPMA), constituída pela Portaria CFA nº 34, de 19 de fevereiro de 2015, em conformidade com os artigos 4º, inciso III, artigo 13 e 42, incisos IV e XV, do Regimento do CFA, tem se desdobrado para expandir os métodos extrajudiciais de solução de controvérsias no âmbito dos profissionais de Administração como forma de racionalizar as demandas da sociedade e contribuir com a celeridade dos processos e a paz social.

Ações Desenvolvidas

- » Participação dos Administradores Ruy Pedro Baratz Ribeiro e Civaldo José Gabriel no VIII Encontro Nacional de Arbitragem e Mediação realizado em Belém(PA) com Workshops que abordaram a Organização de Câmaras e Capacitação de Mediadores e Árbitros e do Novo CPC – Mediação como Pressuposto Processual.
- » Participação da CPMA enquanto representante do CFA no Programa Brasileiro de Autorregulamentação de Boas Práticas em Arbitragem, Conciliação e Mediação (Parconima). Foi renovado o termo de cooperação entre o CFA e o CRA-RS para a participação de representante do CFA no Parconima para o posicionamento e a manutenção no cenário nacional junto ao Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem (Conima), de representantes da categoria considerando a representatividade nacional dos Administradores no campo da mediação e arbitragem.
- » A CPMA realizou na sede do CFA, em 24 de outubro, o workshop “Como

montar uma Câmara de Mediação e Arbitragem” que deverá servir como incentivo e motivação para alguns CRAs. Se for registrado o interesse de avançar nesse trabalho, as capacitações poderão ser efetivadas nos próprios regionais, fazendo com que os custos sejam sensivelmente reduzidos.

O evento também visa criar um plano de ação que atenda, no mínimo, os seguintes aspectos:

- a. retomada da realização de eventos em nível nacional e internacional, e patrocínio de eventos em nível regional e local;
- b. busca de parceiros/realizadores e parceiros/clientes, criando uma base de sustentação para a permanência da mediação e arbitragem como técnica de resolução de conflitos;
- c. criação de um espaço físico organizado (com estrutura própria) para dar apoio aos usuários e servir como ponto de referência para todos;
- d. estabelecimento de convênios com instituições visando conscientizar usuários e preparar profissionais para atuarem como mediadores e árbitros.

Conclusão

Com o advento da Lei da Arbitragem 9.307/96, alterada pela lei nº 13.129/2015, o Brasil passou a contar com um moderno instrumento regulamentador para a resolução extrajudicial dos conflitos. Assim, a Organização Latino-americana de Administração, com o apoio irrestrito do CFA e do CFC, desenvolveu e realizou o I SEAMERCO (Seminário de Arbitragem e Mediação do Mercosul) em 1999, evento inicial de inserção dos Profissionais em Administração nos MESC's - Métodos Extrajudiciais de Solução de Conflitos, com ênfase na arbitragem, mediação e conciliação. A partir deste evento, o Sistema CFA/CRAs tem difundido a cultura da mediação a arbitragem, diretamente ou de forma cooperativa, com o objetivo de ampliar o conhecimento e o fortalecimento da prática pelos Administradores.



Ouvidoria

Integrantes

Conselheiro Adm. Paulo César de Pereira Durand

Ouvidor até † 20/07/2016

Conselheira Adm. Simone Marçal Quintino

Ouvidora - Atual

Colaboradores

Adm. Douglas Evangelista Neto

SUP

Estagiária Kálitta Nayad Silva Rodrigues

Apresentação

A Ouvidoria do Conselho Federal de Administração (CFA) foi criada para servir de elo entre o Sistema CFA/CRAs e a sociedade, em especial às pessoas físicas e jurídicas registradas nos Conselhos Regionais de Administração.

A finalidade da Ouvidoria é assegurar a participação da sociedade no Sistema CFA/CRAs, reunindo informações sobre os diversos aspectos da entidade, com o propósito de promover a melhoria dos serviços prestados pela autarquia à sociedade.

Ações Desenvolvidas

Enquanto 2013 foi um de aprendizagem e de esforços voltados para a implantação desta nova ferramenta de gestão participativa em nosso Sistema, 2016 foi dedicado à consolidação e ao aperfeiçoamento deste espaço de cidadania. Podemos afirmar, sem medo de errar, que o saldo foi amplamente positivo. A Ouvidoria vem conquistando a confiança e o reconhecimento do público externo, enquanto no âmbito interno da organização a indispensável compreensão de nosso trabalho vem sendo, aos poucos, evidenciada, refletindo no diálogo com a maioria dos gestores, em todos os níveis hierárquicos, e na cooperação obtida com os nossos interlocutores.

Durante o ano passado, a Ouvidoria do CFA recebeu 246 manifestações dos Administradores, estudantes e dos demais usuários que utilizam os serviços da Instituição. O perfil das manifestações é registrado diretamente no nosso Sistema. Dentre elas, estão reclamações, denúncias, sugestões, consultas e elogios. É importante mencionar que essas manifestações, independente de sua natureza, sempre carregam sinais de alerta, desafios e muitas reflexões.

Nosso papel foi procurar transformar essa pauta em possibilidades de aperfeiçoamento institucional, tanto técnico como ético. É bem verdade que algumas reclamações e denúncias são improcedentes, mas a sua grande maioria toca em problemas que ainda persistem, como o descuido no atendimento, a falta de transparência em algumas decisões e a ineficiência na comunicação.

No campo da infraestrutura, destacamos que o nosso sistema informatizado de recepção e encaminhamento de mensagens vem melhorando dia a dia, possibilitando uma efetiva comunicação com os gestores do Sistema CFA e os cidadãos em geral. Também é importante mencionar que foi efetivado o novo sistema “SEI – Sistema Eletrônico de Informação”.

De acordo com a legislação vigente, é necessário que façamos os relatórios das demandas encaminhadas anualmente, incluindo as respectivas providências tomadas, e reforçando a seriedade no trato destas questões, sem temor de eventuais melindres. Assim, é necessário que haja, por parte dos que mantêm esse diálogo com a Ouvidoria, a compreensão do seu verdadeiro papel. É evidente que isso passa por um processo de aprendizagem, apontando a necessidade de um trabalho mais intenso e específico junto aos CRA's.

Entretanto, ainda há muito a ser feito. Destaca-se em nossa pauta a necessidade de irmos ao encontro do profissional, atuando de forma mais proativa junto aos Administradores e Tecnólogos.

Desta maneira, uma de nossas prioridades é cumprir efetivamente com a nossa função, com a apresentação de propostas e sugestões que possam propiciar ajuste em nosso Sistema. É nesta luta que a Ouvidoria do CFA está inserida.

Metodologia

As demandas recebidas pela Ouvidoria dividem-se em reclamações, sugestões, consultas e elogios e foram apresentadas por um público diversificado: pessoas físicas registradas e não registradas, estudantes de Administração e de Tecnologia em Administração e, ainda, colaboradores dos CRAs.

Uma vez recebidas as manifestações via “SEI – Sistema Eletrônico de Informação”, a Ouvidoria analisa o seu conteúdo e as encaminha aos CRA's ou às Unidades Organizacionais do CFA, solicitando a adequada orientação para as respostas que, a seguir, são direcionadas, via Ouvidoria - SEI, aos demandantes.

Conclusão

No exercício de 2016, a Ouvidoria desenvolveu atividades voltadas para a melhoria no atendimento das demandas recebidas e encaminhadas aos CRAs e setores internos do CFA, com modificações na estrutura do Sistema Eletrônico, na Gestão dos Processos e adequação do Regulamento, com o objetivo de atender às solicitações pleiteadas.

Estrutura Administrativa do Conselho Federal

Superintendência

SUP

A Superintendência do Conselho Federal de Administração (CFA) desenvolve e coordena os diversos setores e unidades administrativas da Autarquia, como também planeja e organiza as atividades para desenvolver as suas funções.

Além disso, visa também à otimização dos recursos financeiros e humanos, bem como a legalidade dos atos administrativos do CFA, favorecendo a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao público-alvo da autarquia, em especial, aos Conselhos Regionais de Administração (CRAs), conselheiros federais e regionais, colaboradores do Sistema CFA/CRAs e profissionais de Administração.

Cabe também à Superintendência:

- » Exercer administrativamente a coordenação geral das unidades de trabalho do CFA;
- » Encaminhar propostas para firmar contratos, convênios e parceiros ou instrumentos relacionados com as atividades do CFA, além de outras correlatas;
- » Expedir convocações/comunicações aos conselheiros federais e atender às suas demandas;
- » Supervisionar e orientar as atividades relacionadas com pessoal, serviços gerais, patrimônio, transportes, protocolo eletrônico, sistemas telefônicos, arquivo, bem como os serviços de operações financeiras, execução orçamentária, contabilidade e controle financeiro;
- » Estabelecer contatos com os conselheiros federais, CRAs e instituições públicas e privadas, visando promover as ações do Sistema CFA/CRAs;
- » Administrar os processos referentes às aquisições e aos contratos de fornecimento de materiais e/ou prestações de serviços, desenvolvendo todas as ações necessárias;
- » Coordenar e supervisionar a elaboração de resoluções normativas, deliberações, termos de posse, diplomas, regimentos, certificados de serviços, regimentos, certificados de serviços prestados, portarias e outros documentos resultantes de decisões do Plenário, da Diretoria Executiva e da Presidência e prestar apoio operacional ao Tribunal Superior de Ética dos Profissionais de Administração;
- » Expedir comunicações aos Presidentes de CRAs e a outras autoridades e interessados, relativas às ações/procedimentos de sua responsabilidade;
- » Elaborar as pautas e as atas das reuniões;
- » Coletar informações para os trabalhos da Diretoria Executiva, do Plenário e da Assembleia de Presidentes do Sistema CFA/CRAs;
- » Ser o Líder do Projeto SEI – Sistema Eletrônico de Informação, implantado no dia 04 de abril de 2016, promovendo redução nos custos da gestão da autarquia.

Diretoria Executiva:	
27 e 28 de janeiro	1ª DIREX, Manaus/AM;
24 de fevereiro	2ª DIREX, Maceió/AL;
31 de março e 1º de abril	3ª DIREX, Brasília/DF;
28 de abril	4ª DIREX, Web distância;
19 de maio	5ª DIREX, Florianópolis/SC;
15 e 16 de junho	6ª DIREX, Brasília/DF;
6 de julho	7ª DIREX, Natal/RN;
17 de agosto	DIREX EXTRAORDINÁRIA, Salvador/BA;
12 de setembro	8ª DIREX, Brasília/DF;
26 e 27 de outubro	9ª DIREX, Brasília/DF;
23 de novembro	10ª DIREX, Curitiba/PR;
7 e 8 de dezembro	11ª DIREX, Brasília/DF.

Reuniões Plenárias:	
28 e 29 de janeiro	Plenárias (1ª a 5ª), Manaus/AM;
1º e 02 de abril	Plenárias (6ª a 9ª), Brasília/DF;
20 de maio	Plenárias (10ª a 13ª), Florianópolis/SC;
16 e 17 de junho	Plenárias (14ª a 17ª), Brasília/DF;
06 de julho	Plenária Extraordinária, Natal/RN;
18 de agosto	Plenárias Extraordinária, Salvador/BA;
14 de setembro	Plenária (18ª a 20ª), Cuiabá/MT;
27 e 28 de outubro	Plenária (21ª a 25ª), Brasília/DF;
8 e 9 dezembro	Plenárias (26ª a 30ª), Brasília/DF.

Assembleia de Presidentes:	
25 e 26 de fevereiro	1ª Assembleia Conjunta – Brasília/ DF;
7 e 8 de julho	2ª Assembleia de Presidentes – Natal/RN;
15 de setembro	3ª Assembleia de Presidentes – Cuiabá/MT;
24 e 25 de novembro	4ª Assembleia de Presidentes – Curitiba/PR.

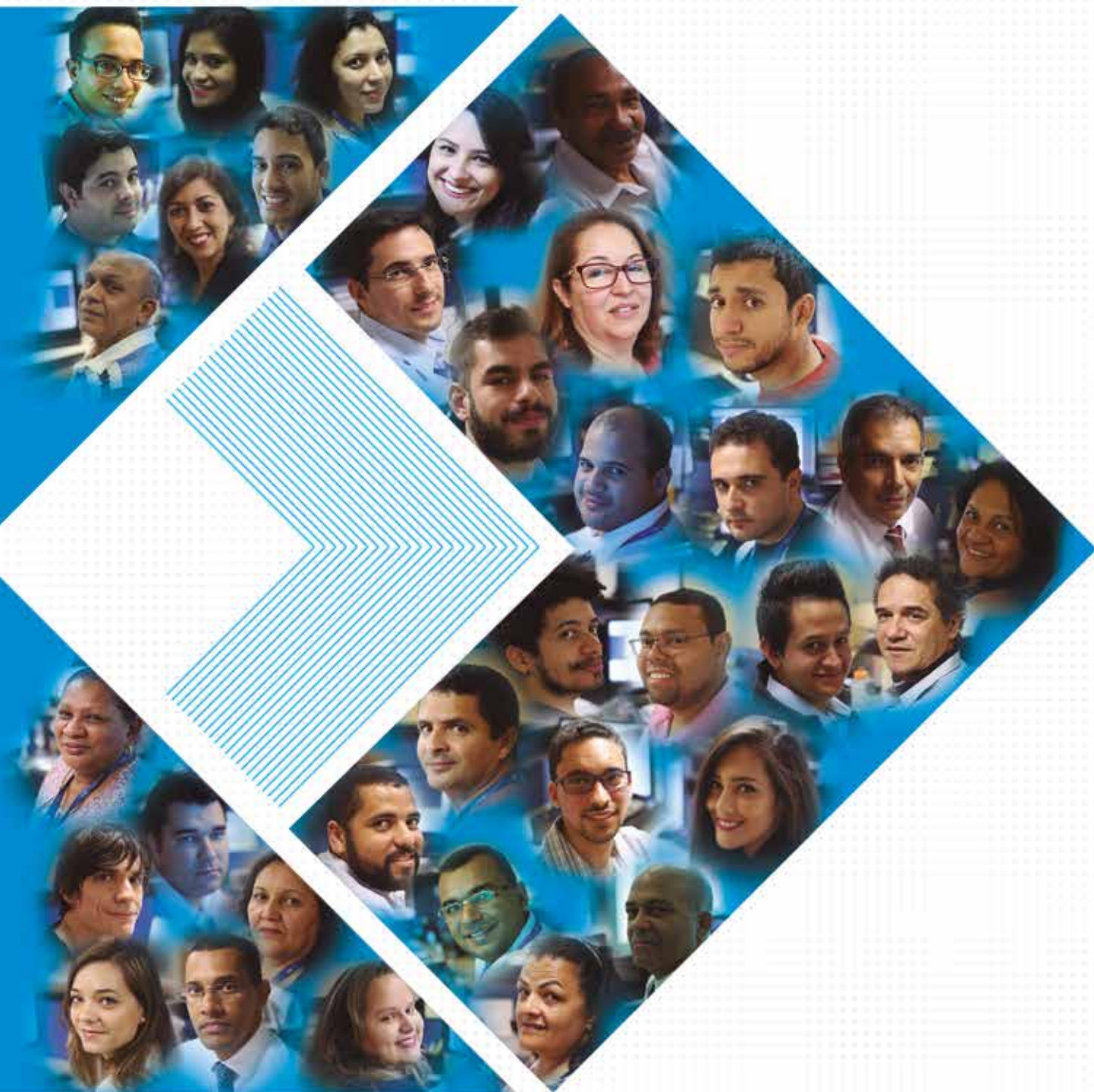
Realização de 30 (trinta) reuniões plenárias e 02 (duas) extraordinárias, 11 (onze) reuniões da Diretoria Executiva e 1 (uma) Extraordinária e 4 (quatro) reuniões da Assembleia de Presidentes do Sistema CFA/CRA.

Resoluções Normativas 2016:	
RN 476, de 03/02	Aprova o Regulamento da Ouvidoria do Conselho Federal e dá outras providências.
RN 477, de 18/02	Aprova o Regimento do Conselho Regional de Administração do Ceará.
RN 478, 28/04	Altera dispositivos da Resolução Normativa CFA nº 439, de 6 de janeiro de 2014, que dispõe sobre o pagamento de Diárias Nacionais e Internacionais, de Adicional de Deslocamento e Alimentação, de Reembolso de Quilometragem e de Gratificação pela Participação em Órgão de Deliberação Coletiva (Jeton), para o atendimento de despesas de conselheiros, de empregados e de colaboradores do Sistema CFA/CRA, e dá outras providências.
RN 479, 09/05	Dispõe sobre o registro no Conselho Regional de Administração dos bacharéis nos cursos em campos conexos à Administração.
RN 480, 09/06	Autoriza os Conselhos Regionais de Administração a promoverem conciliações com os registrados em débito, e dá outras providências.
RN 481, 09/06	Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas e remissão de débitos e dá outras providências.
RN 482, 09/06	Altera a Resolução Normativa CFA nº 472, de 20/11/2015, que dispõe sobre os valores das anuidades, taxas e multas devidos aos Conselhos Regionais de Administração e dá outras providências.
RN 483, 09/06	Dispõe sobre o Registro Remido.
RN 484, 01/07	Altera a Resolução Normativa CFA nº 469, de 18 de agosto de 2015.
RN 485, 19/09	Dispõe sobre o Programa de Certificação Profissional em Administração do Sistema CFA/CRA e dá outras providências.
RN 486, 20/09	Dispõe sobre o Programa de Certificação Profissional em Administração do Sistema CFA/CRA e dá outras providências.
RN 487, 20/09	Dispõe sobre o pagamento de Diárias Nacionais e Internacionais, de Adicional de Deslocamento, de Indenização de Deslocamento e Alimentação, de Reembolso de Quilometragem, e de Gratificação pela Participação em Órgão de Deliberação Coletiva (Jeton), para o atendimento de despesas de conselheiros, de empregados e de colaboradores do Sistema CFA/CRA, e dá outras providências.

Documentos emitidos ou produzidos:	
Ofícios	111
Ofícios Circulares	186
Memorandos	35
E-mails	52
Portarias	50
Resoluções Normativas	12

Colaboradores do CFA





Assessoria da Presidência

ASP

Aprovado pela portaria nº 57, de 4 de julho de 2011, compete-lhe o atendimento direto à Presidência do CFA e ao Superintendente do CFA.

Ações desenvolvidas:

Assistência direta e imediata ao Presidente do CFA, mediante a organização da agenda, recebimento e encaminhamento de documentação; recepção de pessoas e autoridades para audiências; escolha e programações de passagens aéreas e hotel, bem como a execução das atividades permanentes necessárias ao exercício das funções relacionadas à Presidência do CFA.

Assistência direta à Superintendência do CFA, com as seguintes atividades:

- » Redigir e expedir convocações e comunicações para os conselheiros federais;
- » Manter os dados cadastrais dos Conselhos Regionais e dos conselheiros federais efetivos e suplentes atualizados no sistema no Basecf 2000 e no site do CFA;
- » Emitir e preparar material com os dados dos conselheiros federais efetivos e suplentes para emissão dos diplomas, certificados de serviços prestados e termos de posse, declarações, moções de congratulações, de solidariedade e pesar;
- » Numerar as Resoluções Normativas, solicitar as publicações no Diário Oficial da União, colocar no site do CFA e transmitir aos conselheiros regionais através de ofício;
- » Numerar as Portarias e transmitir aos conselheiros e aos envolvidos;
- » Redigir as pautas para as reuniões da Diretoria Executiva, Plenária, Assembleia de Presidente e Tribunal Superior de Ética;
- » Elaborar expedientes relativos a diversos assuntos para assinatura do Presidente do CFA;
- » Alimentar o Portal da Transparência com relação aos Convênios do Sistema CFA/CRA.

Documentos emitidos/produzidos:

- | | |
|---------------------------|----------------|
| » Ofícios: 175 | » E-mails: 313 |
| » Ofícios Circulares: 186 | » Despacho: 32 |
| » Memorandos: 195 | |

Apresentação

Para apoiar e dar suporte o Presidente do CFA, a Assessoria de Estudos e Projetos Estratégicos (AEPE), produziu, em 2016, uma série de documentos – artigos, palestras, estudos e projetos estratégicos – visando disseminar as principais linhas de ação desenvolvidas pela presidência deste órgão.

Neste sentido, foram desenvolvidos estudos e palestras, proferidas em eventos promovidos pelo CFA e diversas instituições brasileiras; projetos estratégicos, além de várias ações relacionadas com programas direcionados para o profissional de Administração.

No decorrer de 2016, a Aepe colaborou com a presidência do CFA, na produção de artigos, publicados nos principais meios de comunicação brasileiros da área, e no desenvolvimento de diversos estudos.

Principais ações

Entre os documentos desenvolvidos pela Assessoria da Presidência merecem destaque:

“Agora é oficial”, desenvolvido para marcar a Lei nº 12.967, de 6 de maio de 2014, que oficializou 9 de setembro como o Dia Nacional do Administrador, o que deu uma nova dimensão à data em que a profissão foi regulamentada. Esta mesma Lei tornou oficial os Conselhos Federal e Regionais de Administração (CFA/CRAs), dando maior visibilidade à categoria perante a sociedade.

“A base de uma boa negociação” aborda a importância do relacionamento interpessoal, que ocorre, de forma rápida e simples, quando uma pessoa deseja algo de outra; ou, ainda, em um longo e complexo meio de conversação entre dois países, envolvendo vários representantes de cada uma das partes.

“Um Brasil de oportunidades”: com mais de 8,9 milhões de empreendimentos em funcionamento e com o registro de cerca de 500 mil novas empresas por ano, o país está apto para abrigar empresários de todos os portes – micro, pequeno, médio e grande – que desejam investir em solo brasileiro. A esse portentoso universo empresarial devem também ser computados mais 5.589.624 microempreendedores individuais (MEIs) – figura jurídica criada pela Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, para pessoas que trabalham por conta própria e que passam a ser reconhecidas como microempresário, segundo o “Portal do Microempreendedor Individual” de 31/12/2015.

Conclusão

A Assessoria de Estudos e Projetos Estratégicos, ao longo deste ano, realizou pesquisas para a produção de textos com o intuito de apoiar a presidência na produção de prefácios de obras produzidas ou não pelo CFA, como também para subsidiar palestras e discursos proferidos pelo presidente do órgão.

Assessoria Especial de Auditoria

AUD

A Assessoria Especial de Auditoria, Normas Públicas e Controle Interno é responsável pela análise permanente ou circunstanciada de conformidade das contas periódicas e anuais do Sistema Conselho Federal/Conselhos Regionais de Administração (CFA/CRAs), bem como por servir ao sistema como órgão consultivo em matérias orçamentárias, financeiras, contábeis e de gestão.

São fontes normativas dessa Assessoria, o Regulamento da Estrutura Administrativa Operacional do CFA e, subsidiariamente, todas as aplicáveis aos órgãos de controle interno das entidades da administração pública federal, inclusive de jurisprudências pertinentes emanadas de órgãos como o Tribunal de Contas e a Controladoria Geral da União.

Dentre as realizações mais representativas dessa Assessoria, em 2016 constam:

- » Controle das auditorias in loco em 27 Conselhos Regionais sobre as contas de 2015, realizadas por empresa de auditoria independente;
- » Orientações e subsídios à Câmara de Administração e Finanças (CAF) e ao Plenário do Conselho Federal, durante a fase de julgamento de contas de Conselhos Regionais relativas a 2012, 2013, 2014 e 2015;
- » Análises de prestações de contas relativas aos projetos financiados pelo Programa de Desenvolvimento dos Conselhos Regionais de Administração (Proder) em 2012, 2013, 2014 e 2015, comprometidos com o planejamento estratégico do Sistema CFA/CRAs, abrangendo investimentos relacionados à aquisição de equipamentos, ao reconhecimento profissional e à estruturação física das sedes dos CRAs;
- » Elaboração e transmissão do relatório de prestação de contas do CFA do exercício 2015 ao Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do sistema e-Contas, bem como a orientação aos Conselhos Regionais, quanto à elaboração e à transmissão de seus respectivos Relatórios àquele Tribunal;
- » Instauração de tomadas de contas especiais, visando o ressarcimento de eventuais danos causados aos Conselhos Regionais de Administração.

Por fim, esta Assessoria manteve, em 2016, seu comprometimento com os princípios da política de qualidade estabelecida pelo Conselho Federal de Administra-

ção quanto à legitimidade de atuação, ao contínuo aprimoramento dos serviços e à capacitação dos colaboradores.

Atenta à relevância das questões jurídicas de interesse do Sistema CFA/CRAs, a Assessoria Jurídica do CFA tem dado seguimento a um crescimento contínuo, sobretudo no que diz respeito ao aspecto qualitativo dos trabalhos realizado pela unidade.

No ano de 2016, a Assessoria Jurídica do CFA reforçou a interação com outras unidades Regionais do Sistema CFA/CRAs, alcançando resultados profícuos no que tange ao enfrentamento de questões levadas ao contencioso judicial, notadamente no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

No ano de 2016, foram produzidos dezenas de pareceres jurídicos em processos licitatórios, bem como em acordos de cooperação celebrados entre o CFA e outras entidades.

Participação no *Meeting de Administradores Responsáveis Técnicos por Empresas Realizadas de Concursos Públicos*, com a apresentação de palestra ministrada pelo Assessor Jurídico do CFA, com o tema: Cargos Públicos e as Profissões Regulamentadas.

Dentre outros trabalhos realizados, destacam-se:

- » Assessoria aos Conselhos Regionais de Administração, por intermédio de atendimento, pareceres etc.;
- » Propositura de medidas judiciais de interesse do CFA;
- » Assessoria às Câmaras e aos demais órgãos internos do CFA;
- » Participação no Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas;
- » Assessoramento à Comissão Especial de Acompanhamento Parlamentar;
- » Revisão de contratos e de processos de licitação, com emissão de pareceres;
- » Assessoria à Comissão Permanente Eleitoral do Conselho Federal de Administração e às Comissões Permanentes eleitorais dos CRAs, por ocasião das eleições do Sistema CFA/CRAs no ano de 2016.

Termos de Referência:

Avaliação e recomendações ao termo concebido pela COPEs para o novo sistema de certificação profissional; consolidação de especificações e de recomendações dos CRAs e de diversas áreas do CFA para o ERP que atenderá a todo o Sistema CFA/CRAs. Especificação de: workstations para a CDI e micros para a CIN e outras áreas; solução de vídeoconferência, baseada exclusivamente em software; digitalizadores; tablets; web cam; serviços do processo automatizado do sistema eleitoral; serviços de auditoria do sistema eleitoral; serviço de correio eletrônico; serviço Portal da Transparência; rack para servidores; e apoio à especificação dos kits de impressão de CIPs. Para o exercício de 2017, foram feitas especificações dos seguintes serviços para o CFA: link de internet, serviços de TI (incorporando os serviços de suporte de segundo nível e disponibilidade e manutenção de firewalls e suas assinaturas), e outsourcing de impressão.

Gestão de Contratos

Acompanhamento e fiscalização de contratos de link de internet (3 serviços diferentes), de suporte de segundo nível a serviços de rede, de firewall de aplicação, de firewall de pacotes, de antivírus, de outsourcing de impressão, de manutenção de nobreak.

Kit de Impressão de Carteiras Profissionais

Apoio ao processo de distribuição dos kits de impressão de CIPs, compreendendo 28 conjuntos de equipamentos, compostos por um coletor de assinatura, um coletor de digital, uma webcam, uma impressora colorida, um notebook e 1 hub usb.

SIG

Implantação de recursos de acesso direto ao coletor de assinatura e à webcam; instrução em vídeo do processo de impressão de carteiras em papel-moeda; implantação do processo de impressão de CIP em papel moeda; integração de transações por cartão de crédito e boleto (webservices e REST da Cielo e do PagarMe); disponibilidade do sistema para os CRAs Acre, Piauí, Pernambuco e Tocantins; implantação do certificado digital; configurações de segurança no servidor de produção e no de homologação.

SEI

Aquisição de servidores e digitalizadores para implantação do SEI; autocapacitação e execução da instalação e configuração do ambiente operacional, da aplicação, de programas de apoio, do banco de dados e do mecanismo de autenticação; teste, homologação e implantação da solução; preparação de ambientes de teste para treinamento de CRAs interessados e para autenticação externa dos CRAs que utilizarão o SEI; apoio operacional e técnico no treinamento e disponibilidade do SEI para os CRAs Rio Grande do Sul e Ceará; atualização continuada com novas versões.

Infraestrutura de Informática

Programação e atualização da versão 7 para a versão 10 do sistema operacional Microsoft (microcomputadores do CFA), com tratamento prévio de possíveis incompatibilidades para usuários com aplicações críticas; virtualização de cerca de 80% dos serviços de rede, em máquinas físicas, com o uso do sistema operacional Linux; emissão de parecer técnico de conformidade de equipamentos e serviços de TI

entregues; configuração e disponibilidade de micros novos a usuários; provas de conceito de soluções de segurança, de balanceamento de carga e de backup; submissão a auditoria da Microsoft para análise de conformidade de licenças de todo o parque de informática do CFA; implantação de ferramenta de inventário; implantação de ferramenta de monitoramento (servidores e ativos de rede); manutenção do serviço de antivírus para MS Windows 10.

Outsourcing de Impressão

Melhoria do controle do uso das impressoras, com a implantação do software de contagem. Em função da adoção do SEI, um novo termo de referência foi elaborado para 2017, visto que a impressão será reduzida para 10% da quantidade atual, destinada especialmente para operações da CDI e da CAF.

Novos Serviços

Instalação de serviço VoIP e implantação de ramais nos CRAs AC, AL, AM, CE, BA, MG, MS, PI e SC totalizando 82 ramais; configuração de 142 ramais no servidor VoIP para preparação da implantação nos CRAs ES, GO, MA, MT, PA, PB, RS e SE; instalação de serviço de chat corporativo; ferramenta de controle de impressão; aplicação de inscrição para a Convenção 2016; instalação, configuração e ativação do serviço de autenticação dos usuários SEI dos CRAs (LDAP); adoção de ferramenta web gratuita de gerenciamento de tarefas (kanban/scrum); habilitação de ferramenta de monitoramento.

Suporte a Usuários

Suporte aos sistemas de atualização do cadastro nacional, de envio de processos, de eventos, SIG e SEI; controle de acesso a serviços de rede; varredura de malware; manutenção de equipamentos; e disponibilidade de acesso aos serviços de rede.

Autoinstrução

MySQL (Tiago), Unit (Lucas); Sistema Eletrônico de Informações - SEI! USAR (José Carlos, Jusenildes, Lucas, Marcos Tiago, Weuller); gestão de documentos, introdução a gestão de contratos de TI, curso intermediário de gestão de contratos, interoperabilidade no governo federal (José Carlos); Elaboração de Plano de Dados Abertos (Lucas, Marcos, Tiago, Weuller); Gestão Estratégica de Pessoas e Plano de Carreira (Jusenildes).

Capacitação

IDE Genexus (José Carlos, Lucas e Marcos), Gestão e Fiscalização de Contratos de Terceirização, de Prestação de Serviços e de Manutenção de Bens Móveis e Imóveis na Administração Pública (José Carlos e Marcos).

Eventos

Participação na Convenção 2016 (José Carlos e Lucas); Congresso Latino Americano de Auditoria de TI, Segurança da Informação e Governança (CNASI) (José Carlos); 2º Fórum IBGP de Tecnologias da Informação (Gabriel); Lançamento da versão 3.0 do SEI (Gabriel e José Carlos).

Prospecção de Soluções

BigData ou BI como alavanca da fiscalização e melhoria da arrecadação dos CRAs.

Integrantes

Breno Rios Ferreira (desde 15/3/2016), Gabriel Heleno Gonçalves da Silva, José Carlos de Araújo Ferreira, Jusenildes da Costa e Silva, Leonardo dos Santos Alencar (desde 1º/7/2016), Lucas Strauss Holsbach, Marcos Antonio Susin e Patrick Leite dos Santos, Tiago Daniel Lemos Soares Cosme (desde 1º/8/2016), e Weuller Marcos da Silva Santos (desde 17/10/2016).

Apresentação

À Coordenadoria de Recursos Humanos (CRH) compete coordenar, orientar, controlar e promover a correta aplicação da legislação referente à área de recursos humanos e ao departamento de pessoal, realizando:

- » Recrutamento e seleção de pessoas para compor a força de trabalho do CFA;
- » Controle de estagiários;
- » Desenvolvimento e capacitação de pessoal mediante cursos e treinamentos;
- » Operacionalização dos benefícios para seus empregados; e
- » Operacionalização da folha de pagamento e todos os seus desdobramentos.
- » Ações desenvolvidas
- » Elaboração do controle do Acordo de Compensação de Horas, celebrado entre empregados e direção superior.
- » Apoio na manutenção do Plano de Cargos e Salários (PCS), aprovado pela Portaria nº 57, de 04/07/2011.
- » Operacionalização da Avaliação de Desempenho e Progressão Salarial, aprovada pela portaria CFA nº 63, de 17/08/2011.
- » Operacionalização do processo de Seleção Pública nº 01/2015 para contratação de pessoal durante o ano de 2015.
- » Atualização dos exames médicos ocupacionais, PPP's e PCMSO.

CONCLUSÃO

Avaliamos positivamente o saldo de nosso trabalho em 2016.

A coordenadoria de RH desempenhou um trabalho responsável, pautado pela ética, transparência e planejamento.

O destaque para o ano de 2016 é para o maior grau de transparência das atividades desenvolvidas no âmbito da Coordenadoria de Recursos Humanos do CFA.

O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) permitiu um grande avanço na gestão de informação e privilegiou a Gestão de Pessoas grandemente.

Incluímos informações relevantes no Portal da Transparência que melhorando a oferta de informações à sociedade com relação a todas as atividades desenvolvidas pelo CFA no âmbito de RH. Compreendemos que muito pode ser melhorado, no entanto, avançamos muito em 2016. O trabalho foi realizado com o esmero e profissionalismo necessários.

Superamos muitos desafios e estamos prontos para superar outros que certamente virão.



Com o objetivo de melhorar os processos considerados no escopo do CFA para a Certificação ISO 9001, em junho, os colaboradores do conselho participaram de treinamento de upgrade da NBR ISO 9001:2015 devido ao processo de transição para a nova norma, que deve ser adotada por todas as entidades certificadas até setembro de 2018.

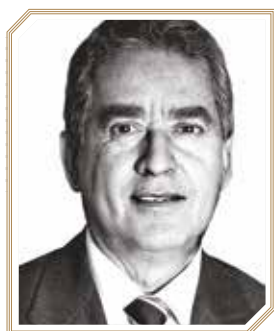
O Sistema de Gestão da Qualidade foi submetido, no segundo semestre, ao processo de auditoria interna, requisito obrigatório a ser cumprido antes da auditoria de recertificação, a qual será realizada por Organismo Certificador Credenciado (OCC) pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O escopo SGQ do CFA abrange a “regulamentação, fiscalização e Promoção do exercício da profissão do Administrador, prestado por pessoas físicas e jurídicas”. Os processos do SGQ do CFA atendem a Política da Qualidade definida no sentido de “assegurar a atuação plena dos profissionais de Administração, melhorando continuamente as ações voltadas para a promoção da ciência da Administração e o atendimento aos requisitos clientes.”

A nova norma ISO 9001:2015 considera, dentre outros importantes requisitos, o planejamento da qualidade e a análise de riscos e oportunidades de melhoria, ações indispensáveis para a estruturação de qualquer projeto. A NBR ISO 9001:2008 poderá ser utilizada pelas organizações certificadas até setembro de 2018.

A Pesquisa Nacional Perfil, Formação, Atuação e Oportunidades de Trabalho do Administrador e do Tecnólogo, divulgada em 2016 pelo CFA, apresenta os resultados da consulta realizada junto aos Administradores, Tecnólogos, Professores/Coordenadores de Empresas Empregadores a respeito do relacionamento com o Sistema CFA/CRA. Os resultados da pesquisa de opinião supracitada subsidiam a autarquia no desenvolvimento de ações direcionadas ao fortalecimento da profissão e à inserção dos profissionais de Administração no concorrido mercado de trabalho.

Conselheiros Federais Efetivos 2015 / 2016



ADM. SEBASTIÃO
LUIZ DE MELLO
Presidente do CFA
Conselheiro pelo CRA-MS



ADM. SERGIO
PEREIRA LOBO
Vice-presidente do CFA
Conselheiro pelo CRA-PR



ADM. MARCOS CLAY
LUCIO DA SILVA
CRA-AC



ADM. ARMANDO LÔBO
PEREIRA GOMES
CRA-AL



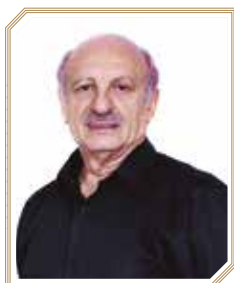
ADM. JOSÉ CELESTE
PINHEIRO
CRA-AP



ADM. JOSÉ CARLOS
DE SÁ COLARES
CRA-AM



ADM. TÂNIA MARIA
DA CUNHA DIAS
CRA-BA



ADM. ILAILSON
SILVEIRA DE ARAÚJO
Licenciado CRA-CE



ADM. JOSÉ
DE MONTIEUX CRUZ
CRA-CE



ADM. CARLOS ALBERTO
FERREIRA JUNIOR
CRA-DF



ADM. MARLY DE
LURDES ULIANA
CRA-ES



ADM. DIONIZIO
RODRIGUES NEVES
CRA-GO



ADM. JOSÉ SAMUEL DE
MIRANDA MELO JÚNIOR
CRA-MA



ADM. ALAÉRCIO
SOARES MARTINS
CRA-MT



ADM. SÔNIA
FERREIRA FERRAZ
CRA-MG



ADM. ALDEMIRA
ASSIS DRAGO
CRA-PA



ADM. MARCOS KALEBBE
SARAIVA MAIA COSTA
CRA-PB



ADM. JOEL
CAVALCANTI COSTA
CRA-PE



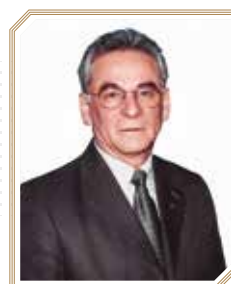
ADM. CARLOS HENRIQUE
MENDES DA ROCHA
CRA-PI



ADM. JORGE
HUMBERTO M. SAMPAIO
CRA-RJ



ADM. IONE MACÊDO DE
MEDEIROS SALEM
CRA-RN



ADM. RUY PEDRO
BARATZ RIBEIRO
CRA-RS



ADM. PAULO CÉSAR DE
PEREIRA DURAND
In Memoriam CRA-RO



ADM. SIMONE
MARÇAL QUINTINO
CRA-RO



ADM. ANTONIO JOSÉ
LEITE DE ALBUQUERQUE
CRA-RR



ADM. JOSÉ
SEBASTIÃO NUNES
CRA-SC



ADM. MAURO
KREUZ
CRA-SP



ADM. DIEGO CABRAL
FERREIRA DA COSTA
CRA-SE



ADM. ROGÉRIO
RAMOS DE SOUZA
CRA-TO

Presidentes dos CRAs



ADM. FÁBIO
MENDES MACÊDO
CRA-AC



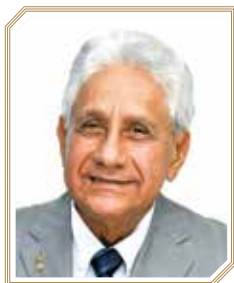
ADM. CAROLINA
FERREIRA SIMON MAIA
CRA-AL



ADM. EDILJANE MARIA
CAMPOS DA FONSECA
CRA-AP



ADM. ANTÔNIO JORGE
CUNHA CAMPOS
CRA-AM



ADM. ROBERTO
IBRAHIM UEHBE
CRA-BA



ADM. LEONARDO
JOSÉ MACEDO
CRA-CE



ADM. MÔNICA
COVA GAMA
CRA-DF



ADM. HÉRCULES
DA SILVA FALCÃO
CRA-ES



ADM. SAMUEL
ALBERNAZ
CRA-GO



ADM. ALINE
MENDONÇA DA SILVA
CRA-MA



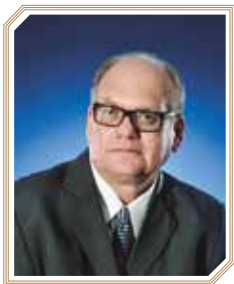
ADM. HÉLIO TITO
SIMÕES ARRUDA
CRA-MT



ADM. GRACITA HORTÊNCIA
DOS SANTOS BARBOSA
CRA-MS



ADM. AFONSO VICTOR
VIANNA DE ANDRADE
CRA-MG



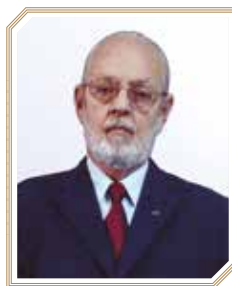
ADM. JOSÉ CÉLIO
SANTOS LIMA
CRA-PA



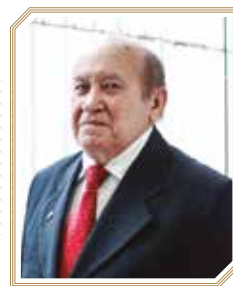
ADM. YEDA SILVEIRA
MARTINS LACERDA
CRA-PB



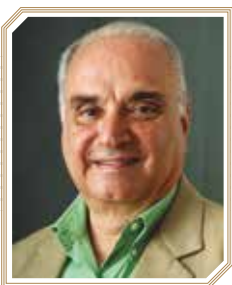
ADM. GILBERTO SERPA
GRIEBELER
CRA-PR



ADM. ROBERT FREDERIC
MOCOCK
CRA-PE



ADM. PEDRO ALENCAR
CARVALHO SILVA
CRA-PI



ADM. WAGNER
SIQUEIRA
CRA-RJ



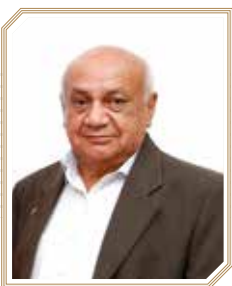
ADM. KATE CUNHA
MACIEL
CRA-RN



ADM. VALTER
LUIZ DE LEMOS
CRA-RS



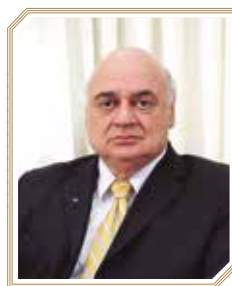
ADM. ANDRÉ LUIS
SAONCELA DA COSTA
CRA-RO



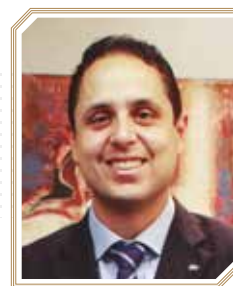
ADM. UBIRAJARA
RIZ RODRIGUES
CRA-RR



ADM. EVANDRO
FORTUNATO LINHARES
CRA-SC



ADM. ROBERTO
CARVALHO CARDOSO
CRA-SP



ADM. CARLOS MENEZES CALASANS
ELOY DOS SANTOS FILHO
CRA-SE



ADM. EUGÊNIO PACCELI
DE FREITAS COELHO
CRA-TO

Colaboradores do CFA

Superintendência

DOUGLAS EVANGELISTA NETO
EDYLENE MACEDO CARRASQUEL
GUILHERMO OSCAR ABRAHAM
HERCULES RIBEIRO MARTINS
JOÃO HUMBERTO DE AZEVEDO
TAMIRES MAXIMO DE BRITO
TATIANA ALMEIDA GALDEANO
THAIS BARBOZA LIMA ROCHA
VALQUÍRIA BORGES DAS NEVES

Superintendente
Assessora da Presidência
Assistente Administrativo
Chefe da Seção de Protocolo e Arquivo
Assessor
Estagiária
Assistente Administrativo
Estagiária
Assistente Administrativo

Câmara de Administração e Finanças

JOAQUIM LUCIANO GOMES FARIA
ALBERTO LOPES DE BARROS
ANA CAROLINA DE LUNA
ELIOMAR DA SILVA SALES
FÁBIO RIBEIRO DE OLIVEIRA FERNANDES
FRANCISCO CARLOS SILVA
FRANCISCO DE ASSIS COUTINHO
GIVANILDO PEREIRA DA SILVA
IRACEMA GOMES FREITAS LIMA
JOÃO GUTEMBERG MENEZES MONTEIRO
JOÃO PINTO DE BARROS
JORGE HENRIQUE BRITO ARAÚJO
KÁTIA LUCIANE GRANJEIRO
MARIA DO CARMO SILVA DUARTE MARTINS
MAURIDES SIMÃO COSTA
OSMAR DOS SANTOS FEITOSA MENDES
REGINALDO HENRIQUE DE LIMA
RENAN ROCHA FERNANDES DE OLIVEIRA
THÂMELA ALVES MOURA DE MIRANDA
WANESSA ALVES RIBEIRO

Coordenador
Técnico em Contabilidade
Assistente Administrativo
Motorista
Auxiliar Administrativo
Auxiliar Administrativo
Auxiliar Administrativo
Assistente Administrativo
Auxiliar Administrativo
Analista
Assistente Administrativo
Auxiliar Administrativo
Administrador
Assistente Administrativo
Estagiário
Auxiliar Administrativo
Auxiliar Administrativo
Auxiliar Administrativo
Auxiliar Administrativo
Auxiliar Administrativo

Câmara de Fiscalização e Registro

BENEDITA ALVES PIMENTEL	Coordenadora
AILTON DE BRITO PIRES	Administrador
FILIPPE COELHO DE OLIVEIRA	Administrador
FLÁVIO RIOS FONSECA	Analista
MARIA DO SOCORRO MORAIS	Assistente Administrativo
MARIA THAINARA LIMEIRA DA SILVA	Estagiária

Câmara de Formação Profissional

SOLANGE ALBUQUERQUE LANDIM BRAGA OLIVEIRA	Coordenadora
SUELI CRISTINA RODRIGUES MORAES ALVES	Coordenadora de Projetos Especiais
ÂNGELA MARIA LOPES DOS SANTOS	Assistente Administrativo
DOUGLAS BEZERRA BRITO	Estagiário
GABRIEL GOMES PONTE	Assistente Administrativo
LUCIANA BABILONIA DE MELO	Administradora
VITOR SANTOS BALTAZAR	Estagiário

Câmara de Desenvolvimento Institucional

RENATA COSTA FERREIRA	Coordenadora
ALINE ANTONIA DOS SANTOS	Estagiária
ANA GRACIELE DO NASCIMENTO GONÇALVES	Assessora de Imprensa
ANDRE EDUARDO ALVARES RIBEIRO	Designer
GABRIEL ALVES MACEDO DA SILVA	Estagiário
HERSON TIAGO VALE DE FREITAS	Analista
MARIA AUXILIADORA JERÔNIMO	Assistente Administrativo
THAYS ARAUJO COELHO	Estagiária
UALACE GUIMARÃES	Editor e Produtor de Vídeo

Câmara de Relações Internacionais e Eventos

CIVALDO JOSÉ GABRIEL	Coordenador
ISADORA RASMUSSEN PRADO	Estagiária

Câmara de Gestão Pública

RODRIGO NEVES MOURA	Coordenador
MARCELO GOMES DA SILVA	Assistente Administrativo

Câmara de Estudos e Projetos Estratégicos

JULIANA DOS REIS CARDOSO	Coordenadora
THALITA BARBOZA LIMA ROCHA	Estagiária

Assessoria Especial da Presidência

AILEMA DA SILVA PUCU	Administradora
KALITTA NAYAD SILVA RODRIGUES	Estagiária

Assessoria Jurídica

MARCELO DIONÍSIO DE SOUZA	Assessor Jurídico
MAIRA FERNANDES COSTA	Analista

Assessoria de Auditoria

MARCELLO AUGUSTO BATISTA COUTINHO	Assessor de Auditoria, Normas e Controle Interno
FERNANDA CECILIA OLIVEIRA SABO PAES	Analista

Proder

ANA MARIA DE ARAÚJO FERREIRA	Assessora da Presidência (Proder)
------------------------------	-----------------------------------

Coordenadoria de Recursos Humanos

ISAIAS ALVES DOS SANTOS	Coordenador
WELLITON PEREIRA BARROS	Estagiário

Coordenadoria de informática

JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO FERREIRA	Coordenador
BRENO RIOS FERREIRA	Estagiário
GABRIEL HELENO GONÇALVES DA SILVA	Analista
JUSENILDES DA COSTA E SILVA	Assistente Administrativo
LEONARDO DOS SANTOS ALENCAR	Téc. Em Suporte de Redes
LUCAS STRAUSS HOLSBACH	Assistente Administrativo
MARCOS ANTONIO SUSIN	Analista
PATRICK LEITE DOS SANTOS	Estagiário
TIAGO DANIEL LEMOS SOARES COSME	Analista de Banco de Dados
WEULLER MARCOS DA SILVA SANTOS	Analista de Sistemas

Galeria de fotos





